

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Sociedade Recreativa da Granja, Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2015/05/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
~~1~~	~~Atas nº 9/2015, da reunião de câmara de 2015/04/08 e nº 10/2015, da reunião de câmara de 2015/04/22~~		~~próx. reunião~~	~~Aprovação~~
2	Acessibilidade, passeios e segurança pedonal no Concelho			Análise
	PROTEÇÃO CIVIL			
3	Dia Municipal do Bombeiro 2015 - Atribuição de subsídio	Assoc. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alverca do Ribatejo		Aprovação
4	Dia Municipal do Bombeiro 2015 - Atribuição de Medalhas de Bons Serviços Municipais			Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
5	Protocolo entre o Município e a Cimpor			Aprovação
~~6~~	~~Proposta - Suspensão da entrada em vigor do novo horário de funcionamento do Mercado Abastecedor do Concelho~~		~~próx. reunião~~	~~Aprovação~~
7	Projeto de regulamento de afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Sociedade Recreativa da Granja, Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2015/05/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
8	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
9	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
10	Pagamentos autorizados			Conhecimento
11	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
12	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença	Ricardo Emanuel Garrido Lucas		Aprovação
13	Abertura de concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de Fiscal Municipal de 2ª classe na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Carreira não revista			Aprovação
14	Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2015			Aprovação
15	Parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento - Ajuste direto do regime geral - Prestação de serviços de medicina no trabalho			Aprovação
16	Contratação de seguros para imóveis - Parecer prévio vinculativo			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Sociedade Recreativa da Granja, Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2015/05/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
17	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
18	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Rua Che Guevara, lote 2	Jorge Manuel da Silva Duarte	Póvoa de Stª Iria	Aceitação
19	Alteração ao loteamento sito nas Bragadas Grandes - Alvará de loteamento nº 6/99, de 24/06	Abílio Martins Nunes	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
20	Loteamento sito no Gentil - Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução	Urbanização do Gentil, Lda	Vialonga	Aprovação
21	~~Loteamento sito na Granja de Alpriate - Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução~~	~~Júlio Manuel Lage Pedroso Alves~~	~~Vialonga~~	~~Aprovação próx. reunião~~
22	~~Loteamento sito na Quinta das Índias - Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução~~	~~TNS3 - Construções, SA~~	~~Vialonga~~	~~Aprovação próx. reunião~~
23	~~Certidão de aumento do número de compartes dos 356/31000 avos da AUGI Fonte Santa~~	~~Paula Lamanha representante de João Miguel P.M. Ribeiro~~	~~Vialonga~~	~~Aprovação próx. reunião~~
24	~~Certidão de aumento do número de compartes dos 483/31000 avos da AUGI Fonte Santa~~	~~Paula Lamanha representante de João Miguel P.M. Ribeiro~~	~~Vialonga~~	~~Aprovação próx. reunião~~
25	~~Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 40 do loteamento Baltares~~	~~Augusto Fernando Martins~~	~~Alverca do Ribatejo~~	~~Aprovação próx. reunião~~
26	~~Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 60 do loteamento Pinhal das Areias~~	~~Esmina Issufo Ali Robalo Pinheiro~~	~~Alverca do Ribatejo~~	~~Ratificação próx. reunião~~

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Sociedade Recreativa da Granja, Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2015/05/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
27	Construção da EB1 Nº 2 de Vialonga - Adjudicação	Norcep - Construções e Empreendimentos, Lda	Vialonga	Aprovação
28	Recargas de pavimentos 2015 - Adjudicação	Construções Pragosa, SA		Aprovação
~~29~~	~~Remodelação do Jardim Municipal Constantino Palha e qualificação dos espaços exteriores do Bairro dos Avieiros - Auto de vistoria e liberação de 15% da caução~~	~~Costa & Carvalho, SA/Virgílio Cunha, SA~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação próx. reunião~~
~~30~~	~~Reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Apeadeiro - Auto de vistoria e liberação de 30% da caução~~	~~Construções Pragosa, SA~~	~~Castanheira do Ribatejo~~	~~Aprovação próx. reunião~~
~~31~~	~~Conclusão dos arranjos exteriores e campo desportivo coberto da EB Dr. Vasco Moniz - Revisão de preços definitiva~~	~~HCI Construções, SA~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação próx. reunião~~
~~32~~	~~Condicionamento de trânsito - Desfile da banda - Isenção de taxa~~	~~Ateneu Artístico Vilafranquense~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação próx. reunião~~
~~33~~	~~Condicionamento de trânsito - Evento de descidas de carrinhos de rolamentos - Isenção de taxa~~	~~Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso~~	~~S. João dos Montes~~	~~Aprovação próx. reunião~~
~~34~~	~~Condicionamento de trânsito - Desfile da fanfarra - Isenção de taxa~~	~~Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação próx. reunião~~
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
~~35~~	~~Protocolo para apoio à temporada tauromáquica 2015~~		~~próx. reunião~~	~~Aprovação~~

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Sociedade Recreativa da Granja, Freguesia de Vialonga, pelas 9h30, do dia 2015/05/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
36	"Corrida Cidade de Alverca" - Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo	Associação Portugal Talentus		Aprovação
37	Apoio municipal à realização do V Mercado Medieval do Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira	CBEI		Aprovação
~~38~~	~~Revogação da cedência em direito de superfície e cedência em regime de comodato ao Clube Académico de Desportos - Sede e polidesportivo~~	~~Clube Académico de Desportos~~		~~Aprovação~~ <i>prox. reunião</i>
~~39~~	~~Alienação de material lenhoso (eucalipto) resultante do corte, abate e remoção de sobrantes de exploração e limpeza do coberto vegetal - Adjudicação~~	~~Pedrosa & Irmãos, Lda~~		~~Aprovação~~ <i>prox. reunião</i>
40	Fundo de maneio - Assembleia Municipal Jovem 2015			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
41	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/05/20

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e quinze, pelas 9h30, na Sociedade Recreativa da Granja, Freguesia de Vialonga, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----
- . José António da Silva de Oliveira; -----
- . Ernesto Simões Ferreira; -----
- . Maria de Fátima Pires Antunes; -----
- . Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

Esteve ausente o Sr. Vereador Aurélio dos Santos Marques, tendo sido substituído pelo Sr. Ernesto Simões Ferreira.-----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h43, durante o período antes da ordem do dia.-----

Ausentou-se, no decurso da reunião a Srª Vereadora Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 10h45, durante o período antes da ordem do dia, tendo regressado, pelas 12h00, durante a discussão do ponto 5 da ordem do dia.-----

Saiu no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 12h15, durante a discussão do ponto 6 da ordem do dia. -----

Saiu ainda no decurso da reunião a Srª Vereadora Ana Lúcia Alves Cardoso, pelas 13h35, durante a discussão do ponto 15 da ordem do dia.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----




Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves -----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO -----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento -----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria -----

João Pedro Baião -----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra -----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Isabel Araújo -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA -----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

_____, Diretora

Drª Maria de Fátima Faria Roque -----

_____
Chefe da Divisão de Educação

Dr. Pedro Montes-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Drª Maria João Carraca -----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqt^a Catarina Conde -----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa -----

. Coordenadora do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude -----

Drª Anabela Pereira -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

_____. Chefe da Equipa _____

Urb^a Luís Matas de Sousa -----

OUTRAS PRESENCAS-----

_____
Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIALONGA-----

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, e agradecendo a disponibilidade das pessoas, do seu presidente e demais dirigentes da Sociedade Recreativa da Granja, o facto de terem disponibilizado o magnífico espaço onde se encontram para se realizar esta reunião. A câmara municipal procura ter estas reuniões descentralizadas para que todos possam participar, pelo que agrade essa disponibilidade, e naturalmente também ao Sr. Presidente da junta, a quem saúda e dá de imediato a palavra.-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga interveio, cumprimentando todos os presentes, dando-lhes as boas vindas a Vialonga e dizendo-lhes para aproveitarem a sua estadia, e quando terminarem a reunião almoçarem pela freguesia, pois serão muito bem recebidos e acolhidos, com uma boa refeição. Deseja-lhes um muito bom dia, e espera que estejam felizes por estarem na Granja, uma localidade bastante acolhedora, com uma coletividade que mantém um ritmo de trabalho muito intenso, de muita alegria e animação, bem como de cultura, para as pessoas que habitam na zona. -----

De seguida, aproveita para colocar duas ou três questões muito rápidas. Em primeiro, há cerca de 3 anos colocou uma situação, e a câmara municipal, e bem, enviou à junta de freguesia dois projetos para o Bairro Nascente do Cabo, solicitando à junta uma reunião com os moradores, para escolherem o projeto A ou B. Assim fez a junta de freguesia, há cerca de 3 anos, a população gostou da ideia da câmara municipal e da junta em reunir, juntaram-se algumas dezenas de moradores, e efetivamente escolheram um dos projetos apresentados pela câmara municipal. No entanto, hoje isso serve até um pouco de “achincalhamento”, porque se deslocaram, reuniram, e bem, mas passados 3 anos escolheram, e não veem, nem uma coisa a dizer se vai ou não avançar, ou quando vai avançar. Portanto, tanto a junta como a câmara municipal ficam numa situação complicada, porque apresentaram um projeto, discutiu-se com a população, e efetivamente não avançou.-----

Considera que antes de se consultarem as populações dever-se-ia apresentar o projeto A ou B, mas também um plano de quando se vai avançar com a obra,



porque senão fica-se numa situação complicada, em que não é agradável, nem para a junta, nem para a câmara municipal. -----

Prosseguiu, referindo uma situação apresentada pela câmara municipal, as hortas urbanas, já lá vão alguns anos. Não sabe qual é o ponto da situação, e se efetivamente se vai concretizar na freguesia de Vialonga. -----

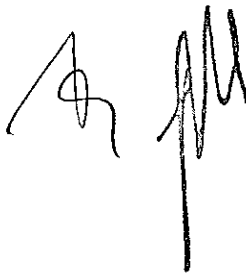
Para terminar, dado que se está na Granja, reporta-se a uma situação muito complicada, que já há alguns anos que vem sendo abordada pela população que vive na área. A Granja cresceu, apareceram novas urbanizações, e com elas casais novos que tiveram filhos, que hoje começam a andar na escola, e é muito complicado sair para entrar em Vialonga, por causa da rotunda do MARL. Não há qualquer tipo de acesso, e as pessoas veem-se numa situação de correria entre os carros, sendo que na hora de ponta, e quem chegou de manhã deve ter reparado, é muito complicado sair da Granja pelo sistema pedonal, para ir apanhar os autocarros que estão no outro lado da via. -----

Cria-se uma situação muito complicada, sabe que não é da responsabilidade da câmara municipal, é também da Junta Autónoma de Estradas, mas o que é um facto é que nunca mais se resolve a situação, a população deste lado vai crescendo e tem muita dificuldade. Atravessar a pé a rotunda é completamente difícil, anda-se a correr de um lado para o outro, principalmente muitas crianças para irem para a escola o fazem, aquelas que andam na EB 2,3. -----

Neste sentido, solicita que a câmara municipal, com a Junta Autónoma de Estradas, veja a situação, porque começa a ser preocupante. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, começando por agradecer, em nome dos vereadores da CDU, à Sociedade Recreativa da Granja, o facto de ter disponibilizado o espaço onde se encontram, felicitando o aniversário recente da coletividade, que é de facto a mais antiga da freguesia de Vialonga e uma das mais antigas do concelho de Vila Franca de Xira, saudando também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga. -----

Depois, os membros da CDU gostariam de deixar algumas propostas e questões que consideram pertinentes. Quanto à primeira proposta que gostariam de deixar, entregarão depois por escrito, para um próximo agendamento, e tem a ver com a requalificação da entrada da Granja. -----



A zona que normalmente se chama “ferro de engomar”, junto à rotunda de entrada na Granja, não dignifica nada o espaço, e é de facto uma entrada que não é digna da entrada na Granja. Portanto, entendem que a câmara municipal deveria pensar em adquirir este pequeno lote de terreno, reformular a entrada da Granja, organizar e projetar para ali alguma solução, para que se resolva o problema do seu acesso viário. Provavelmente far-se-ia “dois em um”, e resolver-se-iam também alguns dos problemas de acesso pedonal que já foram colocados pelo Sr. Presidente da junta.-----

Já por várias vezes colocaram esta questão, e entendem que está na hora da câmara municipal resolver, de uma vez por todas, a entrada na localidade da Granja. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, mencionando que o Sr. Presidente da junta já falou da requalificação do Bairro Nascente do Cabo, e os membros da CDU também gostariam de saber desta questão. Afinal, quando é que se iniciam as tão desejadas obras, que foram alvo do projeto que foi escolhido pela população? -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, voltando a chamar à atenção o Sr. Presidente que se está em Vialonga, no lugar da Granja, numa zona que até já hoje foi falada, que tem uma magnífica entrada por três ou quatro pontos, sem estar absolutamente regularizada, e deveria estar. Nem era preciso muito, pois se se marcasse efetivamente a via e se disciplinasse a circulação e os passeios, estaria tudo resolvido e não se teria esta entrada que se tem para a Granja. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que tentará responder às questões que puder. Quanto às outras, tendo em vista que se está praticamente no final da hora prevista para o período antes da ordem do dia, procurará responder.-----

Relativamente a estas questões, colocadas pelo Sr. Presidente da junta, aquilo que pode dizer é que há bem pouco tempo esteve com os serviços e com o Sr. Vereador António Oliveira, no sentido de verificar o que falta fazer relativamente à 2ª fase do projeto do Bairro Nascente do Cabo que, como o Sr. Presidente da junta disse, foi apresentado já há bastante tempo. Agora as decisões que foram tomadas têm de ser consequentes, e a câmara municipal pensa, se for possível, ainda este ano começar essas mesmas obras.-----

Quanto às hortas urbanas da Quinta das Índias, o Sr. Vice-Presidente depois falará.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro

Fl. Ata 007

Reunião de 2015/05/20

Proc^o

Deliberação nº

Relativamente à Granja e aos acessos, foram matérias faladas pelas bancadas também, e a câmara municipal reconhece essa necessidade. -----

O que diz à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso é que há uns anos a esta parte avançou-se com um pequeno projeto de requalificação para o “ferro de engomar”, e quando a câmara municipal quis avançar verificou que aquele pedacinho de terreno, aquele bico, é de uma empresa. Como a Srª Vereadora diz, e bem, para se fazer ali seja o que for, e ainda agora lá passou e também não gostou do que viu, terá que se adquirir o terreno, e a câmara municipal tentará fazê-lo, mas pelo menos vai tentar tirar o monte de terra que lá está, que é desqualificante, sem dúvida nenhuma. -----

Estes acessos à Granja exigem, de facto, outro tipo de intervenções, de que já se falou várias vezes com a Estradas de Portugal, porque a rotunda ali, conhecida pela rotunda do MARL, foi feita, não foram cuidadas algumas questões, e hoje há algumas dificuldades. Quem conhece bem a zona é uma coisa, quem não conhece anda um bocadinho às aranhas, pelo que se tem que resolver. -----

Brevemente vai ter uma reunião com a Estradas de Portugal, que finalmente marcou uma reunião, já que tem andado muito atarefada com outras matérias, como a fusão com a REFER. Houve uma reunião, depois desmarcou-se, porque a administração esteve reunida justamente por causa de uma situação dessas, e parece que agora, finalmente, a reunião vai-se realizar, e terá oportunidade de manifestar esta preocupação. -----

aod 1




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PUBLICAÇÃO E DEPÓSITO DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO DE ENTIDADE
EMPREGADORA PÚBLICA ENTRE AS AUTARQUIAS LOCAIS E OS SINDICATOS
REPRESENTATIVOS DOS SEUS TRABALHADORES -----

O Sr. Presidente interveio, para dar algumas informações, começando por um
assunto que tem a ver com as 35 horas. -----

Não vai ler totalmente a informação que os Srs. Vereadores têm na sua posse, que
se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata, mas refere apenas
que, de facto, ocorreu uma situação que advém duma decisão do Tribunal
Administrativo do Círculo de Lisboa, que condenou o Ministério das Finanças, a
DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, a proceder ao
depósito e consequente publicação na segunda série do Diário da República de um
ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, entre a freguesia de
Nossa Senhora da Vila, no concelho de Montemor-o-Novo, e o STAL.-----

Este é um passo importante, porque a câmara municipal entendeu sempre que
estes ACEEP que foram celebrados entre centrais sindicais, e neste caso do
município de Vila Franca de Xira com a CGTP e a UGT, não têm de modo nenhum
que ter intromissão do Estado, da administração central, no caso, do seu Secretário
de Estado. Não tem sido esse o entendimento, a câmara municipal entende que é
uma situação que tem de ser corrigida, porque só os intervenientes, os presidentes
de câmara, os presidentes das juntas de freguesia, as centrais sindicais e os
respetivos sindicatos, é que têm autonomia para rubricar estes ACEEP, e serem
naturalmente depositados e enviados para Diário da República.-----

Parece que esta é uma decisão que abre boas perspectivas para que finalmente a
questão das 35 horas seja resolvida.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes e
começando por dizer, em relação a esta questão de fundo, que é a publicação e
depósito dos acordos coletivos de trabalho, que há muito que a CDU a vem a
denunciar, aliás na linha daquele que tem sido um combate à política do Governo. -
Acrescenta o facto de, sensivelmente, existirem neste momento 600 acordos
coletivos, onde se inclui o do município de Vila Franca de Xira, que
deliberadamente foram bloqueados com vista à sua publicação. Na opinião dos



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, referindo que está de acordo, e naturalmente que nas grandes questões certamente estão sempre de acordo. As questões são comuns, podem-se estar a esgrimir argumentos, mas no fundamental verifica-se que estão de acordo, muitas vezes há é maneiras de o fazer diferentes. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
INICIATIVAS DIVERSAS A REALIZAR NO CONCELHO -----

O Sr. Presidente interveio, dando a conhecer algumas iniciativas, começando por dizer que no dia 23 de maio, às 15h00, no Centro Cultural do Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, vai realizar-se a Assembleia Municipal Jovem, com o tema “A importância do desporto na vida dos jovens”, que tem a participação de muitos alunos, cerca de 70, de 10 escolas do concelho, do segundo-ciclo e secundário. Em paralelo será apresentada uma exposição fotográfica com trabalhos dos alunos alusivos a este mesmo tema.-----

No dia 24 de maio, às 11h00, vai acontecer o Dia Municipal do Bombeiro, em Alverca do Ribatejo, que no fundo se trata de homenagear as bombeiras e bombeiros do concelho. -----

No dia 28 de maio há um seminário subordinado ao tema: “A educação como agente de mudança pessoal e social. Pensar o sucesso escolar”, uma iniciativa promovida pela câmara municipal e pelo Conselho Municipal de Educação. -----

Nos dias 30 e 31 de maio vai realizar-se a 20ª Exposição Internacional Canina, no pavilhão multiusos.-----

Prosseguiu, referindo que através de uma iniciativa que a câmara municipal fez junto da RTP1, vai participar no Cook Off – Duelo de Sabores, que no fundo é a apresentação da gastronomia tradicional das várias regiões do país. Nesse sentido, no dia 21 de maio, no pavilhão multiusos, vai ser a pré-seleção dos concorrentes que vão participar neste concurso. Vai-se estar em confronto com uma outra região do país, numa salutar competição, se é que assim se pode chamar, mas sobretudo esta possibilidade representa um conhecimento, não só da gastronomia do concelho, mas também da sua terra e gentes. -----

Interveio de novo, dando uma informação que lhe parece relevante, ou seja, no dia 23 e 24, no próximo fim de semana, vai-se realizar uma competição em Vila Franca de Xira, mais propriamente no pavilhão da União Desportiva Vilafranquense, com os melhores atletas do país, dos melhores clubes, que vão disputar a Final Four em hóquei em patins, na categoria de seniores. Isso aconteceu porque todos, por unanimidade, aprovaram em reunião de câmara uma proposta para a requalificação do polidesportivo, que era o fator essencial para que a federação



Fl. Livro _____

Fl. Ata **011**

Reunião de 2015/05/20

Procº _____

Deliberação nº _____

permitisse a realização desta final em Vila Franca de Xira.-----

Todos esses obstáculos foram resolvidos, e neste fim de semana a capital do hóquei em patins está justamente na cidade de Vila Franca de Xira. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA QUE PASSA NO PARQUE RESIDENCIAL
DE VIALONGA -----

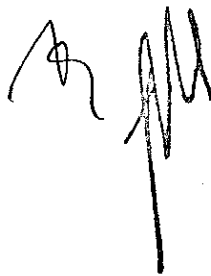
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se a uma proposta que tem a ver com a requalificação das margens da ribeira que passa no parque residencial de Vialonga. A ribeira foi limpa do centro comunitário para baixo, mas na parte de cima nada se fez.-----

Nas suas margens, algumas pessoas, até porque, por dificuldades financeiras elas são cada vez mais necessárias, utilizam o espaço para fazer pequenas hortas. Assim, no entender dos membros da CDU faria todo o sentido que a câmara municipal procedesse à sua requalificação, e aproveitasse as margens para a colocação de hortas sociais devidamente organizadas, tal como já foi feito em outras freguesias do concelho.-----

Aquela zona é de facto bastante usada para esse fim, e não sabe se por isso ou por outra razão, ao passar encontram-se algumas águas paradas, na zona do centro comunitário. Portanto, gostariam que a câmara municipal, por um lado, pensasse nesta possibilidade de requalificar o espaço para a colocação de hortas sociais, e depois explicasse por que razão a limpeza ficou, no entender que têm, incompleta, e não foi feita até ao centro de acolhimento temporário da ABEIV – Associação para o Bem-Estar Infantil da Freguesia de Vialonga.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que as hortas sociais, como a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso refere, e bem, são hortas do sustento das pessoas que lá trabalham, mas as pessoas também cometeram agressões muito complicadas, que foi taparem a linha de água. Há zonas da linha de água que estão tapadas, esteve lá, conversou com alguns agricultores, e disse que aquilo não podia ser. O que vai ter que ser feito é uma reorganização, que tenha em vista o escoamento das águas naquela linha de água.-----

Portanto, foram feitos ali atentados que não deviam ter acontecido, com os quais se tem vindo a conviver, e depois há poços ou açudes em vários pontos, que também são para permitir a rega. A situação mais grave nem é ao pé do centro comunitário, pode é ser mais visível, é mais a montante, já na encosta, naquela zona. É uma matéria que o Sr. Vice-Presidente tem em mãos, para ver o que se



consegue fazer, mas não vai ser fácil, porque algumas daquelas hortas vão ter que ser destruídas. Contudo, ver-se-á. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CENTRO COMUNITÁRIO DE VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo, já que se está na zona do Parque Residencial de Vialonga, que os membros da CDU gostariam de questionar para quando é que começam as obras do centro comunitário. -----

O centro comunitário está a degradar-se a olhos vistos, e apesar das pequenas obras que foram feitas há cerca de 1 ou 2 anos o problema de fundo não se resolveu. Continuam os problemas de infiltração dentro do centro comunitário, e fora dele o estado de degradação é bastante visível, inclusivamente, se se passar por lá veem-se alguns pilares onde já se vê o ferro. -----

Portanto, até porque vai ser uma zona bastante frequentada, agora que o Ninho de Empresas passará a ser temporariamente uma escola de primeiro-ciclo, era bom que a zona tivesse uma maior dignidade. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, cumprimentando todos os presentes, bem como o Sr. Presidente da junta e a direção da coletividade onde se encontram, dizendo que gostava de colocar uma proposta em nome dos vereadores da CDU, um tema que não é novo, que tem a ver com o Centro Comunitário de Vialonga, e o auditório, conforme o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e que passou a ler seguidamente.

O Sr. Presidente interveio, dizendo que devido às obras e à despesa avultada que se tem para resolver os problemas de degradação que aquele edifício tem, a câmara municipal decidiu fazer por fases. A obra está dividida em 4 fases, a primeira já foi feita, faltam fazer as outras três, e ver-se-á se ainda este ano se consegue avançar com uma das fases. -----

Em relação à proposta que o Sr. Vereador Ernesto Ferreira apresentou, a câmara municipal tem vindo a fazer bastantes investimentos naquele centro comunitário, por exemplo, as cadeiras que lá colocou deram logo um outro visual e comodidade a todos quantos vão àquele auditório. -----

Aquilo que os Srs. Vereadores da CDU referem são questões que são necessárias, mas tem que se verificar quanto é que tudo isto custa. Compreende que é o papel da oposição reivindicar o melhor para as suas populações, bem assim como o Sr. Presidente da junta, naturalmente, para isso é que são eleitos, mas também é



preciso ter a consciência que o orçamento municipal é o que é, não é outro. -----
Se fizesse uma elencagem das questões que foram colocadas, obviamente que
nem três orçamentos chegariam. A CDU também já geriu e sabia bem as
dificuldades que se colocavam em todas estas matérias, e quem gere tem que
priorizar as intervenções. Vão-se tentando resolver as questões mais prementes, e
compreende tudo o que se refere, mas é preciso ter algum cuidado, na medida em
que não se quer uma câmara municipal endividada, quer-se uma câmara municipal
financeiramente saudável, e tem que se ter algum cuidado. -----
Quando chega uma proposta deste tipo, naturalmente que se vai analisar com a
atenção que merece, mas ir-se-á ver se há condições e o que se pode fazer. -----
Quanto às obras do centro comunitário, essas sim parecem-lhe, de facto,
prioritárias. Não vale a pena estar a dotar o centro comunitário com uma série de
equipamentos, quando o equipamento propriamente dito não tem as condições,
porque há infiltrações e dificuldades várias, e tem que se começar por aí. -----

Proposta nº 14/ 2015

(mandato 2013-2017)

(Centro Comunitário de Vialonga dotação de Equipamentos)

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo em conta que o Centro Comunitário tem o único Auditório da Freguesia de Vialonga não foi dotado de todos os equipamentos necessários à sua mais completa utilização, é necessário e indispensável a existência de equipamentos que possam oferecer à população diferentes iniciativas culturais, tais como atividades artísticas (dança, teatro, música).

Os Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária, propõem:

- a) Dotar o Centro Comunitário das necessárias condições para o uso multidisciplinar de atividades de cariz cultural;
- b) Elaborar, caso se revele necessário, um projeto de acústica para o local e outros que se revelem indispensáveis.

Vialonga, 20 de Maio de 2015

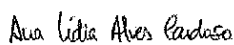
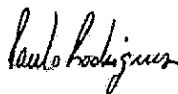
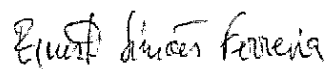
Os vereadores da Coligação Democrática Unitária "CDU"

Nuno Libório

Ana Lídia Cardoso

Paulo Rodrigues

Ernesto Ferreira





Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 018

Reunião de 2015/05/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

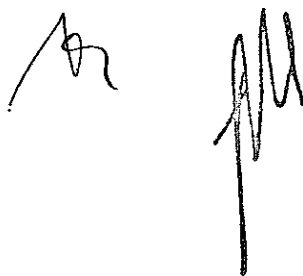
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CARTA EDUCATIVA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU gostariam de colocar uma questão que tem a ver com a comissão de acompanhamento da Carta Educativa. -----

Na última reunião da comissão de acompanhamento ficaram um bocadinho surpreendidos quando o responsável pelos estudos disse que aquela era a última reunião da comissão de acompanhamento. Como até agora a câmara municipal não decidiu nada, e no entender que têm o processo está ainda muito atrasado no que diz respeito àquilo que seria a análise e colaboração possíveis de todos, não conseguem perceber por que razão lhes foi dada esta informação, e gostariam de ver este assunto esclarecido. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que em relação à comissão de acompanhamento o Sr. Vice-Presidente falará. Obviamente que não sabe o que foi dito, mas acredita naquilo que a Srª Vereadora disse, e é verdade que há um momento em que todos têm que tomar conta, das várias sessões de trabalho que foram feitas, do ponto de situação em que se está, se há condições de a fechar ou não, bem como se há, da parte dos Srs. Vereadores, alguns apores e questões que queiram referir. Só depois disso, dessa aprovação e análise da câmara municipal, é que a Carta Educativa estará em condições de ser concluída, antes disso não. De qualquer modo, o Sr. Vice-Presidente também poderá dar alguma informação sobre isso. -----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PARQUE URBANO DA FLAMENGA - VIALONGA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, começando por cumprimentar os presentes, dando um cumprimento muito especial ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-Presidente da Sociedade Recreativa da Granja, bem como ao Sr. Presidente da Junta de freguesia, e dizendo que gostava de colocar algumas questões que passará a enunciar. -----

A primeira é relativa ao Parque Urbano da Flamengo, em que são conhecidos, e os membros da CDU já falaram várias vezes sobre estas questões, os problemas que continua a denotar. Já não falam da parte que ainda não está construída, mas daquela que já está executada e carece, no ver que têm, de várias questões.-----

A manutenção é insuficiente e descuidada, o que se nota a olho visto por quem passa por lá. A rega é manifestamente insuficiente, e existem alguns dragoeiros, que são árvores centenárias, que estão em risco de secar por manifesta falta de rega. Os caminhos pedonais, neste local e neste parque urbano, estão completamente degradados e danificados. As árvores e os arbustos que secam entretanto não são posteriormente repostos pelos serviços, a relva encontra-se mal semeada, de maneira que aquilo parece mais uma "manta de retalhos" do que propriamente um espaço relvado. -----

Já colocaram estas questões várias vezes, e continuam por ter uma resposta concreta por parte da câmara municipal, pelo que gostavam de saber para quando uma ação de manutenção como deve ser neste local. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que teve uma reunião no dia 11 de maio, em que participou o Sr. Presidente da junta, bem assim como a Srª Presidente e os outros membros da comissão de acompanhamento do Parque Urbano da Flamengo, e esteve-se a conversar sobre a última fase, em que se pensa lançar o procedimento ainda este ano. Havia necessidade de perceber o que se ia fazer, houve uma boa reflexão, e decidiu-se quais as obras que iam ser feitas para fechar o processo.-----

Gostaria, neste sentido, de transmitir uma questão que parece muito importante, no seu ponto de vista. Pediu para que, quando fosse feita a projeção de todo o parque urbano, se fizesse a simulação da construção da piscina no local onde está



prevista, porque tinha a consciência, e continua a ter, que onde estava prevista inicialmente, ao meio do parque urbano, era um atentado para o parque urbano. Era um obstáculo visual, que iria prejudicar em muito, e decisivamente, o que se pretendia que fosse aquele parque urbano. Continua a pensar que, apesar de a piscina estar já numa zona encostada e terminal do parque urbano, continua a ser um obstáculo, mas o que ficou visto foi que o espaço para a construção é ali. No entanto, não se fechou a hipótese de se encontrar um terreno central, onde a piscina pudesse ser construída.-----

É um dado novo, mas vale a pena, em cada momento, poder refletir se as decisões que se tomam, num determinado contexto, com as dinâmicas que as coisas têm, não podem ser alteradas. Do seu ponto de vista julga que valerá a pena fazer este esforço de avaliação, de se construir a piscina noutro local, para que o parque urbano de facto tenha a expressão que deve ter, plenitude de visualização plena, que com a piscina ali construída não terá.-----

De qualquer modo, se não se conseguirem encontrar os consensos necessários para o efeito, a piscina será ali construída. Agora, sinceramente, na sua opinião é uma pena, porque o parque urbano fica prejudicado.-----

Quanto às questões de manutenção, foram faladas nessa reunião, e tomou-se boa nota do que foi dito, o que aliás foi agora também referido. Neste momento as equipas que tratam destas matérias estão a analisar, e pediu ao Sr. Vice-Presidente para ter em boa análise todas elas, depois de uma série de fotografias que a Srª Presidente da comissão lhe fez chegar.-----

-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a câmara municipal pensa, a breve trecho, avançar com a segunda camada de desgaste, e assim finalizar a urbanização. Obviamente que terá, depois, que ver como será ressarcida desse trabalho, através do fundo, porque esta urbanização já está na posse de um fundo imobiliário. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº _____

QUIOSQUE DO CASAL DA SERRA - VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que na última reunião de câmara colocou pessoalmente ao Sr. Presidente uma questão relativa ao quiosque do Casal da Serra, em Vialonga. Passaram-se 15 dias, o quiosque continua exatamente no mesmo estado em que estava há 15 dias atrás, a degradação e vandalização começam a aumentar, o risco de insegurança é enorme naquele local, pelo que gostavam de saber, e se o Sr. Presidente não conhece terá toda a disponibilidade de mostrar algumas fotografias que tem, que tirou hoje de manhã naquele local, se o anterior proprietário já foi acionado, se foi notificado para remover integralmente todas as construções que efetuou no local.-----

No fundo, gostariam de saber o que é que os serviços da câmara municipal já fizeram, o que estão a fazer, e quando se perspectiva dotar aquela zona de condições de segurança corretas, para a população poder usufruir do espaço. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que as pessoas foram notificadas, no sentido de fazerem aquilo que têm de fazer, e está-se a aguardar a reação dessa mesma notificação -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
UNIÃO ATLÉTICO POVOENSE – PROPOSTA DE USO DO TERRENO ANALISADO EM
2013 -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, reportando-se ao UAP - União Atlético Povoense, dizendo que os membros da CDU, nos finais de 2013, na reunião de câmara, ainda no mandato anterior, fizeram uma proposta de alteração ao uso do terreno e à cedência, por parte do UAP de parte do terreno a terceiros.-----

Pelo menos do que se recorda nunca tiveram, na câmara municipal, a entrega de qualquer projeto para obras de construção no local, não tiveram qualquer entrega de projeto ou de estudo prévio sequer, ou algo similar para aquilo que vai nascer no local do União Atlético Povoense, nomeadamente aquela superfície comercial que todos conhecem fruto da discussão que foi feita na altura, pelo que, não sabendo qual é o plano estratégico para a zona, não conhecendo nenhum estudo de mobilidade, nenhum estudo de circulação rodoviária, e conhecendo a pressão que é feita na zona, gostariam de saber o que se passa lá neste momento. -----

Neste momento já estão a ser feitas fundações, há gruas a serem instaladas, há terras a serem removidas, há camiões a entrar e a sair, numa altura em que a escola D. Martinho Vaz de Castelo Branco está a funcionar, há pois um risco acrescido em toda a zona, sem falar de uma intervenção que não é do conhecimento da câmara municipal. A câmara municipal autorizou o União Atlético Povoense a ceder a terceiros o espaço para a construção de uma superfície comercial, mas nunca nenhum projeto dessa superfície comercial, que evidenciasse o impacto que vai ter na zona, nomeadamente a nível de entradas, saídas e tudo o mais, foi entregue na câmara municipal. -----

Assim, o que é que se passa concretamente nos terrenos da câmara municipal cedidos ao UAP?-----

O Sr. Presidente interveio, para dizer que vai fazer chegar a informação a esse respeito, se bem que julga que na informação que foi prestada num determinado momento, em que foi aprovada a alteração do uso, falou-se dos contornos e do que iria ser lá feito. Obviamente que, em termos de pormenor, essa informação não foi prestada, e portanto ir-se-á referir.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
VIDEOVIGILÂNCIA NA PASSAGEM INFERIOR AO CAMINHO DE FERRO – PÓVOA DE
SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se à passagem inferior ao caminho de ferro, na Póvoa de Santa Iria, dizendo que os membros da CDU receberam uma resposta, assinada pelo Sr. Presidente, a uma questão que colocaram no dia 11 de fevereiro. O Sr. Presidente teve a amabilidade de lhes responder no dia 15 de maio, e nesta resposta é dito que, no seguimento das questões que levantaram, após a interpelação que fizeram e esclarecimentos, que a empresa instalou equipamentos de videovigilância na estação da Póvoa de Santa Iria, de forma a dissuadir a marginalidade. -----

Gostavam de saber quem forneceu este tipo de informação, porque não há nenhum equipamento de videovigilância instalado na estação. Portanto, estranha muito o Sr. Presidente estar-lhes a dar esta resposta, quando não corresponde à realidade do terreno neste momento. -----

Por outro lado, na resposta já de fevereiro, que deu em plena reunião de câmara, o Sr. Presidente disse: “Em termos de reparação e iluminação e outras situações deste tipo, a responsabilidade é da câmara municipal, e a limpeza é com a junta de freguesia. Assim, aquilo que depende da câmara municipal tem-se vindo a fazer, e é provável que haja lá algo ainda por resolver.” -----

A verdade é que nem em fevereiro tinha sido feita alguma coisa, nem de fevereiro até hoje foi feito seja o que for na passagem inferior. Ela continua exatamente como sempre esteve, completamente degradada. Não tem iluminação, os degraus estão partidos, está completamente suja, toda grafitada, não é segura, ninguém passa lá, ninguém tem coragem sequer de passar naquela passagem inferior. -----

Se devia ter sido construída ou não, é uma discussão do passado. Foi feita quando? Devia ter sido feita no passado, mas a verdade é que hoje se está em 2015, e ela existe. Se existe, das duas uma, ou o Sr. Presidente diz que se fecha a passagem inferior e assumem-se as responsabilidades sobre isso perante a população e a empresa detentora das infraestruturas rodoviárias; ou então, se não se tem a coragem de dizer “feche-se a passagem inferior”, vai-se ter que a reabilitar, vai-se ter que fazer alguma coisa dela. Se ela existe ou não, está lá, tem que se viver com



ela, e aliás esta é uma frase que o Sr. Presidente diz muito: “existe, temos que conviver com as coisas.” -----

Os erros deviam ter sido avaliados na altura em que foi construída. Foram avaliados, tomou-se uma decisão, ela está feita, está lá, temos que conviver com ela e que a reabilitar. -----

A pergunta que deixa é sobre esta questão da videovigilância, porque confessa que não conhece nenhuma videovigilância que tenha sido instalada entretanto, a menos que haja um erro de português, que acredita que haja, e para quando a reabilitação da passagem inferior de uma vez por todas. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a questão da videovigilância é a autorização para a instalação da mesma. Não está instalada porque, como é sabido, sobre esta matéria há uma exigência das entidades que superintendem esta autorização, e ainda se está a aguardar. -----

Quando à passagem inferior, ter-se-á que conviver com ela. Pensa que foi um erro muito grande, mas tem que se conviver com ela. Não parece que fechá-la seja a solução, mas às vezes até apetece, porque repara-se aquilo que é necessário reparar, é tudo limpo, depois é tudo gratificado e partido, é tudo vandalizado, e às duas, por três, já não se percebe bem o que está a acontecer. -----

De facto às vezes é um trabalho inglório, porque se investe muito na manutenção e acontecem situações que nem se percebe porque é que acontecem. Alguém que está mal com a vida, por várias razões, chega ali, e a primeira coisa que faz é dar uma pedrada numa lâmpada e partir aquilo tudo, e não se consegue, muitas vezes, lidar muito bem com estas circunstâncias, a não ser voltar a reparar. -----

-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
MOÇÃO APRESENTADA NA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VIALONGA SOBRE
CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dando conhecimento, se é que o Sr. Presidente ainda não o tem, que no último dia 23 de abril, na assembleia de freguesia de Vialonga, os eleitos da CDU apresentaram uma moção, que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata, que foi aprovada por unanimidade, e que tinha a ver com as condições de acessibilidade, dando conta da necessidade imperiosa da construção de passeios na estrada variante de Vialonga, no alargamento, e também da construção de passeios na estrada do túnel, de Vialonga, assim como na estrada da Alfarrobeira e o troço da rua Egas Moniz, entre a Quinta do Gaio e o Beco dos Ferreiros. -----

São zonas onde, de facto, as pessoas transitam em bastante número, e havia necessidade de olhar para elas doutra forma, nomeadamente a estrada da Alfarrobeira, que tem uma passagem para a DHL e outras empresas que se localizam perto da Central de Cervejas, e a estrada do túnel, que cada vez é mais utilizada por jovens estudantes e trabalhadores que se dirigem para a Póvoa de Santa Iria. -----

Assim, gostaria de saber se câmara municipal tem já alguma posição em relação a esta moção, e qual é, de facto, esta sua intenção. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que esta é uma matéria que já se tem vindo a falar, e nas zonas onde isso seja possível fazer, vai-se tentar que se faça. ---

-----



PCP-PEV

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de VIALONGA

Pela melhoria das condições de acessibilidade

- A criação da Estrada Variante, alternativa à circulação pela via principal de Vialonga, provou ter sido um bom investimento, pois não só retirou o trânsito, essencialmente pesado, da área residencial, como melhorou a qualidade de vida de todos os seus habitantes, e permitiu uma maior rapidez no escoamento de viaturas. Porém, pelas características geográficas locais, a variante necessita de ser atravessada por vários cruzamentos, com destino à Póvoa, Forte da Casa e demais zonas de freguesia. Naturalmente, esses cruzamentos, sendo semaforizados, pervertem o objectivo de escoamento célere do trânsito e, durante algum tempo, assistiram-se a algumas dificuldades com o estrangulamento viário pois, embora regulem, também retardam a circulação, e não evitam os acidentes, em situação de avaria, o que tem sido recorrente. De forma a alterar a realidade descrita, começaram a ser construídas rotundas nesses cruzamentos, o que mesmo não sendo a situação ideal, provou ser uma boa solução, pois têm aliviado a circulação automóvel, bem como melhorado o nível de segurança, contribuindo para a redução do nível de sinistralidade, com tudo o que isso tem de bom para as populações;
- A estrada do Túnel, que liga Vialonga à Póvoa de Sta Iria, é uma via de circulação pedestre assinalável, sendo usada por muitos jovens estudantes e trabalhadores que aí estudam ou trabalham. Contudo, as suas bermas são diminutas, mal demarcadas e em mau estado de conservação, o que torna difícil e perigosa a circulação pedestre, numa estrada com assinalável tráfego viário;
- A estrada da Alfarrobeira, que liga Vialonga a Alverca, também é utilizada por cada vez mais peões, mormente, os trabalhadores das várias instalações fabris e logísticas aí existentes. A circulação pedestre não é a ideal, mas torna-se ainda mais perigosa quando se aproxima da entrada do Cabo de Vialonga, após a passagem do Viaduto sob a A1, pois as bermas laterais desaparecem, dando lugar ao canal a descoberto que permite o escoamento das águas pluviais;
- No troço da Rua Egas Moniz, entre a Qta do Gaia e o Beco dos Ferreiros, no sentido da Qta da Flamengo, não existe passeio, o que torna difícil a circulação e peões.

Perante as situações descritas, os eleitos da Assembleia de Freguesia de Vialonga, solicitam ao executivo camarário, que averigue da realidade exposta, e diligencie para sua alteração. Com relação às rotundas, sabendo estar prevista a conclusão de mais uma, durante o ano de 2015, vem esta Assembleia pedir a conclusão das restantes, ainda durante este ano, dado tratar-se de uma obra de carácter célere, e que demonstra ser de encargos financeiros, perfeitamente, aceitáveis para o orçamento camarário.

Vialonga, 23 de Abril de 2015



Deliberação nº _____

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized cursive letters. The first part appears to be 'A' followed by some loops, and the second part is more complex with multiple vertical strokes and loops.

aod 15




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

URBANIZAÇÃO DA ENCOSTA DO MOINHO - VIALONGA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que provavelmente já passaram 4 anos, e sinceramente os membros da CDU não conseguem perceber quais serão os motivos que assistem à câmara municipal para se recusar a dar uma informação. Na freguesia de Vialonga há uma urbanização que se chama Encosta do Moinho, e há 4 anos que perguntam se existem ou não garantias bancárias.-----

Vai repetir aquilo com que há 4 anos insistem com a câmara municipal, porque se existem, a câmara municipal deve acionar os meios legais no sentido de completar, substituindo-se ao promotor imobiliário, as obras de urbanização que estão em falta. Se não existem, é bom que se diga e perceba porque é que não existem. -----

Desta forma, a ver vamos se é hoje que conseguem perceber isso, e se o Sr. Presidente já dispõe de informação ao fim de 4 anos, para repor a legalidade numa situação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo, sobre as urbanizações inacabadas, entre elas a Encosta do Moinho, que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber qual é a perspetiva da câmara municipal para toda esta situação. Executará as garantias bancárias? Avançará e executará depois? Obrigará os respetivos empreiteiros a assumirem responsabilidades? Fará valer o facto de ser poder na câmara municipal e obrigar todas estas pessoas, que efetivamente ganharam o dinheiro, e agora esperam que outros paguem as suas responsabilidades? Não pode ser, e gostariam de ter informação sobre toda esta matéria. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que esta é uma informação que o Sr. Vereador Nuno Libório já reclamou, e também a Coligação Novo Rumo reclamou, e tentar-se-á fazer chegar ainda esta semana, ou no início da próxima. -----

-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a câmara municipal tem feito aquilo que está dentro das suas competências. Por isso, há dois tipos de situações, das empresas que, no quadro do PDM, por carácter excecional podem lá continuar, e as que entretanto se instalaram, uma ou outra, que de facto têm que ser retiradas de lá. Naturalmente que a câmara municipal poderá intervir, junto de entidades que também têm jurisdição sobre estas matérias, para que possam atuar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ARPIV – ASSOCIAÇÃO DE
REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dirigindo novamente ao Sr. Presidente a questão relativa ao processo de legalização das instalações da ARPIV – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Vialonga, resultantes de um protocolo com vista à criação de mais uma urbanização, que acabou por não acontecer na freguesia de Vialonga. Qual é a relação do município com a empresa construtora deste equipamento? Compensará urbanisticamente essa empresa, ou pagará aquilo que lhe é devido pagar para que este equipamento, que há muitos anos serve a população de Vialonga, seja efetivamente da propriedade do município? O último valor adiantado pela câmara municipal andava na ordem dos 500 a 600 mil euros, portanto, é esta a dívida que se tem para com esse promotor imobiliário? O que é que foi feito no sentido de regularizar esta situação? -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, questionando, em relação à ARPIV, para quando a clarificação do que se passa em relação àquela instituição e às suas instalações, e para quando é que passam para a posse da câmara municipal e deixam de estar na posse do empreiteiro.-----

Seria bom que se clarificasse, porque o Partido Comunista sabe perfeitamente qual foi o acordo feito à época com a câmara municipal. Ao contrário do que se diz, o Partido Comunista e o Partido Socialista são poder no concelho, são as duas faces da mesma moeda, há uma de um lado, outra de outro, mas historicamente, em Vialonga, é o Partido Socialista, nos últimos anos, na câmara municipal, e o Partido Comunista na Junta de Freguesia de Vialonga. Conhecem-se todos, até porque o empreiteiro e a empresa que construiu também é de Vialonga, sabe-se perfeitamente, e o anterior presidente de junta chegou a afirmar publicamente o que se passava. -----

Ainda há poucos dias o viu no 25 de Abril, com certeza que os seus camaradas o veem facilmente, e se lhe perguntarem ele vai clarificar, e os Srs. Vereadores sabem disto muito bem. Portanto, os únicos que não sabem são os membros da Coligação Novo Rumo, mas gostariam de saber o que se passou ali, para que a situação continue da forma que está.-----



O Sr. Presidente interveio, mencionando que o processo de legalização da ARPIV já não está no tal urbanizador que foi falado, do proprietário inicial, está num fundo imobiliário, e está-se a tentar resolver para que fique concluído rapidamente, e sem exigência da câmara municipal pagar os 650 000,00€ ou coisa que o valha, que estavam previstos num determinado protocolo. -----

Quanto à numismática, da moeda com duas faces iguais, era uma moeda falsa, porque uma moeda tem de ter 2 cunhos completamente distintos. -----

O cunho do Partido Socialista é um cunho que tem um relevo interessante, muito bom, do ponto de vista dos seus membros, assim como o cunho da CDU, da moeda, também foi importante, num determinado contexto histórico, onde era necessário fazer muita coisa. -----

Pensa que cada um fez, num determinado contexto, e continua a fazer, aquilo que lhe parece melhor, sendo evidente que as oposições, naturalmente que servem, justamente para apontar determinadas situações que devem ser corrigidas, e é essa oposição construtiva que muito ajuda o executivo socialista a fazer o seu trabalho. -----

Se a oposição for efetivamente construtiva, ir-se-á muito mais longe. Se for só de terra queimada, e destrutiva, ninguém acredita, inclusivamente, aquilo que está muitas vezes a ouvir. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, como diziam aqueles que lutaram pela liberdade, a reação não passará, pelo que são duas faces da mesma moeda que têm estado a tratar. -----

-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Não parece que seja a coisa mais essencial, se bem que, em termos visuais, é importante que se faça e vai-se fazer.-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Este este era um programa que tinha a ver com recolha de pilhas e acumuladores em fim de vida, o máximo a atingir eram 50kg, e a escola Álvaro Guerra atingiu 60kg e foi premiada. Portanto, para além de ser a única escola do concelho a concorrer, ainda foi premiada, e gostavam de deixar um voto de congratulação ao agrupamento de escolas Alves Redol. -----



Reunião de 2015/05/20

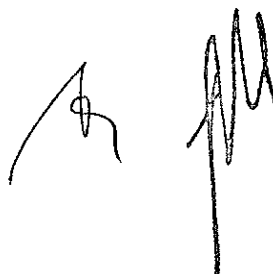
Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
QUESTÕES SEM RESPOSTA COLOCADAS NOS PERÍODOS ANTES DA ORDEM DO DIA
DE REUNIÕES ANTERIORES-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que renova as questões que os membros da Coligação Novo Rumo têm colocado nos períodos antes da ordem do dia de reuniões anteriores, nomeadamente quanto aos bungalows do parque de campismo, em que continuam sem obter resposta sobre a situação.-----

Relativamente ao parque de estacionamento junto à praça de touros, continuam sem perceber ao certo para que servem aqueles blocos de cimento ou floreiras de cimento que lá estão colocados, que eliminam cerca de 6 lugares de estacionamento. -----

Por último, a situação que têm levantado e falado por várias vezes, que tem a ver com o veículo da empresa Catarino, em que ainda ontem lhes disseram que o passeio continua igual. Desta forma, só se não estão a falar do mesmo passeio, e se calhar para a próxima terão que trazer fotografias.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
RECOMENDAÇÃO SOBRE A EB2,3 DE VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, começando com uma recomendação sobre a EB2,3 de Vialonga, que é reconhecida por todos como tendo as piores condições, quer em Vila Franca de Xira, quer uma das piores condições da região de Lisboa, frequentada por mais de 1000 alunos, com idades entre os 10 e os 18 anos, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Não foi o próprio, nem a sua força política, que deram a concordância para que, por um lado, aquelas obras não fossem feitas, e por outro que o pavilhão não fosse construído dentro da escola, porque esteve prevista lá a sua construção. Não foram os membros da Coligação Novo Rumo que deram a concordância, foi a escola, com o respetivo poder político da junta de freguesia e da câmara municipal à época, que disseram que o pavilhão não precisava de ser construído dentro da escola, podia ser construído onde está, do Grupo Desportivo de Vialonga, e a responsável da escola, à época, em conjunto com o poder político, disse que os alunos poderiam frequentar perfeitamente aquele pavilhão, e que a escola passava a ter o ónus de pagar o uso daquele pavilhão por parte dos seus alunos.-----

Consideram tudo isto absolutamente inaceitável, e que a escola tem que ter a função de ter boas instalações, razoáveis e aceitáveis, quer para o pessoal docente e não docente, quer para os seus alunos, pelo que solicitam à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que, em conjunto com o Governo e a direção-regional que tutela esta área, possam de uma vez por todas realizar o mapa que é necessário realizar das escolas que são necessárias intervir e as que não são necessárias intervir e que, em seguida, se possa implementar um plano, para que esta escola, duma vez por todas saia desta situação de ponto negro absolutamente inaceitável, de educação sem condições para os alunos de Vialonga. -----

Deixam a posição que têm, marcada, sobre esta matéria, porque na política, espetáculo à parte, é preciso que as pessoas assumam as suas responsabilidades, e efetivamente houve vários atores responsáveis sobre todo este processo que, depois, tentam sistematicamente atirar responsabilidades para terceiros quando uma boa parte da responsabilidade deste processo está nesta freguesia e



concelho. Deixam marcada esta posição, para que no futuro se possa resolver um problema de uma escola que envergonha a todos e não dá condições aos estudantes, aos professores e respetivos funcionários que ali trabalham. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que se poderá falar do que se quiser, sendo que na última reunião de 2014, a 30 de dezembro, justamente no limite do ano, teve oportunidade de referir o que pensa sobre o assunto. Não se vai referir mais a isso, já disse o que tinha a dizer, pois, do seu ponto de vista, é irrelevante quem é quem, quem fez o quê, e há um outro processo. -----

No que diz respeito à sua pessoa, tem a consciência tranquila, e o que importa é ir ao encontro do que foi dito, melhorar as condições para que os alunos daquela escola e todos quantos lá trabalham sejam bem melhores do que as que existem. --

Pode dizer que nas reuniões que a câmara municipal tem com a DGEstE, a última das quais no dia 14 de abril, esta matéria é sempre colocada em cima da mesa, e envia-se e entrega-se sempre ao Dr. Alberto Duarte um dossiê com as necessidades de reparação, manutenção, e outras, das escolas que não são da competência da câmara municipal.-----

Portanto, esse dossiê existe, e foi solicitado à câmara municipal também um trabalho, que fez, de identificação das zonas de coberturas em fibrocimento. Fez-se todo esse trabalho, entregou-se à DGEstE, com todo o gosto, pois as parcerias fazem-se assim, e também a relação que se tem tido com o seu diretor tem sido boa e frutuosa. No entanto, sobre estas questões de maior vulto, o diretor também disse que não há condições financeiras para o efeito. -----

Foi o resultado da última reunião que a câmara municipal teve, no dia 14 de abril. O plano está traçado, identificado, agora é só uma questão de decisão, e mais do que isso, crê que a decisão, pela DGEstE, seria tomada, mas agora não tem condições financeiras para o fazer, e está-se limitado. -----

É o que pode dizer, e aquilo que se vai continuar a fazer é pressão para que estas matérias sejam resolvidas. -----

-----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

Recomendação 01/2015

Reunião de Câmara de 20 de Maio de 2015

Os Vereadores eleitos pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, vêm por este meio realizar uma Recomendação à Câmara Municipal no âmbito da Escola Básica 2,3 de Vialonga, que é conhecida por todos como tendo as piores condições do Concelho de Vila Franca de Xira, e das piores condições da região de Lisboa.

Não nos podemos esquecer que é frequentada por mais de mil alunos com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos.

Não foi a Coligação Novo Rumo que deu a sua concordância para, à época, se terem feito algumas opções que vieram a claramente prejudicar os alunos que a frequentam, nomeadamente e servindo de exemplo, a opção de não construção do pavilhão para a prática desportiva, tendo sido construído fora da Escola e que, para ser usufruído, tem de ser pago.

A Coligação Novo Rumo não pode considerar isto aceitável, e como a Escola deve ter condições no mínimo razoáveis e aceitáveis, não só para os alunos mas também para todos os que lá trabalham, docentes e não docentes, solicitamos e recomendamos que a Câmara Municipal, em conjunto com o Governo e com a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que tutela esta área, possa de uma vez por todas realizar o mapa dos estabelecimentos de ensino que necessitam, ou não, de intervenção/modernização e de seguida implementar um plano para que esta escola em particular saia da situação de ponto negro inaceitável.

É necessário que cada um assuma as suas responsabilidades.

Vialonga, 20 de Maio de 2015

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Rei

Helena Pereira de Jesus



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

Recomendação 02/2015

Reunião de Câmara de 20 de Maio de 2015

Os Vereadores eleitos pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, vêm por este meio realizar uma Recomendação à Câmara Municipal no âmbito dos equipamentos Escolares, nomeadamente as Escolas Básicas 1 e Jardins de Infância, existentes no Concelho e que têm um número de alunos reduzido, estejam claramente a necessitar de obras de adaptação ou que estejam mesmo completamente desadequados face às necessidades e à realidade, consistindo no seguinte:

- Que a Câmara Municipal elabore um mapa dos estabelecimentos de ensino referenciando os vários níveis e aspectos de desajustamento, indicando e priorizando necessidades;
- Que nesse mapa sejam claramente identificados aqueles que não reúnem as necessárias condições, iguais a outros estabelecimentos na mesma freguesia e consequentemente no concelho;
- Que nessa identificação conste o plano ou perspectiva de intervenção;
- Que seja considerada igualmente a evolução nos últimos anos do número de matrículas em cada estabelecimento.

Vialonga, 20 de Maio de 2015

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Rei

Helena Pereira de Jesus



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

URBANIZAÇÃO DE VIVENDAS NOS ENXOFRAIS – GRANJA - VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se está na Granja, em Vialonga, numa zona que talvez seja conhecida como tendo uma urbanização de umas quantas vivendas, se se poderá chamar assim, que têm eventualmente a aprovação mais rápida que conhece. A câmara municipal aprovou um loteamento, então, a José Maria Duarte Júnior, cedeu uns quantos lotes como garantia, não registou esses lotes, e em seguida ainda aprovou um projeto de construção para os lotes que não eram de José Maria Duarte Júnior, mas eram da autarquia. -----

Até hoje os membros da Coligação Novo Rumo não sabem o que aconteceu, quem é que não registou, porque é que não registou, quem é que aprovou, quem não verificou que os lotes não eram do proprietário e eram da câmara municipal. -----

Dando um exemplo, se agora o próprio gostar da vista onde estão os Paços do Concelho, em Vila Franca de Xira, chegar lá e entregar um projeto para construir 50 andares, na câmara municipal aprovam-lhe o projeto, e depois amanhã as máquinas chegam lá, e dizem: “Sr. Presidente saia lá daqui pra fora, que nós agora vamos construir aqui um prédio de 50 andares.” Considera que isto não faz sentido, e faz muito menos sentido, a seguir, não terem sabido o que aconteceu em todo este processo que aqui se encontra.-----

Vem na ordem do dia um outro processo, que é uma receção com mais de 30 anos, que hoje lhes propõem que seja recebida, em Vialonga, e aliás isto demonstra verdadeiramente o bloco da situação, quando se fala e alguns se arrogam no direito de falar, dos partidos da situação, pois efetivamente os partidos da situação, em Vila Franca de Xira, são o Partido Comunista e o Partido Socialista. Foram eles que desde 1974 até hoje governaram o concelho e são os partidos da situação, responsáveis pela situação a que se chegou em Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o Sr. Vereador falou numa urbanização próxima da Granja, Enxofrais 1 e Enxofrais 2, e aquilo que se tem vindo a fazer é aquilo com que a câmara municipal se comprometeu com os moradores e o Sr. Presidente da junta, que tem acompanhado este processo, que é resolver infraestruturas de embelezamento que estavam por fazer. Por isso, só falta agora uma última fase, e também se vai fazer. Era um compromisso com os moradores, e



ir-se-á cumprir. -----

Quanto às questões que o Sr. Vereador Rui Rei referiu, reputa que não deviam ter acontecido, mas aconteceram. Havia 2 lotes, de facto, que foram dados como a garantia, e veio a reunião de câmara, salvo erro, aprovado por unanimidade, e naturalmente que não havia razão para que assim não fosse, que os lotes fossem substituídos por uma garantia bancária em numerário, mas não aconteceu. -----

Veio a reunião de câmara, não havia razão para que não fosse aprovado, o que o próprio acabou de dizer, pelas razões que estavam na proposta, mas o seguimento deste processo é que não teve consequência, e esse é o drama deste problema. ----

Como é que se vai resolver? Não sabe, inclusivamente poder-se-ia ir à herança da família, mas renunciou à herança, e está-se à espera, sendo que este tipo de pessoas não tem vergonha absolutamente nenhuma. -----

Quem tem um “pingo de vergonha” não sai à rua, mas quem não tem vergonha nenhuma, está tudo bem, e aliás tem-se assistido a várias situações até muito mais complicadas que estas, e o à-vontade com que as pessoas têm sobre as coisas é fantástico. -----

Isto tem que mudar, obviamente, e os erros só servem para uma coisa, para não voltarem a ser cometidos. Portanto, a câmara municipal deverá apetrechar-se com as condições, técnicas ou administrativas, internas e externas, para que estas situações não voltem a acontecer. -----

De qualquer modo, esta matéria da renúncia da herança terá que ser resolvida, em sede do Ministério Público. -----

-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, solicitando ao Sr. Presidente o ponto de situação da estrada da pedreira, em Vialonga, voltando a lembrar que aquela via estava cheia de buracos, foi reparada por trabalhadores municipais, foram deixadas infraestruturas no subsolo para saírem de lá todas aquelas infraestruturas aéreas, e até hoje a câmara municipal não obrigou sequer os operadores a fazerem esse trabalho. Estão lá todas feitas. é só enterrá-las. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, para dizer que a câmara municipal não tem nenhuma informação, a não ser que houve uma informação sobre os azulejos, que permitirá à câmara municipal, se assim entender, recuperar os azulejos da capela.-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ESTACIONAMENTO JUNTO À ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR INFANTIL DA
FREGUESIA DE VIALONGA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria de ter informação sobre o estacionamento junto à ABEIV – Associação para o Bem-Estar Infantil da Freguesia de Vialonga. Existia um projeto, uma intenção junto àquela ribeira, para que pudessem estacionar, quer os carros dos pais das crianças que as vão deixar todos os dias de manhã e as vão buscar à tarde, quer os autocarros, quer nas alturas de férias escolares e férias de verão, e gostariam de saber qual é o ponto de situação sobre esta obra, e para quando há perspetiva de se realizar. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que este é um processo em que se pensa evoluir ainda este ano.-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o Sr. Vereador António Oliveira já tomou boa nota e vai ver com os serviços o que se passa.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

AUMENTO DE ESPAÇOS VERDES SEM TRATAMENTO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm vindo a notar de novo um aumento de espaços verdes sem tratamento, e sem justificação para o seu não tratamento.-----

Trazem hoje uma série de fotografias, que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata, da Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Alverca do Ribatejo, algumas das quais parecem autênticos pastos para os animais, e que deixa ao Sr. Presidente para poder visualizar, sendo que alguns destes espaços estão entregues às juntas de freguesia, neste caso da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa. Em Alverca do Ribatejo, por exemplo, destaca a zona da Malvarosa, em que os espaços verdes estão a secar, e mesmo dentro da Póvoa de Santa Iria há vários espaços que não são tratados.-----

Questionam o que as juntas de freguesia fazem com as verbas que lhes são transferidas dos contratos de descentralização, estando a falar de verbas, no caso de Alverca do Ribatejo, de quase 900 000,00€ por ano, no caso da Póvoa de Santa Iria, de quase 800 000,00€ por ano, no caso de Vialonga, de quase 500 000,00€ por ano, no caso da Castanheira do Ribatejo, de quase 400 000,00€ por ano, no caso de Alhandra, de quase 570 000,00€ por ano, e no caso de Vila Franca de Xira, de quase 460 000,00€. -----

Isto não é aceitável, porque não se aprovaram acordos de descentralização, como diz o Partido Comunista, face a outras entidades, para pagar aos amigos que estão lá empregados nas juntas de freguesia. Paga-se e transfere-se este dinheiro para os cidadãos terem as suas ruas limpas, os seus espaços verdes arranjados, as ruas bem tratadas, os passeios arranjados e toda essa matéria como deve ser, bem tratada e arranjada. Não é o resto, o resto não é um problema da câmara municipal, muito menos seu, que está eleito na câmara municipal, e com o voto do povo, que não serve só para algumas coisas, serve para tudo. -----

Portanto, o matagal é uma coisa que se vê em muitos lugares do concelho, nomeadamente bem perto, e gostariam de saber o que faz a entidade da câmara municipal que tem obrigação de fiscalizar os acordos de descentralização e o que fazem as juntas de freguesia que têm esta obrigação, de não deixar que os



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, referindo ao Sr. Vice-Presidente que está na hora de saber o que se passa com a manutenção dos espaços verdes, porque paga-se às empresas, e é para trabalharem convenientemente. Se aquelas não servem, terão que vir outras. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que o projeto existe, agora tem é que ser planeada a sua sequência, porque é um projeto de muitos milhões de euros, e aquela mata e todo o projeto têm que ser vistos convenientemente para se conseguir fazer. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

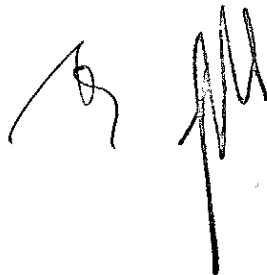
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
INSTALAÇÕES DOS BOMBEIROS DE VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que em relação aos bombeiros de Vialonga os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se há alguma evolução face às instalações, mas gostariam de deixar também uma nota, até de público reconhecimento pela nova direção que foi eleita e desejar-lhe votos de excelente trabalho, sendo que aproveitam também para os desejar à nova direção eleita dos bombeiros de Alverca do Ribatejo. -----

Em relação a Vialonga, as instalações onde os bombeiros estão são da câmara municipal, e seria a altura da mesma fazer um acordo com os bombeiros e definitivamente entregar-lhes aquele espaço, que pensa é reclamado por eles há muito tempo.-----

Assim, seria interessante que se avaliasse.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que há um espaço que foi cedido, há uma candidatura que, quando houver fundos comunitários para o efeito, poderá avançar, pelo que da parte da câmara municipal tudo o que tinha de fazer já fez.- --



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESCOLA DE ALPRIATE - VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, para falar sobre a escola de Alpriate. Alpriate é Vialonga também, é do concelho de Vila Franca de Xira, e aquela escola não tem condições e deveria ter. De facto, nunca viu o Partido Comunista falar sobre aquela escola, não sabe se há alguma questão, e também não viu o Partido Socialista falar, mas efetivamente a escola não tem condições. Os pais não têm quase condições para levar as suas crianças àquele espaço escolar, e é daquele tipo de instalações que não é por problemas financeiros que não se dota de condições para as crianças do concelho. -----

Não é por problemas financeiros que a câmara municipal não o faz, e portanto este tipo de instalações não deveria existir em Vila Franca de Xira, do século XXI e de 2015. Dever-se-iam efetivamente resolver todos estes problemas, sendo que falar de escola pública no discurso é extraordinário, porque se fala, não dói, e, se não se for gago, até se fala bem, mas fica-se por aí. O problema é depois dotar de meios a escola pública, de condições, de professores, de auxiliares, e dotá-la de igualdade de circunstâncias para aqueles pais que têm condições, e que até dão essas condições aos seus filhos noutra tipo de escolas. A igualdade de oportunidades começa aqui, começa nas mesmas oportunidades quando, na escola, se começa a formação, a crescer, e a ver o mundo que está à volta. -----

Deixa pois estas perguntas e reflexões para se poderem discutir.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que obviamente a câmara municipal não se satisfaz com algumas escolas que tem. Agora, em Vialonga, e no concelho todo, tem vindo a fazer um esforço bastante grande no âmbito da anterior Carta Escolar, e depois da Carta Educativa, e fez uma série de obras de construção de novos equipamentos escolares, para que a escola pública no concelho de Vila Franca de Xira orgulhe. Portanto, não há razões para que assim não seja, apesar de se saber que ainda há muito para fazer, nomeadamente na escola de Alpriate. Provavelmente vai-se ter que ampliar a escola do Cabo, e há outras intervenções que se vão ter que fazer, em outras freguesias também. -----

No cômputo geral das intervenções que a autarquia fez ao longo destes anos, e provavelmente é suspeito por estar a dizê-lo, o resultado é muito satisfatório. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que passa de imediato para a ordem do dia e depois, se houver condições, fica o resto das respostas para dar, porque já se está bastante atrasado, e é preciso rentabilizar o tempo. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber sobre o ponto de situação dos jardins, dos espaços verdes. Assim, considera que da próxima vez o Sr. Presidente deverá começar pelas respostas aos membros da sua coligação. Se for assim aceitam, caso contrário tem que “dividir o mal pelas aldeias”. Divide a meio, dá umas respostas a uns e outras respostas a outros. É a vida, e tem que ser.-----

O Sr. Presidente interveio de novo, mencionando que se os Srs. Vereadores forem céleres no desenvolvimento do trabalho que ainda falta fazer, há todo o tempo para dar todas as respostas.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não é isso que diz, o Sr. Presidente é livre de conduzir os trabalhos como entender, e é livre de começar por onde quiser. O Sr. Presidente faz como entender, e na próxima reunião o próprio vai verificar. Contudo, ou começa por um lado, e termina, ou a seguir dá a volta e começa ao contrário, porque a democracia não tem dono.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, mencionando que compreende o que o Sr. Vereador está a dizer, e fica o compromisso que, de reunião para reunião, começa por uma força política, e depois por outra. Assim a divisão do “mal pelas aldeias” fica feita. -----

-----



Deliberação nº _____

Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara.-----



Assunto: ACESSIBILIDADES, PASSEIOS E SEGURANÇA PEDONAL NO CONCELHO –
DISCUSSÃO E ANÁLISE-----

Presente o requerimento nº 8/2015, de 13/04, dos membros da Coligação Novo Rumo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para discussão e análise de acessibilidades, passeios e segurança pedonal no concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que pediu que este ponto transitasse para esta reunião, na medida em que, como todos se recordam, teve que se ausentar para Lisboa e gostava de ver aquilo que a Coligação Novo Rumo vai apresentar. Agora, tem que se pôr um tempo limite para o efeito, e caso esse tempo for insuficiente para a reflexão que provavelmente se tem que fazer, voltar-se-á ao tema. -----

Assim, questiona se o Sr. Vereador Rui Rei está de acordo.-----

Estando o Sr. Vereador Rui Rei de acordo, prosseguiu, dizendo que dará meia hora para este ponto.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que pensa que é muito tempo, mas o Sr. Presidente é que manda. -----

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que está a tentar, como é sua obrigação, conciliar os interesses de todos, e respeita os interesses de todos, por isso, se se conseguir fazer a discussão em menos de meia hora será ótimo.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, agradecendo a atenção do Sr. Presidente, e dizendo que, de facto, continua-se a assistir a coisas, que são impensáveis. Quando os interesses dos cidadãos devem estar acima dos interesses da pequena política, continua-se a assistir a que um certo poder dentro desta câmara municipal está mais preocupado com o que alguns falam do que propriamente com a resolução dos problemas. -----

Portanto, quando os membros da Coligação Novo Rumo pediram este agendamento, de uma proposta que viesse a reunião de câmara, é que, por um lado, os políticos não são efetivamente todos iguais, e as oposições não se fazem só numa perspetiva de “terra queimada”, nem de dizer que está tudo mal. Há coisas que estão bem, coisas que estão menos bem e coisas que estão erradas, e não querem, nem têm, a perspetiva de que, não só sabem de tudo, ou têm certezas sobre tudo, querem acima de tudo refletir sobre alguns dos problemas

que os afetam, nomeadamente esta questão da mobilidade e das acessibilidades, e chegarem em conjunto a algumas soluções que se perspetivem.-----

Quando pediram a inclusão deste ponto de acessibilidades, passeios e segurança pedonal, esteve relacionada, essencialmente, com um troço da Estrada Nacional 10 que vai da Póvoa de Santa Iria a Alverca do Ribatejo, que esse é da responsabilidade total da Câmara Municipal da Vila Franca de Xira. Sendo da responsabilidade total da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, é responsabilidade total de todos, não é só de quem governa.-----

Quem governa tem essa responsabilidade atribuída pelo povo, mas efetivamente é uma responsabilidade de todos, e a todos deve ser assacada, tendo pontualmente alguns maior responsabilidade na resolução. Portanto, toda a estrutura que apresenta, com o apoio do documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, tem identificada toda a rede viária que atravessa o concelho e a respetiva hierarquização, e ir-se-á focar, quer na estrada nacional, quer depois a norte, na Estrada Nacional 1, quer mais a norte ainda, na necessidade de ter o prolongamento do passeio ribeirão, que se inclui em toda a perspetiva de segurança das vias.-----

O que trazem hoje é olhar para a EN10, que começa em Santa Iria de Azóia, neste caso na fronteira com a Póvoa de Santa Iria, pois na parte superior da EN10 é Santa Iria de Azóia, na parte inferior do caminho de ferro é Póvoa de Santa Iria, tendo a câmara municipal esta responsabilidade a seu cargo, de gerir toda esta via até Alverca, dotando-a de condições e infraestruturas, bem como olhá-la como a grande avenida do sul do concelho, porque efetivamente, da responsabilidade da câmara municipal ela chega até à entrada de Alverca, à zona do Jumbo.-----

Deveria ser vista desta forma, porque é uma zona absolutamente urbana, que está ligada desde o sul. Poder-se-ia dizer que chega toda em espécie de “mancha de óleo”, desde a Póvoa de Santa Iria a Vila Franca de Xira, mas, olhando para o troço, chega praticamente em contínuo desde o sul do concelho até à zona central de Alverca, sempre, sem nenhuma interrupção. Dever-se-ia ter esta lógica, e numa lógica de passeios, peões, sinalização e iluminação.-----

Ainda há pouco, quando chegava à reunião, passou por mais de 20 cidadãos e cidadãs, presume que de Vialonga, que estavam a utilizar uma parte da variante



na zona da berma para fazerem o seu passeio, uns a andar, outros a correr, e depois alguns utilizavam o resto do passeio que está feito na urbanização que chega à zona do Intermarché, sendo esse um caso em que não há grande dificuldade em prolongar todo esse passeio interior. Não é prolongar o passeio em cima dos carros, é prolongar todo o passeio interior com uma faixa arbórea, que permite a proteção dos cidadãos, dos gases dos carros ou do ruído, e permite variadíssimas coisas. -----

Se se reparar, no caso de Vialonga, que pode ser depois aplicado de outra forma à estrada nacional, há já alguns troços que estão construídos. Esse, da urbanização que liga ao Intermarché, e depois o outro, de uma urbanização de casas mais baixas, algumas que são mais uma espécie de vivendas, já encostadas à Granja, que também tem um passeio, mais pequeno, é certo, mas com árvores, já também na parte de dentro.-----

Dever-se-ia olhar para este troço da EN10 todo nesta perspetiva única de passeios, passagem de peões, sinalização e iluminação, sendo que, se lá se passar, vê-se que há passeios de várias naturezas, em cimento, pedra da calçada, sem ser passeios, sendo que um caso que apresenta é a berma original da estrada nacional. Desde que se lembra, em que andava de calções, já essa zona existia daquela forma, encostada às vivendas dos “engenheiros da soda”, era assim que era conhecida, e continua até hoje. A diferença está que, do outro lado da estrada, a propósito da urbanização da Quinta da Piedade fez-se um pequeno passeio e, depois, à época, as respetivas juntas de freguesia foram fazendo pequenos troços de passeios em blocos de cimento. -----

Não há sequer uma perspetiva integrada, de mobilidade dos cidadãos dentro da Póvoa de Santa Iria, quanto mais depois, na ligação ao Forte da Casa e a Alverca.--- Quanto ao troço que vai da rotunda dos Caniços até Alverca do Ribatejo, pode-se dizer que os cidadãos circulam essencialmente entre a Póvoa e o Forte, entre a Póvoa e a zona dos armazéns, mas não é verdade, hoje em dia as pessoas circulam por ali, cada vez mais andam por lá pessoas a pé, naquilo que era distante quando o próprio estudava em Alverca do Ribatejo, em que muitas vezes nos intervalos, ou não tinha comboios, ou só tinha 1 hora e meia ou 2 horas depois, e com um pouco de inconsciência até fazia a ligação entre Alverca e a Póvoa pelo caminho de ferro.

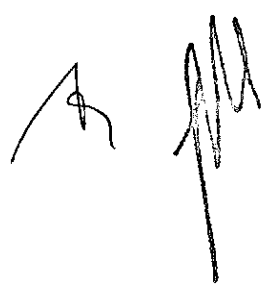
Os miúdos vinham pelo caminho de ferro por aí fora, a andar, mas a verdade é que hoje há muita gente que o faz, exatamente ali na EN10.-----

Portanto, num troço há espaço perfeito para fazer o prolongamento dos passeios, por exemplo, o prolongamento da iluminação, fazer os acessos e as passadeiras que são necessários, para que o ambiente e aquela ligação seja de uma verdadeira estrada, uma verdadeira via urbana, que é o que se quer que seja. Já há um erro, porque se autorizou uma bomba de gasolina, que não teve como preocupação ceder os espaços para se poder construir o passeio. Hoje, para se fazer ali o passeio, ou rouba-se uma parte à bomba de gasolina, ou tem que se fazer por cima. Desta forma, dever-se-ia olhar para toda esta intervenção numa perspetiva integrada, que pudesse efetivamente resolver estes problemas. -----

Depois, há uma outra perspetiva da EN10, já não da responsabilidade exclusiva da câmara municipal, mas que é partilhada com o Instituto de Estradas de Portugal, o IP, neste momento, se não está enganado, em que ainda a semana passada, quando lá se passou, a olhar um pouco para a via, verificou-se que não é muito difícil, apesar dos terrenos não serem todos públicos e haver vias e zonas privadas na sequência dos loteamentos e autorizações que se foram introduzindo ao longo do tempo, que a intervenção que se tem ali da zona das alfândegas, por exemplo, pudesse ser prolongada até à rotunda da Silveira e até ao Sobralinho. -----

Se se olhar para aquela zona com um pouco mais de atenção percebe-se a necessidade que se tem, eventualmente, no limite, de expropriar alguns daqueles armazéns que ali estão, e não é tão difícil, nem tão impossível, nem tão intransponível que não permita gerar uma zona que pudesse ter passeios, ter árvores, permitir a circulação, e pudesse criar um ambiente diferente a quem por ali circula, passa e vive. Seria absolutamente essencial e importante que se avaliasse toda esta perspetiva de mobilidade automóvel, pedonal, e que de alguma forma se compatibilizassem estes usos, o que não é nada diferente do que está dito no plano estratégico, mais recentemente, e depois até no PDM.-----

Não é possível dizer que se quer ter qualidade na gestão do espaço público, se se permite neste troço, por exemplo, aquela confusão que se tem permanentemente de circulação, que não permite com segurança compatibilizar a circulação automóvel com a pedonal. Assim é impossível conseguir ter qualidade, aumentar



os níveis de qualidade, de autoestima das pessoas, de gostar de se viver e circular ali. É absolutamente impossível que assim seja. -----

Continuou, mostrando a zona da Vala do Carregado, com a inserção das vias que se têm na zona. -----

Quanto à mobilidade entre Vila Franca de Xira e Povos é uma situação de certa forma preocupante, porque, um pouco à imagem de Vialonga, Vila Franca de Xira tem o centro, tem depois as partes construídas nos montes que a circundam, mas também se estica um pouco até quase à Castanheira do Ribatejo. Há várias zonas ali, de Povos, e todas as zonas mais fora do centro, que têm alguma dificuldade de chegar em segurança à cidade, e não é só isso, é também o problema da imagem que se tem, até daquela intervenção que foi feita da Estradas de Portugal. -----

Pode-se sempre dizer que é verdade que, no limite, está melhor hoje do que estava no passado, não há nenhuma questão em assumir que, no limite, está melhor, mas não está é resolvido o problema de fundo, nem o problema da entrada da cidade, nem aquela confusão, mais uma vez, de circulação automóvel e pedonal, com a confusão de usos que se tem na zona, das bombas de gasolina, espaços comerciais e atividades comerciais de hipermercados ou supermercados médios. -----

Assim, mais uma vez implicava que se pudesse fazer uma intervenção que habilitasse a que a circulação automóvel e pedonal dos cidadãos tivesse outra segurança e qualidade. -----

Quanto à EN1, dentro da Castanheira do Ribatejo, é outra zona que não tem nenhuma espécie de inserção no meio urbano. É a estrada que lá existia, em que depois a malha urbana foi crescendo, quer habitacional, quer de comércio, serviços e indústria, e dever-se-ia ter exatamente a mesma abordagem, para garantir os níveis de segurança e qualidade dos cidadãos, o que era absolutamente essencial que pudesse acontecer. -----

No que respeita ao prolongamento dos passeios ribeirinhos, existem os dois passeios ribeirinhos que estão construídos no concelho, originariamente o de Alhandra a Vila Franca de Xira, e o da Póvoa de Santa Iria, passando no Forte da Casa, até Alverca do Ribatejo, e existe a necessidade de ligar, e passar a Alverca, ao Sobralinho, até Alhandra, bem como a necessidade do prolongamento. Foi assumido na câmara municipal há um mês que com fundos comunitários ou sem

fundos comunitários se ligaria para sul, e não foi assumido, mas há um compromisso, de ligar depois a norte, que é a origem da apresentação das propostas da Coligação Novo Rumo, a possibilidade de fazer a ligação da Vala do Carregado até Vila Franca de Xira, mesmo usando os caminhos originais que lá estão. Podem-se usar alguns daqueles caminhos originais sem, nesta fase, grande necessidade de intervenção, e fazer esta ligação, permitindo que a população do concelho, que hoje são mais de 120 000 habitantes, possa dela usufruir. -----

Como disse há pouco, a oposição faz-se com responsabilidade, e com responsabilidade os membros da Coligação Novo Rumo têm que dizer que até o projeto em que participaram, mas se não participassem era igual, quer do passeio ribeirinho de Alhandra, quer, nomeadamente, o passeio ribeirinho da Póvoa de Santa Iria até Alverca, passando pelo Forte da Casa, é de facto um sucesso, bastando quem, como o próprio, lá vai correr algumas vezes, ver as centenas de pessoas que usufruem hoje daquele espaço, que é uma forma de escape e de melhorar a saúde e a vida quotidiana. Esta é uma questão absolutamente importante e decisiva para a melhoria das condições de vida.-----

Prosseguiu, dizendo que uma das últimas questões é o aproveitamento dos percursos dos adutores da EPAL. Durante anos estes percursos foram vistos como um problema para o concelho, e para os mais de 120 000, ou para os 137 000 habitantes e 110 000 eleitores. Estas e outras condicionantes foram sempre ditas e transmitidas às pessoas como condicionantes ao concelho, contudo, deve-se olhar para elas como oportunidades, e são verdadeiramente oportunidades, por uma razão, se não se tivessem, aqueles espaços estariam todos construídos e urbanizados.-----

Nas versões anteriores do PDM ter-se-ia construído em todas estas áreas, sendo que, como não se fez, e ainda bem que não se fez, há espaços-canaís que podem e devem ser utilizados, devem ser entregues ao usufruto da população, e já há espaços curtos em que há este uso e usufruto para a população. -----

Quando era miúdo passava muitas vezes nos adutores da EPAL, na Póvoa de Santa Iria, em frente ao antigo banco FONSECAS & BURNAY, ou no Forte da Casa, na passagem do vale onde hoje é a feira e o mercado, mas entretanto não é possível passar por cima desses adutores, não que a EPAL esteja contra, mas só permite a

passagem se a diferença que existe naquela proteção for substancialmente reduzida que não permita que, quer um adulto, quer uma criança, possam cair do adutor da EPAL para baixo. Portanto, se for resolvido, até essas transposições de vales podem ser usadas pelos adutores. -----

Em seguida, todos estes caminhos que atravessam de norte a sul o concelho, nomeadamente as zonas urbanas, deveriam ser colocados ao usufruto da população e serem um projeto complementar dos passeios ribeirinhos que se têm vindo a construir. Quer estes, quer os caminhos de Fátima, quer as zonas ribeirinhas, deviam ser projetos absolutamente complementares, e dever-se-ia colocar isto numa carta, em que os cidadãos soubessem verdadeiramente por onde podem andar, complementando isto com os trilhos. -----

Ao lado do local onde se encontram passa o trilho do Trancão, que muita gente faz a correr, e de bicicleta, durante o dia, muitas vezes nas manhãs de fim de semana, e às vezes à noite, até Sacavém. Depois vão à EXPO, às vezes dão a volta pela estrada nacional e vêm por aí fora. Portanto, há um conjunto de oportunidades que se deveria aproveitar, e dever-se-iam trazer todos os de fora que quisessem vir e os que cá estão, complementando com os trilhos que vão dar aos montes, a Vialonga. Em cima, no Monte Serves há uma vista extraordinária quando não está nublado, olha-se para Sintra e consegue-se ver o Palácio da Pena, que está do outro lado. Há pois um conjunto de oportunidades que a câmara municipal deveria aproveitar verdadeiramente, e colocá-las ao serviço da população. -----

Terminou, dizendo que deixa estas notas da avaliação de toda a EN10 e de toda a EN1. Os membros da Coligação Novo Rumo acreditam que deve ser avaliado por troços, não pensam ou não têm a ideia que tudo se pode fazer ao mesmo tempo e em todo o lado. Pensam que deve ser avaliado e implementado de acordo com um conjunto de prioridades, com o conjunto de população que serve, e de acordo com um conjunto de objetivos. Devem-se aperfeiçoar alguns dos estudos que já se têm elaborados, não quer dizer que se tenham que fazer todos os estudos de novo ou repensar tudo de novo. Há muitos estudos que se avaliaram ao longo dos anos que se deveriam implementar, e elaborar os que forem necessários elaborar, bem como estender a iluminação pública, os passeios, as passadeiras, que são absolutamente essenciais para a segurança. -----

A M

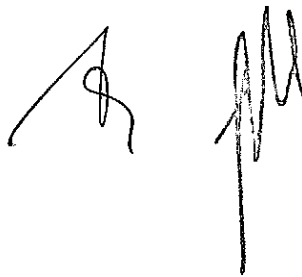
Dever-se-ia fazer o prolongamento dos passeios ribeirinhos e o aproveitamento dos espaços-canais da EPAL, complementando com os caminhos de Fátima e os outros caminhos que estão perfeitamente identificados, que os próprios identificam, bem como os que gostam de fazer este tipo de atividade com regularidade.-----

É esta a reflexão que deixam hoje, e agradece a atenção de todos, bem como a possibilidade de se poder refletir hoje e no futuro sobre estas propostas, porque entendem, efetivamente, que a oposição não se faz só com o confrontar quem governa com as suas más opções, boas opções ou não opções, faz-se por dizer que, se tivessem tido a confiança maioritária das pessoas fariam esta implementação, porque é ao serviço das pessoas e para as pessoas.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Rui Rei o trabalho que apresentou, sendo que, conforme referiu no final da sua intervenção, muitas das questões que foram colocadas já estão previstas nos estudos que se têm, não só de acessibilidades, como nos planos rodoviários que se têm vindo a fazer ao longo do tempo. De qualquer modo, nesta exposição existem algumas questões interessantes, que serão bastante úteis para reflexão. Agora, como o Sr. Vereador sabe, aquando das reuniões do PDM houve muita oportunidade de refletir sobre uma série de matérias e de propostas que foram consideradas no próprio PDM, como reserva de espaços-canais para futuras vias e, nessas mesmas vias, naturalmente ter em atenção a necessidade, não só rodoviária, mas sobretudo pedonal, porque cada vez mais se têm que dar condições às pessoas para poderem usufruir do espaço público com tranquilidade e segurança.-----

Quanto à variante, viu também, como o Sr. Vereador referiu, muitas pessoas a passar na sua caminhada matinal, e não é o local mais seguro para o fazer, mas também provavelmente não haverá outro que tenham mais apetência para percorrer. Quanto às possibilidades que existem desde a rotunda do MARL, ou mesmo através da Granja até à entrada para o bairro do Cabo, há situações em que é só fazer algumas interligações, como aliás o Sr. Vereador referiu.-----

Sobre os adutores, nem sempre tem sido fácil a relação com a EPAL para a utilização desses mesmos espaços, e refere, por exemplo, uma situação que aconteceu no Forte da Casa, e à persistência que houve na altura para a utilização de um dos adutores, que faz uma ligação entre duas colinas que lá existem, sobre



o mercado de levante, o que não foi fácil. Só através de algumas exigências que a própria EPAL colocou é que foi possível utilizar esse mesmo caminho. -----

Ao fim ao cabo as pessoas já o fazem naturalmente, procuram determinados caminhos, e, no fundo, o que se deve fazer é melhorá-los. Já têm aparecido projetos de reabilitação urbana que, em termos daquilo que é apresentado, parecem uma boa ideia, e fazem-se alguns caminhos. Há alguns caminhos que são implementados em obra, o que acontece é que muitas das vezes não são aqueles que as pessoas querem fazer, e então fazem-se outros ao lado. Já tem dito algumas vezes que primeiro deve-se deixar ver por onde as pessoas andam, e depois fazer os caminhos, justamente onde elas querem passar. -----

Da parte da câmara municipal tem de haver, e dos seus técnicos, esta visão de que muitas vezes tem que se adaptar o que ao fim ao cabo já existe, as pessoas já passam por ali há décadas, e não vale a pena encontrar outras soluções que parecem mais adequadas, mas depois as pessoas não utilizam. No fundo, pensa que é também um pouco o que esta apresentação teve como base. -----

Há muitas potencialidades, algumas das quais já se descortinaram, agora é tentar, no quadro da exigência de gestão e prioridade em termos financeiros, implementá-las. -----

Sugere ao Sr. Vereador Rui Rei que faça chegar a apresentação, para que os técnicos da câmara municipal pudessem olhar e comentar, bem como verificar, no quadro daquilo que já foi feito, dos muitos estudos de acessibilidades que se têm, e de muitas intervenções que também já se fizeram, o que se pode aproveitar. Certamente que muito se poderá aproveitar, não só em decalque daquilo que já se fez, ou melhorar o que já se fez. Nesse sentido, agradece que o Sr. Vereador faça chegar a apresentação, justamente para essa análise mais fina. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU têm algumas questões para colocar, começando por dizer que se está perante uma situação para a qual devem ser mobilizados esforços, no sentido de garantir uma acessibilidade plena, que garanta, efetivamente, condições de mobilidade para todos os cidadãos, independentemente da sua condição. -----

É opinião da CDU que uma aposta séria e consequente na promoção da acessibilidade para todos visa, não só promover a acessibilidade para cidadãos



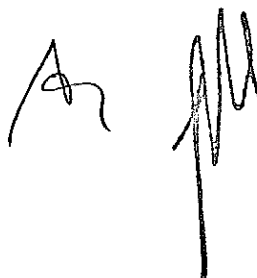
condicionados nas formas de mobilidade, como beneficiar todos os cidadãos em geral. Esse é o entendimento que têm, e pensam que este investimento, quer social, quer político, quer em termos de meios financeiros e materiais, é um esforço que deve ser continuado, e a câmara municipal não deve abdicar de ter uma atitude, por um lado, combativa, no sentido de eliminar comportamentos incorretos ou práticas menos saudáveis na utilização de espaços públicos, mas fundamentalmente investir no que às suas competências diz respeito.-----

Por uma questão de recuperar aquela que tem sido a importância do município sobre esta matéria, é importante recordar que, por exemplo, no plano dedicado aos investimentos, na sequência da aprovação dos documentos previsionais para o município, encontram apenas uma rubrica com um valor muito escasso de investimento para estas matérias, 8 100,00€, que é o que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira se propõe realizar no âmbito de um objetivo mais vasto, ao qual deu o nome de eliminação de barreiras arquitetónicas. -----

Entendem que da parte do município deverá haver já hoje uma atenção diferente no que às acessibilidades e mobilidade diz respeito, e não é seguramente com esse valor e esta dimensão de valores que se conseguirá progressivamente, por exemplo, aplicar consequentemente os planos vários de promoção das acessibilidades, que foram aprovados por este município em 2011. -----

Há no concelho de Vila Franca de Xira algumas situações que os preocupam, por exemplo, a EN10 funciona como uma grande artéria de ligação urbana entre os núcleos populacionais, as várias atividades económicas, hoje começa a ser utilizada até para fins de lazer, e apresenta situações que identificam, e que outros identificam, como verdadeiros pontos negros. São situações de frequente sinistralidade, que atingem particularmente os peões. -----

Portanto, entendem que deve haver por parte da câmara municipal uma redobrada atenção, em articulação com a Estradas de Portugal, no sentido de dotar a EN10 de melhores condições de segurança pedonal que vise garantir efetivamente a segurança para todos aqueles que atravessam esse eixo, e são vários, como já foram alguns exemplificados, mas, acima de tudo, exigir o correspondente investimento, porque há competências que não são, não podem, nem devem ser, assacadas exclusivamente ao município. Outras há, como é óbvio, que dependem



do município.-----

Dá como exemplo a recente urbanização da Malvarosa, em Alverca, em que a propósito da construção da passagem pedonal ficam sem perceber, depois do investimento feito na construção da passagem superior pedonal, que estrutura de mobilidade e acessibilidade é que a câmara municipal pretende garantir, uma vez que foram fechados os caminhos, que, por sua vez, têm ao longo do troço concomitante para a entrada ao nó de acesso à A1 paragens de autocarros.-----

Portanto, a própria câmara municipal, sucessivas vezes, promove situações que colocam os peões em situações de perigo ou circunstâncias de insegurança que, além de indesejáveis, poderiam ser de todo evitáveis. No entendimento que têm esta é uma discussão com todo o sentido, muito atual, mas, acima de tudo, o que querem também registar é, da parte do município e dos investimentos a que ele deveria estar obrigado, até na sequência da aprovação da lei de 2006, uma atitude diferente e prioridades políticas diferentes, do ponto de vista dos investimentos públicos sobre esta matéria.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o trabalho da câmara municipal, na área das acessibilidades, é um trabalho profundo, que ultrapassa em muito o que é a rubrica no plano especificamente designada com esse termo, uma vez que essa pequena rubrica se destina a pequenas intervenções individuais sobre essa matéria. Para a câmara municipal, há muito tempo, e com o Partido Socialista isso ficou definido muito cedo, quando tomou conta da presidência da câmara municipal, que é absolutamente fundamental pensar que a cidade deve ser uma cidade democrática, deve ser uma cidade em que todos circulem da forma que puderem, de maneira a participarem no que são as atividades da comunidade. Por isso, tem-se vindo a fazer uma intervenção muito importante, quer no espaço público, quer nos edifícios, nomeadamente municipais, e recorda uma deliberação tomada já em 2009 pelos SMAS, que determinou que todas as suas intervenções no subsolo são depois garantidas à superfície, com acessibilidade para todas e para todos.-----

Todas as intervenções do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas são no sentido de proporcionar acessibilidade para todas e todos, com dois princípios e objetivos fundamentais, sempre presentes na intervenção, e o primeiro é a criação



de corredores acessíveis e espaços públicos acessíveis. Aí, tem-se feito um trabalho profundo, quer nas zonas ribeirinhas, quer no aproveitamento dos percursos nas vias existentes, e por isso é que há hoje muito mais pessoas a circularem na rua, de bicicleta ou a correr, porque de facto hoje há espaço para o peão e não havia. Um outro caminho, profundo também, tem a ver com os edifícios e equipamentos, que são acessíveis quando são construídos, e agora mesmo está em obra o novo balcão único de atendimento ao cidadão, para permitir que todas as pessoas com mobilidade reduzida possam ter acesso a todos os serviços municipais.-----

Depois, faz três referências específicas, porque se enquadram perfeitamente na intervenção que o Sr. Vereador Rui Rei fez, e que traduzem o trabalho que a câmara municipal tem vindo a fazer de forma sustentada e organizada.-----

Vila Franca de Xira ficou, o mês passado, em primeiro lugar, entre todas as candidaturas existentes no país. Só dez foram aceites para a elaboração de um plano de mobilidade urbana através do fundo de eficiência energética, tendo a candidatura da autarquia ficado em primeiro lugar, de todas as que foram apresentadas no país inteiro. O que a candidatura diz é exatamente uma pretensão que o PS também anunciou desde a primeira hora, que tem a ver com o facto de transformar o que é a estrada nacional, e transformar o que são grandes vias, em verdadeiras avenidas, com espaço para os peões. É isso que se está a fazer sempre que se pode intervir no terreno.-----

Um segundo aspeto é o das zonas ribeirinhas, que são, como se sabe, intervenções modelo, quer no país, quer em termos de estrangeiro, e é uma intervenção que a câmara municipal tem previsto fazer da Póvoa de Santa Iria, ligando com Loures, e por isso a Câmara Municipal de Loures já contactou com esta câmara municipal, e tecnicamente já se está a trabalhar com ela, no sentido que o caminho ribeirinho possa prolongar-se da Póvoa de Santa Iria, e por ali fora, até ao Parque das Nações. Os outros municípios seguem a intervenção da câmara municipal, mas a pretensão é levar o caminho ribeirinho daí até à Vala do Carregado, a norte do concelho. -----

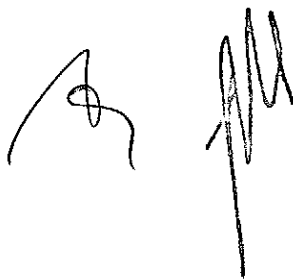
Já se está, como não podia deixar de ser, em conversações com os diversos proprietários, porque essa é a vontade da câmara municipal, é o que está a fazer e é o que é visto. Ainda a semana passada houve ocasião, a convite da Faculdade de



Ciências e Tecnologia, de apresentar a intervenção da autarquia no espaço público, num seminário internacional que se fez na cidade de Setúbal, uma vez que é modelo para os outros municípios e também para as academias deste país. ----- Quanto ao terceiro e último aspeto, que também é importante, tem a ver com o aproveitamento dos caminhos possíveis em cima dos aquedutos, que o Sr. Vereador Rui Rei referiu. Mais uma vez corresponde ao que é a prioridade da câmara municipal e é o que está a ser feito. No Forte da Casa as obras de pedonalização do aqueduto estão neste momento em fase final de intervenção, aliás correspondendo a um compromisso que se assumiu e se está a implementar, de criação de um percurso pedonal ao longo do Forte da Casa, que aproveita exatamente o adutor da EPAL que ali passa. Também na outra ponta do concelho, na Castanheira do Ribatejo, é exatamente o que se está a fazer com a instalação de ginásios ao ar livre, que ainda está “pendurada” porque é preciso fazer o protocolo com a EPAL e ainda não houve disponibilidade da empresa para fechar em absoluto este assunto. Contudo, é só para transmitir que, quer as acessibilidades, quer a pedonalização permanente do concelho, é uma das prioridades do PS há muito tempo. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, para falar em duas ou três questões e, em primeiro lugar, agradecer todas as reflexões, concluindo que efetivamente se tem que implementar uma urbanização amiga do peão e amiga de todos. O que foi feito ao longo de anos não foi criar, nem cidades, nem vilas, inteligentes, foi criar um conjunto de vilas e cidades que são tudo menos inteligentes. São, nalguns casos, até muito estúpidas, e não têm nada de inteligente. -----

Quanto ao urbanismo, com a exceção de algumas, está absolutamente convencido que, por responsabilidade de alguns empreiteiros, que perceberam que para eles era melhor fazer daquela forma, as urbanizações são genericamente urbanizações de ruas. Há um conjunto de ruas e depois, como se tem um conjunto de ruas, criaram-se urbanizações de condóminos, não se criaram urbanizações de vizinhos.- Um condómino não é igual a um vizinho, e criaram-se urbanizações onde as pessoas saem de manhã, entram à noite, e nem se conhecem, porque não têm sítio nenhum para se conhecerem. Mesmo a Flamenga, que tem um parque urbano e um espaço extraordinário, quando estiver todo terminada é uma urbanização de



ruas. As ruas, algumas, vão é depois dar à Flamenga, mas são urbanizações de ruas.-----

Há poucas urbanizações, algumas, onde há espaços de encontro das pessoas, porque genericamente as urbanizações não têm espaços onde as pessoas se possam todas encontrar, ou pelo menos um dia na semana, no mês, no ano, cruzarem-se algumas delas, nalguns pontos. Portanto, dever-se-ia pensar tudo isto, e esta reflexão teve como perspetiva trazer todos estes assuntos ainda mais para cima, porque se têm, obrigatoriamente, que tomar estas iniciativas.-----

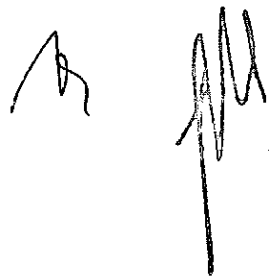
Só discorda quando se diz que hoje há pessoas a andar na rua porque a câmara municipal criou espaços para que andem na rua, pois não é isso, as pessoas conquistaram o espaço público e obrigaram os políticos a tomar decisões e a criar as ciclovias e os passeios, para que pudessem andar em segurança. Exemplo disso é a variante de Vialonga ou a EN10, onde as pessoas andam, mesmo na estrada, onde não têm berma. As pessoas andam, porque têm necessidade de andar, de passar para lá da sua vivência quotidiana de andar no carro ou no transporte público, precisam de tudo isto, para o seu próprio bem-estar. -----

Estas questões passam para lá da questão importante da acessibilidade, são questões de cultura de urbanismo que se têm efetivamente que mudar. Não se pode ter uma cidade, como a Póvoa de Santa Iria, que hoje é da Póvoa de Santa Iria ao Forte da Casa, até Alverca, onde a sua avenida principal, que liga e é o eixo para lá do caminho de ferro ou para lá do rio, o seu eixo contínuo, não tem uma continuidade. Não se consegue circular desde lá até Alverca numa zona segura, pelo que isto tem que dar uma volta, e tem, efetivamente, que se mudar a forma de ver a urbanização, a ocupação do espaço público. Os cidadãos têm que se apropriar do espaço público, têm que dizer que o espaço é seu, tem de ser melhorado e estar ao serviço de todos. -----

Interveio o Sr. Presidente, subscrevendo o que o Sr. Vereador acabou de dizer, e dizendo que todos evoluíram, técnicos e políticos, para uma outra necessidade, de construir as cidades e vilas, ocupando o território de uma forma conveniente. Assim, toda a reflexão que se fizer sobre isso é sempre bem-vinda. -----



1. Assunto: DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO 2015 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALVERCA DO RIBATEJO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 55/15, de 08/05, do SMPC, para aprovação da atribuição de um subsídio, no valor de 3 350,00€, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alverca do Ribatejo, organizadora do Dia Municipal do Bombeiro 2015, a fim de fazer face a despesas com o lanche oferecido aos bombeiros e restantes participantes, decorrente dessa iniciativa. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 55/15, de 08/05, do SMPC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, para dizer que aproveita para colocar uma questão que tem a ver com o novo quartel dos bombeiros voluntários de Vialonga, sendo que a preocupação dos membros da CDU já foi hoje abordada, e pediram à câmara municipal para encetar os esforços necessários. -----
Em relação ao ponto, pensam que num próximo momento, se calhar, seria pertinente colocar um valor fixo ao subsídio, até para que as corporações saibam aquilo com o qual podem contar.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que é uma matéria que vai colocar ao secretariado, porque faz sentido, se bem que cada um gasta o que bem entende. Existe uma estrutura, que é o secretariado dos bombeiros, que fala por todos os outros, se bem que, tanto quanto sabe, reúne o que reúne, com quem de vez em quando a câmara municipal fala, e com quem vai falar, sendo que um dos



elementos do secretariado era justamente da corporação de Alverca, que agora foi eleita, pois houve novas eleições, e o outro é justamente da associação dos bombeiros voluntários de Vialonga. Todos os anos o secretariado é constituído por rotatividade, e depois serão outras corporações a representar as outras corporações.-----

Sem embargo de se falar com todos, obviamente, porque há questões específicas, para as questões genéricas a câmara municipal fala com o secretariado, e agora ir-se-á colocar essa questão ao secretariado, pois parece-lhe razoável. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que ficou um pouco baralhada, pois está-se a falar da atribuição de um subsídio, por parte da câmara municipal, para o Dia Municipal do Bombeiro, e nada tem contra, tem tudo a favor. -----

Como a cada ano é atribuído, e bem, um subsídio para a corporação que faz face às despesas decorrentes de iniciativa, que é o lanche oferecido aos bombeiros e restantes participantes, aquilo que os membros da CDU disseram foi tão simplesmente que consideram pertinente, em vez de se alterar o valor que é atribuído consoante a despesa que é feita por cada corporação, que a câmara municipal, que é quem paga o subsídio, e por isso não percebeu a designação de secretariado, diga aos bombeiros que está na disposição de pagar um determinado valor, que é fixo. É tão simples, que não consegue perceber a admiração que é dada a este assunto. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que, se se fala, não se deveria falar, e se não se fala, é porque não se fala, e pensa que estas matérias têm que ser discutidas no fórum próprio. A matéria destes apoios, em termos logísticos, não existia, e, no fundo, é para o final da festa e para algumas despesas que são feitas, que não existiam.-----

Assim sendo, pode-se evoluir e consagrar-se uma verba geral. Crê que a do ano passado foi mais ou menos por este valor, pelos vistos as coisas não andam muito longe das despesas que acontecem, e poder-se-á, certamente, encontrar uma solução, não tem problema nenhum. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio de novo, mencionando, para que fique claro, porque há coisas que ficam sempre numa "nuvem", e depois os membros da

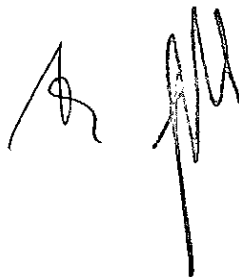


CDU são acusados de uma determinada situação, mas não foi isso que foi dito, que até por uma questão de equidade entre todos parece justo fazer, neste momento, quando se atribui um subsídio, aquilo que foi feito com a decisão da câmara municipal de entregar um determinado valor à corporação que recebe a comemoração do Dia Municipal do Bombeiro, que são os 40 000,00€ para que gaste na aquisição de uma viatura ou naquilo que entender ser mais interessante, e aqui é exatamente a mesma coisa, pelo que não percebem qual é o problema de se colocar isto.-----

Interveio o Sr. Presidente, afirmando que não é problema nenhum, e não está a dizer que há problema. Absorve, sem problemas absolutamente nenhuns, e subscreve o que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso disse, mas dever-se-á transmitir aos bombeiros que a partir de agora vai ser assim, e é somente isso. Não é mais nada do que isso, não vai pedir ou deixar de pedir licença, vai transmitir, como deve fazer. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que agora já percebeu, ao que o sr. Presidente respondeu que talvez a culpa tenha sido sua, e pede desculpa. O sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo congratulam-se por este ano, no Dia Municipal do Bombeiro, voltar a ser finalmente entregue o valor que é correspondente à aquisição de uma ambulância, aos bombeiros. Portanto, após alguns anos de interrupção, e por proposta da Coligação Novo Rumo, aceite pela câmara municipal, eleita pelo Partido Socialista, os bombeiros vêm finalmente receber o que nunca deveria ter sido retirado, porque coloca objetivamente em causa o trabalho que prestam ao serviço da população. --- Em relação ao resto, presume que deveria ser atribuído e avaliado este valor, e a coordenação que os bombeiros têm, que elegem em regime de rotatividade, deveria fazer chegar uma proposta à câmara municipal sobre o que são as comemorações do bombeiro em cada ano ou, eventualmente, até evoluir nessas comemorações de outra forma, e atribuir-se um valor para fazer face a estas e outras despesas que existam na realização da comemoração do Dia Municipal do Bombeiro. -----

Mais do que uma iniciativa do poder político, o Dia Municipal do Bombeiro é um agradecimento a uma festa que deve ser para os bombeiros, e para



reconhecimento do trabalho que prestam à população do concelho e do país.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que em termos operacionais este trabalho é visto com todos os comandantes e com o vereador da proteção civil, Sr. Vereador António Oliveira, a quem pede, de uma forma muito sucinta, para dizer como é que esta preparação se faz. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que, efetivamente, o que vem sendo prática nos últimos anos é a questão da organização pelas associações, em rotatividade, e este ano é em Alverca. Depois, há a situação que vem sendo programada, operacional, que são os 6 comandantes do concelho, com o Comandante Operacional Municipal, que fazem toda a estruturação. -----

Tanto da sugestão da bancada da CDU, como da Coligação Novo Rumo, e como o Sr. Presidente já disse, irá transmitir esta situação a nível do comando operacional, e na primeira reunião que surgir agora, após este ato do Dia Municipal do Bombeiro, visando melhorar. -----

Este ano há algo que ultrapassa a câmara municipal e ultrapassou também a organização municipal a nível do Dia Municipal do Bombeiro, não só de Vila Franca de Xira, como outros, é que o dia tem vindo sempre a ser realizado no último domingo de maio, com uma intervenção prática, e este ano, por indicação nacional, o Dia Nacional do Bombeiro foi mudado, e todos os dias municipais, a nível nacional, estavam relacionados com esse dia nacional. -----

Como foi alterado, leva a que grande parte dos bombeiros do concelho, segundo tem conhecimento, não vá estar presente no Dia Nacional do Bombeiro que, salvo erro, se realiza em Bragança, para estar presente no Dia Municipal do Bombeiro. É uma questão operacional que a câmara municipal regista com agrado, mas relembra que toda esta organização operacional é feita a nível dos comandantes, com a colaboração das associações de bombeiros. -----

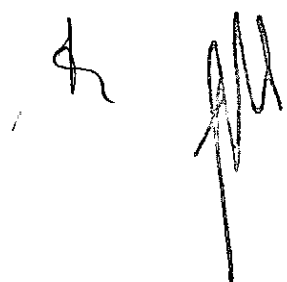
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº **286**

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Assunto: PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A CIMPOR -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/05/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da minuta do protocolo, a celebrar e outorgar com a Cimpor – Indústria de Cimentos, SA, referente à oferta de 150 toneladas de cimento para apoiar iniciativas encetadas pelo município, no âmbito das obras de administração direta promovidas e/ou apoiadas pelo mesmo, que se enquadrem no Estatuto do Mecenato. -----

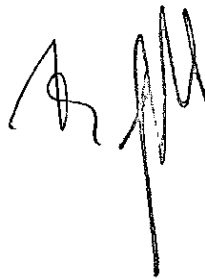
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU se congratulam, obviamente, com a celebração deste protocolo, mas ao mesmo tempo também gostariam de situar uma parte da discussão, que na opinião que têm é importante que se faça, porque se trata de uma propriedade da Cimpor, o Campo do Hortinha, que serve, do ponto de vista desportivo, o Alhandra Sporting Club. Gostariam de perceber se, do ponto de vista dos compromissos assumidos por este município, já se perspetivam ou não novas soluções do ponto de vista do equipamento necessário para servir este clube e a vila de Alhandra. -----

A outra questão que também, de certa forma, é do interesse do município, o bom desenvolvimento e aproveitamento deste parque de infraestruturas, quer sociais, quer desportivas, da Cimpor, é se relativamente ao protocolo assumido com a Sociedade Euterpe Alhandrense, e ao desenvolvimento do seu plano de ação, haverá novidades, e se o município pode informar hoje do que se pretende fazer relativamente ao futuro da piscina e da envolvente que entretanto foi, não diria concessionada, mas teve uma parceria de gestão do espaço a favor também da comunidade. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, congratulando-se com o retomar desta oferta que a Cimpor faz à câmara municipal, de cimento que serve para algumas das obras que faz no espaço público, mas os membros da Coligação Novo Rumo aproveitam para colocar uma questão, que tem a ver com os compromissos com o Alhandra Sporting Club, ou seja, existe um compromisso que a ex-presidente de câmara assinou, à revelia de toda a câmara municipal, ou pelo menos a sua coligação não foi chamada a essa assinatura de uma carta, em vésperas de eleições autárquicas. A ex-presidente, a exemplo de outras situações, pôs a sua assinatura, e se não




fosse ao Alhandra Sporting Club, ou a uma instituição de utilidade pública, do ponto de vista que têm deveria ser chamada para assumir a responsabilidade dos 400 000,00€, pois não há nenhum aspeto na legislação que permita à Sr.ª Presidente de câmara ou a um Sr. Presidente de câmara assumir diretamente um subsídio, um apoio de 400 000,00€ a uma entidade, sem a aprovação da câmara municipal. Ali foi claramente uma tentativa de tirar benefício para o seu partido político e a sua própria forma de fazer política, e aliás há algumas coisas neste concelho que ficaram de herança, que foi exatamente por esta forma de fazer e de atuar, que é o “quero, posso e mando, fazer tudo a cada momento”, e não pode.---- Em relação ao Alhandra Sporting Club, a posição da Coligação Novo Rumo é há muito conhecida, pensam que o Alhandra e o Vilafranquense deveriam ter instalações conjuntas na Marinha, e não foi isso que foi a opção da câmara municipal. Portanto, resta o compromisso que era da Cimpopor, de entregar ao Alhandra 400 000,00€ para o seu complexo desportivo, que a câmara municipal, desse protocolo dado à época, utilizou para distribuir por várias juntas de freguesia, para fazer algumas obras no concelho. ----- Terminado isto, gostariam de saber se a câmara municipal vai efetivamente restituir esse valor e montante ao Alhandra Sporting Club, para que se possam resolver de uma vez por todas as instalações desportivas do Campo do Hortinha, porque o Alhandra, o que é preciso reconhecer, em várias modalidades e no futebol também, é um clube eclético, tem várias modalidades, e em várias modalidades tem resultados, não só desportivos, mas de acompanhamento de homens e mulheres que se transformam em campeões no desporto e na vida. ----- Como tal, tem-se essa obrigação de resolver o problema do Alhandra, das suas instalações, e consequentemente resolver o problema da prática desportiva dos jovens daquela zona do concelho. Gostariam de saber o que a câmara municipal tem previsto, e para quando tem previsto resolver o problema, não do compromisso da Sr.^a ex-Presidente de câmara, mas do compromisso que se tinha à altura, com o protocolo com a Cimpopor, que tinha previsto este valor em específico para o Alhandra. ----- Interveio o Sr. Presidente, mencionando que só porque as coisas estão interligadas é que efetivamente vai responder, até por respeito, não só aos Srs. Vereadores,



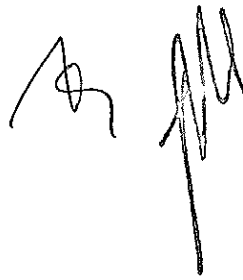
mas sobretudo ao Alhandra Sporting Club. Pode-se misturar a questão, e aliás há até uma arte da oposição, que é transformar um determinado ponto numa série de perguntas que não tem nada a ver com o ponto. É uma estratégia com que o executivo vai convivendo o melhor que sabe e pode, mas, neste ponto propriamente dito, crê que têm sentido as questões que os Srs. Vereadores colocaram, porque as matérias interligam-se, de facto. -----

O Sr. Vereador Rui Rei pergunta o que é que a câmara municipal vai fazer, e responde que a câmara municipal vai fazer aquilo que todos decidirem fazer. Por isso, a única coisa que pode dizer é que eventualmente trará uma proposta, na tentativa de se resolver uma questão que se arrasta há muito tempo. -----

Tem tido, com a direção do Alhandra Sporting Club, uma série de reuniões ou conversas, e umas nem sempre tranquilas, porque nesta vida também há muita forma de tentar resolver as questões. Uma é pela sensatez, tranquilidade e tentativa de se conseguir ir o mais longe possível, e a outra é pela difamação, pela calúnia, por uma série de coisas pelas quais não entra, nem nunca entrará, na medida em que, quando se entra por esse caminho, naturalmente que já não há diálogo possível. -----

Abstraído-se dessa situação, que sabe que é muito localizada, da qual a direção do Alhandra não partilha, está convencido disso, aquilo que se tem vindo a fazer é trabalhar no sentido de encontrar soluções. Num determinado contexto, apresentaram-se várias opções para substituição do Campo do Hortinha, que passavam, inclusivamente, pelo próprio Campo do Hortinha, que não é da Cimpopor, é de um privado, que tem um acordo muito antigo, e que um dia não sabe como se irá resolver. Aquele espaço é privado, nunca foi da Cimpopor, e dessas 5 possibilidades o clube decidiu que o terreno a ter em consideração é o terreno junto à piscina, que era propriedade da Cimianto. -----

Num determinado contexto, ainda com a sua antecessora, que ao contrário do que se diz, em reuniões de câmara deu sempre a conhecer o que estava a fazer sobre estas matérias, e por isso não omitiu nada, é verdade que a Cimpopor disponibilizou uma determinada verba, e o Alhandra Sporting Club não tinha condições, da sua parte, de também suportar a construção do campo. A Cimianto estava a exigir um valor pelo terreno absolutamente inaceitável, entretanto entrou num processo de

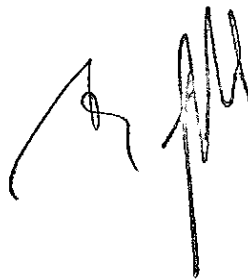


insolvência, e de qualquer modo a Srª ex-Presidente, Maria da Luz Rosinha, sua querida camarada, foi informando a câmara municipal daquilo que ia fazer. Aquele ofício a que o Sr. Vereador Rui Rei alude existe, foi assinado pela ex-presidente, na convicção plena de não estar a ir para além daquilo que tinham sido conversas em reunião de câmara. É a convicção que tem, não foi para tirar partido político de coisa nenhuma, foi para dizer ao Alhandra Sporting Club que aquilo que escrevia era um compromisso para quem viesse a governar a câmara municipal. É assim que entende o teor do ofício, não o entende de outra forma.-----

Passando para o presente, aquilo que pode dizer é que na última reunião que teve com o Alhandra Sporting Club, que foi a semana passada, dia 15 de maio, na sexta-feira passada, foram combinadas várias questões. Em primeiro foi a questão que tinha a ver com a piscina, em que tinha sido feita uma proposta e ficou-se à espera que o clube informasse sobre o que tinha a dizer. Disse que não estava em condições ainda de responder, porque tinha que reunir, e a única coisa de que queria falar era sobre o campo.-----

Sobre o campo, o Alhandra manifestou que, das opções todas, algumas das quais até foram assinaladas pelo próprio clube, mantinha o interesse no campo da Cimianto, porque tinha feito um contacto com o administrador de insolvência, e afinal o administrador de insolvência, que representa a comissão de credores, já estava disponível para fazer um destaque do terreno, coisa que não estava há uns meses atrás, e essa matéria não se colocava. O próprio já tinha falado com o administrador, que lhe falou em valores para aquisição do terreno que, do seu ponto de vista, não são aceitáveis, e voltou a falar ontem com ele. Ontem mesmo foi enviado um e-mail com uma possível base de negociação, que tem a ver com a avaliação que foi feita ao terreno. A câmara municipal não pode adquirir algo por valores sem sentido, pois se não fosse a necessidade de encontrar uma solução para o Alhandra Sporting Club aquele terreno teria um valor relativo. Não se pode estar a adquiri-lo por valores sem sentido, a câmara municipal tem mais onde gastar o dinheiro, e tem que comprar ou adquirir o terreno pelo seu preço justo.-----

É o que se pretende vir a fazer, apresentar uma proposta em reunião de câmara para o efeito, sendo que, apesar dos valores, trará sempre essa proposta, não vá acontecer algum problema, e esta é uma situação política, importante, e tem que



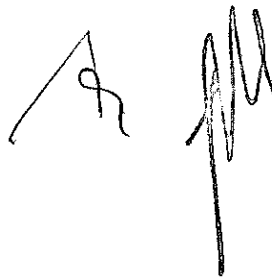
vir a reunião de câmara, por todas as razões e também por essa. Ver-se-á se se consegue chegar a determinado valor, porque se o valor se mantiver nos que a Cimianto está a colocar, dirá que não é possível adquiri-lo.-----

Há outro fator que o Alhandra Sporting Club sempre colocou nas conversas, até algumas públicas, de uma preocupação que o próprio sempre falou, quanto ao aterro que lá está. O Alhandra disse, e provavelmente com razão, que aqueles materiais estão inertizados, na medida em que estão em contacto com a água e o amianto com a água não tem problemas para a saúde, só tem em suspensão, como as poeiras, pelo que a câmara municipal acredita que efetivamente esse não seja um problema. Inclusivamente, na boca do vice-presidente, o clube disse que resolveria isso e que não era problema. É preciso ter em consideração que há efetivamente uma questão a resolver, que a câmara municipal não vai resolver. A autarquia comprometeu-se a adquirir um terreno, vai adquiri-lo, se os valores forem adequados, e outras questões que o terreno tenha, naturalmente, no que diz respeito ao aterro, logo se verá, mas conforme foi referido pelo Alhandra o clube teria condições de o resolver. -----

No que diz respeito ao apoio financeiro para a construção do campo, a câmara municipal, através de proposta que trará a reunião, vai disponibilizar 400 000,00€, que era a verba que estava destinada num determinado contexto pela Cimpor, e que, pelas razões que já referiu, foi aplicada de outra forma. De qualquer modo, o compromisso existe, e vai ser honrado. Agora, o Alhandra Sporting Club também tem que, da sua parte, encontrar soluções financeiras para, eventualmente, ter de compartilhar com algum remanescente que os 400 000,00€ não cubram.-----

É o que pode dizer, e quanto à questão do protocolo que foi celebrado pela Sociedade Euterpe Alhandrense, não tem informação nenhuma, a não ser que a piscina vai abrir como é habitual, em junho. Não tem mais informação nenhuma, e é um processo em que a câmara municipal teve uma determinada intervenção, e fechado o processo deixou de ter, nem tem que ter nenhuma atuação a esse nível. A única coisa que preocupa, mas que julga que vai resolvida, é a abertura da piscina ao público como sempre aconteceu, e é isso que julga que vai acontecer também no início de junho. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, agradecendo as explicações e informações

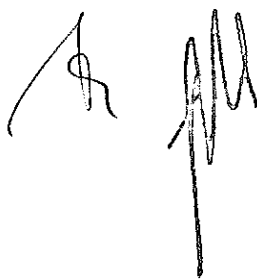


do Sr. Presidente, de que, de facto, os membros da CDU não dispunham, mas pede permissão ao Sr. Presidente para lhe deixar uma sugestão, que não assine ofícios idênticos aos do teor da sua antecessora. Não deve ir por esse caminho, e é só uma sugestão, porque leram essa carta, e têm o entendimento que a mesma, assinada por quem foi, extravasou muito o leque das suas competências. Não têm dúvida nenhuma que resultou, fundamentalmente, para amortecer uma contestação mais do que legítima por parte da direção do clube e dos seus associados, quanto ao incumprimento das obrigações da câmara municipal para com o Alhandra Sporting Club. -----

Portanto, deixa a sugestão, para que, de facto, não sejam confrontados com cartas de idêntico teor, porque já leram outras. Há pouco tempo tiveram conhecimento de uma outra, cujo teor também não é muito diferente, em que alguém, arvorando-se de competências para além das competências de presidente de câmara, afirma que é possível concretizar um determinado nível de investimento, que nunca efetivamente foi deliberado pelos vereadores da câmara municipal, que é onde se decidem matérias dessa natureza. -----

Prosseguiu, dizendo que isso já lá vai, e o Sr. Presidente poderá dizer que passado é passado, e não move sentimentos, mas preocupados que todos estão com esta situação, é importante que não se volte ou o Sr. Presidente não adote uma postura idêntica à da sua antecessora. -----

Relativamente ao futuro do campo desportivo, faz uma pergunta muito simples: Esses 400 000,00€ que são obrigação do município para com o Alhandra Sporting Club, na opinião do Sr. Presidente resultarão para compartilhar a construção do equipamento desportivo, apenas e só, ou servem também para a aquisição do terreno alternativo para a construção desse mesmo equipamento? Qual é o entendimento que o Partido Socialista tem quanto ao valor dos 400 000,00€? Serve para um “dois em um”, ou serve apenas e só para a construção do equipamento? --
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que pensa que terá sido claro, mas vai repetir. Em primeiro lugar, a câmara municipal, antes e agora, não é devedora de coisa nenhuma ao Alhandra Sporting Club, tanto mais que o terreno em causa não podia ser adquirido, porque a Cimianto não estava disponível para fazer o destaque. Logo, o terreno não podia ser adquirido, pois também se deve ter consciência que



a câmara municipal não ia adquirir a propriedade toda, um valor de 8 milhões de euros, só para utilizar uma pequena parte. Muitas das vezes diz-se muita coisa, “compra-se isto, compra-se aquilo, faz-se assim, faz-se assado” e, quando se adquire algo, tem que se saber o que se vai fazer àquilo que se está a adquirir. ----- Já viu muitos municípios comprarem muita coisa e depois aquilo está lá parado, sem usufruto para nada, e por isso tem que se ter consciência que, quando se vai num determinado sentido, tem que se ter a certeza absoluta do que se está a fazer, pois senão está-se a fazer uma má opção. Esta matéria também foi referida agora, em conversa com o administrador de insolvência, em que o mesmo questionou o porquê de não comprar a propriedade, e a resposta foi que é porque não tem sentido. -----

O que tem sentido é aquilo para o qual agora a comissão de credores está disponível, que é fazer um destaque, desses dois artigos, que são os artigos 5 e 2. Tem isso bem presente, porque andou a tratar do assunto, e são à volta de 9 000 metros quadrados, com as condicionantes que todos conhecem, como a linha férrea, o rio, a REN e a RAN, porque tem lá campo de sementeira, etc. Portanto, é um terreno muito condicionado, e aquilo que disse foi que se iria adquirir, com a aprovação de todos, assim espera, por um valor que esteja próximo da avaliação que se vai fazer ao mesmo. Agora, aquilo que lhes pediram pelo terreno não é possível aceitar, inclusivamente disse isto mesmo ao Alhandra Sporting Club. Tem muita pena, mas a câmara municipal não se vai endividar para adquirir um terreno que não vale nem 10% daquilo que lhe estão a pedir, grosso modo. -----

Assim sendo, e repete, a câmara municipal vai adquirir o terreno que o Alhandra Sporting Club deseja, para concentração da piscina e mais-valias, de acordo com um valor adequado. Depois, agradece as sugestões, mas também sabe bem o que anda a fazer, ou procura pensar que sabe o que anda a fazer, e todos os dias reflete se está a fazer bem ou não, pois às vezes, na convicção de que se está a fazer bem, às vezes não é assim. Por isso, também com a aprovação dos Srs. Vereadores, os 400 000,00€ são para construir o campo, e depois há outra verba para adquirir o terreno. São coisas distintas, e os 400 000,00€ até poderiam nem chegar para comprar o terreno. -----

Aliás, pelo valor que lhe estão a pedir nem chegaria, e por isso, repete, vai-se



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº _____

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--

8/8



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **078**

Reunião de 2015/05/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: SUSPENSÃO DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO ABASTECEDOR DO CONCELHO-----

Presente proposta nº 13-A, de 2015/05/08, dos membros da CDU, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da suspensão do horário em vigor no mercado abastecedor do concelho, com consequente retoma do horário anterior, até eventual decisão de alteração, bem como da avaliação imediata da situação em estreita ligação com os comerciantes para as eventuais tomadas de decisão municipal, a bem do futuro do mercado. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta é uma questão que foi colocada através de uma proposta da CDU, mas se lhe é permitido passará a palavra à Srª Vereadora Fátima Antunes, que tem informações de uma reunião que teve este fim de semana no mercado, com os vendedores e compradores, para dizer a que conclusão é que se chegou. -----

A Srª Vereadora Fátima Antunes interveio, começando por dizer que o que a CDU vinha propor era a suspensão do horário que está atualmente em funcionamento, e que se passasse ao horário que estava em vigor o ano passado. -----

Como já disse na última reunião, o que os compradores pretendem não é o que a CDU está a propor. De facto, chegou, como também já tinha dito, um abaixo-assinado, manifestando algum descontentamento com algumas questões do horário que está atualmente em vigor, e posteriormente reuniu com o vendedores, para tentar perceber qual era a questão em concreto que estava em cima da mesa. O que de facto queriam não era voltar ao horário que estava anteriormente, mas sim que houvesse alguns ajustes, nomeadamente no horário de abertura, à entrada dos compradores e ao início das vendas. -----

O que se passava relativamente ao horário que estava o ano passado é que abria muito cedo para a entrada dos vendedores, e havia cerca de uma hora, hora e meia em que os funcionários estavam no mercado e ninguém aparecia, só passado uma hora, hora e meia, dependendo dos dias. O mercado é feito às quartas, sextas e aos domingos, e, por exemplo, a sexta-feira é um dia bastante fraco, e as pessoas que entravam no mercado para irem expor os produtos e vendê-los, chegavam sistematicamente uma hora, hora e meia mais tarde, estavam lá os funcionários e não se passava nada no mercado. -----



O que se passava também, com a hora de fecho, nalguns dias, é que as pessoas vendiam o que tinham a vender, iam embora, e depois havia uma hora ou hora e meia, dependendo dos dias, em que o mercado estava aberto, mas não havia lá ninguém. Foi de facto isso que se tentou corrigir, com o acordo dos vendedores, porque tempos já houve em que esse tempo era necessário, porque o volume de vendas era diferente, era maior, e era necessário mais tempo para que as pessoas chegassem, descarregassem os produtos e os expusessem, para depois serem vendidos.-----

O descontentamento que os vendedores referiam neste momento era relativo à hora que abre aos compradores, pois entendiam que ainda é cedo, os produtos ficam com algum tempo de exposição e, por exemplo, os legumes sofrem alguma deterioração, pelo que solicitavam que o horário de abertura para o início de vendas avançasse uma hora todos os dias.-----

Essa consulta foi feita aos outros vendedores, porque as pessoas com quem se falou eram de um grupo representativo, mas teve que se fazer a consulta, quer aos vendedores, quer aos compradores e vendedores que operam dentro do pavilhão da UNICARO, que é a empresa proprietária daquele espaço, com quem a câmara municipal tem um protocolo, e que tem de articular, nomeadamente estes horários, e o horário que a autarquia pratica também tem que ser o horário praticado pela UNICARO. Depois da consulta voltou a reunir com os vendedores e acertou-se o horário que pretendiam, nomeadamente este avanço da hora no horário de abertura de início de venda, e foi assim que ficou.-----

Reuniu posteriormente com a UNICARO, também para auscultar qual era a sua opinião, que se manifestou também de acordo. Neste momento há acordo de ambas as partes, e o horário que agora se sugere para as quartas-feiras, e no horário de outubro a maio, é o de abertura às 16h00, para entrada dos vendedores para exporem as mercadorias, o início das vendas às 18h00, e o encerramento às 21h30. Às sextas-feiras a abertura será às 16h00, o início das vendas às 18h00, e o encerramento às 21h00. Nos domingos abrirá às 18h30, o início das vendas será às 20h00, e o encerramento do mercado será às 22h30.-----

Quanto ao horário de verão, que neste momento funciona de junho a setembro, nesta última reunião os vendedores também fizeram chegar o desejo que não se



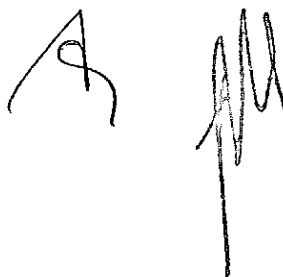
passasse esta mudança de inverno para o verão em junho, mas sim quando se dá a mudança da hora, no que não há inconveniente. Consultada a UNICARO, também esteve de acordo, e será uma alteração que virá a ser feita. Então, neste horário de verão, às quartas-feiras a abertura será às 17h00, o início das vendas às 19h00, e depois o encerramento às 22h00. À sexta-feira abrirá às 17h00, o início das vendas será às 19h00, e o encerramento às 21h30. Para os domingos o horário que também irá ficar é o de abertura às 19h00, o início das vendas às 21h00, e o encerramento às 23h30. Foi o horário que foi acordado, neste momento há acordo de ambas as partes, e é o que tem a dizer.-----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se este modelo foi maioritariamente aprovado, ao que a Sr.ª Vereadora respondeu que sim. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que, de facto, ou não estão todos a falar do mesmo ou há informação que não é partilhada entre todos. Regista, com o devido respeito, pela Sr.ª Vereadora em particular, que de todas as vezes que os membros da CDU confrontam a câmara municipal com esta preocupação, que todos reconhecem, há uma evolução qualquer que não acompanham, de informação cruzada, e em alguns casos até mesmo contraditória. -----

Em primeiro lugar, gostariam de sugerir que, se há uma intenção da câmara municipal de alterar o horário de funcionamento, seria correto que, a bem da discussão, ao mesmo tempo que a CDU faz uma proposta de suspensão, abrindo a porta para que, conforme se lê, resulte uma eventual decisão de alteração sobre o modelo de funcionamento anterior, portanto não estão numa situação estática ou fechada relativamente aos horários de funcionamento, antes pelo contrário, esta informação que a Sr.ª Vereadora apresentou pudesse vir anexa à proposta da CDU.- Foi uma opção, que seguramente terá tido as suas razões, pelo que a CDU entende que assim está prejudicada a discussão. Não estão em condições, como é óbvio, de poderem deliberar coisa nenhuma, porque supostamente houve uma alteração de vontades que impede que o sentido a encontrar para um novo horário de funcionamento, por acaso, não corresponda em nada ou quase nada àquilo que lhes transmitiram na semana passada. -----

Portanto, o que diz ao Sr. Presidente é que estão presentes numa perspetiva construtiva, de ajudar a construir soluções, mas precisam de perceber, afinal, quais



são as intenções expressas pela câmara municipal, porque, ao contrário do que foi dito na última reunião de câmara, que o atual horário de funcionamento resulta de uma opinião maioritária expressa pelos comerciantes, isso, não só não é verdade, como a própria ata da câmara municipal, da reunião de janeiro deste ano, confirma, no uso das expressões do Sr. Presidente, que resulta de uma adaptação entre um inquérito por questionário e uma adaptação feita de acordo com os interesses da própria câmara municipal. Portanto, estas questões têm de ser clarificadas, e infelizmente a discussão continua prejudicada. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que a Srª Vereadora foi bem clara. ----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que, relativamente a esta questão, os membros da Coligação Novo Rumo também estão sensibilizados e preocupados, porque, se atentarem no que sabem unicamente, do que têm conhecimento unicamente é da proposta da CDU, e do que vem na comunicação social, não têm conhecimento absolutamente de mais nada. -----

Verificam que na proposta da CDU se referem quebras nas vendas devido ao horário que está em funcionamento, e na comunicação social é referido que perto de 100 comerciantes estão contra este horário de funcionamento, e que houve um abaixo-assinado, e não têm conhecimento desse abaixo-assinado. Gostariam de ter conhecimento desse abaixo-assinado, e aliás aproveita para pedir que todos os abaixo-assinados que cheguem à câmara municipal, sobre todo e qualquer assunto, lhes sejam também remetidos, e à CDU com certeza, não está isso em causa, para terem o devido conhecimento das situações. De facto, consideram que esta situação tem que ser reanalisada. -----

Na comunicação social diz, se considerarem que é verdadeiro, que um comerciante não concorda que se abra às 17h00, consta lá que isto foi dito por um senhor, António Santos, e não sabem, mas têm que dar o benefício da dúvida, e também a comunicação social não iria para um auditório e seria um coro, obviamente que cita a fonte que transmite essa informação. Assim, não estão de acordo que abra às 17h00, pelo que estranham que estejam agora de acordo que abra às 16h00. ----

De todo o modo, consideram que não se deve suspender este horário e voltar ao anterior sem avaliar a situação, mas também não concordam que se suspenda este, se mude para um novo, este novo também não corresponda aos interesses



dos comerciantes, e às tantas ninguém se entende, termina-se com o mercado, porque com esta “barafunda” de horários o MARL fica sempre a ganhar.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que a “barafunda” advém do facto de a câmara municipal ter tentado encontrar soluções que fossem melhores para compradores e vendedores. Essa é que é a “barafunda”, e não é “barafunda” nenhuma, na medida em que foram manifestações de interesse que foram colocadas, aos quais a câmara municipal, naturalmente, não podia deixar de atender. Foram feitos, de facto, os tais inquéritos, e foi feito um horário. Na última reunião de câmara o que foi referido por si foi que, “se há ajustes a fazer, a Srª Vereadora irá falar com as partes e há de encontrar uma solução.” -----

Foi o que disse, entretanto chegou este pedido de suspensão de horário, que presume seja para o anterior, que não agradava a ninguém, e então aquilo que foi feito foi justamente o que foi referido na última reunião, ou seja, a Srª Vereadora falou com as partes, acertou um modelo e um horário, que maioritariamente, ou por toda a gente, foi aceite. Portanto, não está a perceber qual é o problema, sinceramente.-----

O que vem nos jornais é muito respeitável, provavelmente poderá referir a opinião de uma ou mais pessoas, mas no contexto geral não representa o sentimento maioritário, daquilo que foi a última reunião que aconteceu no domingo passado. Portanto, não vale a pena estar a perder muito tempo, a não ser dizer que, se a câmara municipal vai implementar este horário que foi acertado no último domingo, caso se venha a verificar a necessidade de ainda se fazer algum ajuste, pois far-se-á. É tudo muito dinâmico, conforme a Coligação Novo Rumo disse, tem de haver dinamismo nos mercados, têm que se encontrar soluções, e também pensa que sim. -----

Efetivamente, há horários que hoje são praticados nos mercados que provavelmente não se ajustam à vida, no dia a dia das pessoas, e aquilo que era ontem certamente tem que se alterar, para melhorar, para bem dos compradores e dos comerciantes, naturalmente. Se há um acordo, ir-se-á pôr em prática, e se eventualmente houver necessidade ainda de fazer algum ajuste, far-se-á, mais que isto parece-lhe que não é muito útil. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que os membros da



Coligação Novo Rumo consideram que os horários têm que conjugar os interesses de todas as pessoas que servem, e que estão em causa. Agora, também, o que volta a referir, não têm tido conhecimento de tudo o que envolve esta questão, nomeadamente o abaixo-assinado, e agora esta reunião que a Srª Vereadora realizou no passado domingo. Relativamente à reunião gostariam de perguntar, até porque este ponto estava agendado, e não havia qualquer dúvida que ia ser discutido hoje, se há uma ata, um acordo, um documento qualquer, onde de facto se demonstra esse consenso, porque senão é uma questão que se anda a discutir, se abre às 17h00, 16h00 ou 18h00, eternamente, porque uns querem às 18h00, outros querem às 16h00. -----

Se realmente a Srª Vereadora garante que foi a maioria, há de haver um documento, que é para não originar, tanto as notícias na comunicação social, desfasadas com a realidade, às vezes, e também propostas que as forças partidárias possam apresentar, que acabam por ficar desfasadas com o que está em vigor no momento. Portanto, seja como for, gostariam de saber então se há um documento que foi elaborado desse tal acordo, para entrar em vigor um novo horário no mercado abastecedor. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que julga que todos estão de boa-fé, a tentar ajudar, como é lógico, e nesta tentativa de ajuda, sem desprimor nenhum sobre as notícias que saem na comunicação social, a bancada da CDU esteve no mercado a falar com os vendedores e alguns compradores que lá se encontravam, e as informações que têm desse grupo de vendedores, e não foi um, nem dois, nem três, foi um grupo substancial, porque foram lá no auge do mercado, são diferentes daquelas que a Srª Vereadora aqui transmitiu. -----

Não está a duvidar daquilo que transmitiu, nem do resultado da reunião que teve no domingo, só que se tem de tentar perceber o que está a falhar no meio de tudo. Desta forma, a par daquilo que foi a solicitação de informação por escrito que o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório pediu, para que possam avaliar aqueles que foram os resultados da reunião de domingo e poderem, inclusivamente, voltar a falar com os vendedores e compradores, se assim entenderem relativamente a essa matéria, gostavam também de ser recetores, até para perceberem algumas coisas, de informação sobre o valor de faturação que a câmara municipal tem feito

com o aluguer dos terreiros para os vendedores, nos últimos 6 meses, pelo menos. Não é muito, considera que é fácil encontrar e darem-lhes os valores de faturação dos últimos 6 meses, e gostavam também de questionar sobre este acordo que existe entre a UNICARO e a câmara municipal, este protocolo onde é tudo muito bem articulado, o horário tem que ser o mesmo, e tem de ser tudo entendido, e relativamente aos preços de aluguer, pois o que se passa hoje é que a UNICARO está a praticar preços mais baixos que a câmara municipal. -----

Portanto, os vendedores estão a fugir do terreno da câmara municipal para o pavilhão da UNICARO porque os preços lá dentro são mais baixos do que aqueles que, cá fora, a câmara municipal pratica. Está-se a falar de um protocolo entre duas entidades que se querem dar bem, e daquilo que é quase concorrência desleal entre as partes, porque a UNICARO está a retirar os vendedores que lá há no local. Está-se a falar de horários, e há certas coisas de que não convém falar, mas convém que sejam ditas, e tem que se perceber até onde vai o entendimento entre a UNICARO e câmara municipal nesta matéria. -----

Por outro lado, convinha também fazer só um alerta, porque ainda há pouco se ouviu falar muito do ambiente, dos grandes defensores do ambiente, e toda a gente gosta de levar a “bandeira na mão”, como se costuma dizer, pois a verdade é que hoje em dia, dentro do pavilhão da UNICARO assiste-se a uma coisa que é completamente ilegal, e isto é a título de informação, até para a Srª Vereadora, nos contactos que tem com a UNICARO, informar. Dentro do pavilhão da UNICARO estão a ser operados empilhadores a gás e a diesel, o que é absolutamente proibido em espaços fechados, como é o caso do pavilhão, ainda para mais quando se está a falar de produtos hortícolas e frutícolas. É absolutamente proibido por lei, não pode haver empilhadores destes, têm que ser elétricos, e a UNICARO tem que ser chamada à atenção deste facto. -----

Assim, tentando ajudar nesta discussão toda, em que acredita que estão todos de boa-fé, relativamente ao horário gostariam de ser recetores de toda a informação que a Srª Vereadora trouxe, e não retiram ou não veem forma de retirar a proposta que têm, neste momento, sem avaliarem a informação que a Srª Vereadora traz, sem confrontarem novamente os vendedores e compradores no local, e sem receberem o que são os valores de faturação, para tentarem perceber onde é que

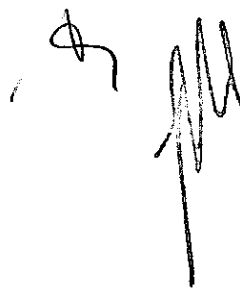


está esta boa "Joint Venture" entre a UNICARO e a câmara municipal, no fundo. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que pensa que é uma decisão muito sensata, a Srª Vereadora vai compilar toda a informação e vai fazê-la chegar, e entretanto voltar-se-á ao assunto quando assim se determinar. Pode-se voltar, numa próxima oportunidade, a falar sobre esta matéria, e este ponto é retirado da discussão.-----
Interveio novamente o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, para dizer que o ponto é retirado, mas a CDU exige que seja já agendado para a próxima reunião de câmara, porque 15 dias é mais do que suficiente para tratar disto. -----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que muito bem, assim seja, e aceita isso. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para voltar a pedir que seja enviado o abaixo-assinado sobre esta questão.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que será entregue, mas tem a dizer outra coisa, há atos de gestão que são atos de gestão corrente. Por isso, quando lhe dizem, "quando chega aqui um abaixo-assinado, queremos todos os abaixo-assinados", o que diz é que se envia tudo, não há nada a esconder, está tudo nos processos, e não é disso que se trata, mas os Srs. Vereadores também têm que compreender que no dia a dia da câmara municipal têm que se fazer atos de gestão. São coisas correntes, estão regulamentadas, e muito difícil seria trazer os milhares de procedimentos que se fazem, para em reunião de câmara serem discutidos. Portanto, é preciso ter em atenção esse aspeto.-----
Desta forma, este ponto é para ser agendado para a próxima reunião de câmara.---
Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara.-----

-----



1. Assunto: REGULAMENTO DE AFIXAÇÃO, INSCRIÇÃO E DIFUSÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS DE NATUREZA COMERCIAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 103/15, de 13/05, do GMAE, para aprovação, após o período de apreciação pública, do Regulamento de Afixação, Inscrição e Difusão de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 103/15, de 13/05, do GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que foi a discussão pública, e que se receberam efetivamente contributos da Coligação Novo Rumo, que foram acolhidos, e agora é presente para se passar à parte final, que é a publicação deste regulamento. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo, de facto, verificaram que no regulamento grande parte das suas sugestões foram vertidas, congratulam-se por isso, e mais uma vez ficam contentes por verificar que as sugestões da Coligação Novo Rumo são acolhidas. No entanto, continuam a entender que algumas sugestões que foram feitas, das que não foram acolhidas, são fundamentais, nomeadamente a sugestão de que, nas rotundas, fosse elaborado um plano de disposição harmoniosa e integrada dos “outdoors” e painéis, o que não consta do regulamento. -----
Pensam, a não existir essa especificidade, que não será possível impor a tal harmonia que o regulamento pretende, ao fim ao cabo, e que consta nos objetivos, nos considerandos iniciais. Efetivamente, não constando esta especificidade,



consideram que a estética e o chamado ruído visual ficam afetados. -----

Por último, e em segundo lugar, pelo que são estes dois pormenores que pensam que deveriam efetivamente constar, às vezes, na elaboração dos regulamentos, o que sabe, por defeito de profissão, olha-se muito de forma jurídica e pouco da forma estética, ou da forma visual, pelo que pediram que fosse criado um mapa de todo o concelho, com identificação das diferentes zonas da área de proteção das localidades, que são referidas no nº 1, do artigo 11º, do regulamento, e das áreas classificadas como zonas históricas do concelho. Efetivamente ficam sem saber quais são as áreas de proteção das localidades, e gostariam que fosse criado um mapa, onde essas áreas viessem referidas e devidamente identificadas. Relativamente às zonas históricas do concelho, o Sr. Presidente tem que conceber que se tem de olhar para o centro histórico de forma diferente da que se olha para outros locais do concelho, e por isso a publicidade, os “outdoors”, os painéis, não podem ser colocados da mesma forma, com as mesmas dimensões, o que tem que ficar no regulamento devidamente especificado. -----

São só estes dois pontos, porque houve uma outra coisa que obviamente o Partido Socialista não acolheu, mas eram sugestões, e os membros da Coligação Novo Rumo concordam no global com o regulamento. Quanto a estas duas situações, pensam que são relevantes, e não querem forçar, obviamente, mas gostariam de reforçar pelo menos o interesse em que constassem do regulamento. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que crê que o artigo 6º responderá a esta última questão que foi colocada, no nº 1, alínea b) e seguintes. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio novamente, respondendo que os membros da Coligação Novo Rumo não sabem quais são os locais em causa. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, dizendo que são imóveis classificados, imóveis contemplados com prémios de arquitetura, e todos esses que estão referidos, pensando que já é suficientemente abrangente. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que o nº 1, do artigo 11º, fala em áreas de proteção das localidades, e não sabem o que são áreas de proteção das localidades. Até podem chegar a essa conclusão, mas cada um chegará, se calhar, à sua, e é um conceito muito abstrato. Assim, de duas uma, ou o município cria um mapa onde define as áreas de proteção das localidades, e



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 088

Reunião de 2015/05/20

Procº GAMA.E.00AE.025.

Deliberação nº _____

aí todas as pessoas têm acesso a esse mapa, e sabem o que é, ou então define concretamente o que é uma área de proteção das localidades. -----

Por outro lado, também há as zonas históricas, e eventualmente essa situação poderá ser colmatada com o artigo 6º, mas não sabe se totalmente ou não. Consideram que não, eventualmente poderão ter uma nova leitura do artigo 6º, mas relativamente ao nº 1, do artigo 11º, fica esse conceito abstrato, não conseguem definir o que são áreas de proteção das localidades, e isso poderá causar algumas incongruências e interpretações diferentes de diversas situações, até ao longo das várias freguesias do concelho. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não crê que o regulamento deva chegar tão longe, na medida em que há questões de carácter urbanístico que, essas sim, nos seus próprios regulamentos e no RMUET – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas, que agora está já na fase final de adaptação à nova legislação, deverão constar com mais propriedade. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, secundando a intervenção do Sr. Presidente, dando conta que este regulamento é um bom ponto de chegada, o que não significa que fique um regulamento imutável para todo o sempre, e é natural que haja depois acertos à medida que vier a ser implementado no terreno. -----

De qualquer das maneiras, refere só uma questão que é importante, porque acaba por, no terreno, vir enformar algumas das preocupações constantes deste regulamento, que respeita à estratégia para a regeneração urbana, de que também se irá fazer a discussão, eventualmente, no mês que vem, decorrente do estudo que foi feito com a Universidade de Lisboa. A perspetiva é criar, para a promoção da regeneração urbana, e com algumas regras suplementares nesta área, as chamadas ARU - Áreas de Reabilitação Urbana, que são, essas sim, então delimitadas no espaço, e relativamente às quais há um conjunto de regras específicas, que até estão previstas na lei, caso haja essa determinação. -----

Por isso, a sugestão que faria era a aprovação do regulamento como está, para permitir esta maleabilidade depois, de determinação das suas diversas componentes no terreno, e a avaliação que se fará da sua aplicação, também na perspetiva de ir caminhando. Crê que é um documento importante, sob o ponto de vista da organização, do que é a comunicação no espaço público, e é um bom



passo no caminho de a ir organizando, sendo que não se deve esquecer que é uma área que, em termos nacionais, não tem sequer uma história de regulamentação, como agora em Vila Franca de Xira se está a tentar fazer. -----

Crê que o normativo que é hoje presente a reunião de câmara acautela as questões que genericamente foram agora colocadas pela Coligação Novo Rumo, e diria que, se calhar, à cautela, é melhor aprovar, ver como funciona no terreno, e depois eventualmente fazer algum acerto numa fase posterior. -----

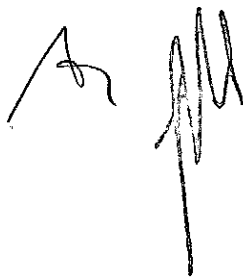
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que crê que esta sugestão tem sentido, porque o fundamental está cá. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, para referir que pensa que aprovar um regulamento já a pensar que pode ser alterado, e obviamente que todos sabem que todos os regulamentos podem ser alterados, e até podem ser revogados, é um mau princípio, embora, como disse, e começou por dizer, a maior parte das sugestões da Coligação Novo Rumo está vertida, e não é essa a questão. Agora, se efetivamente a própria perguntar o que é uma área de proteção de uma localidade, questiona se o Sr. Presidente lhe sabe dizer ou definir.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que se está a definir, justamente pelo que o Sr. Vice-Presidente ainda agora referiu. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que aquilo que o Sr. Vice-Presidente referiu não é área de proteção da localidade, é área de reabilitação urbana. Neste sentido, eventualmente, no nº 1, do artigo 11º, deverá ficar que “as bandeiras não podem ser afixadas em áreas de proteção das localidades, devidamente definidas em (...)”, e não sabe se é um plano, ou o que vai existir a nível do urbanismo, para definir o que é uma área de proteção das localidades. -----

Fala-se em bandeiras, e efetivamente, com a aproximação das eleições isso pode criar uma série de problemas, porque não sabem o que é uma área de proteção de localidade, e nem o Sr. Presidente lhes sabe explicar, porque não está definido em lado algum. Portanto, pensa que se tem que definir rapidamente, e no regulamento tem que se remeter para o documento onde vai ser definida, ou se pretende que seja definida, para que um qualquer cidadão ou munícipe que leia o regulamento não fique com dúvidas. -----



É só isso que se pretende, porque, obviamente, não estão contra o regulamento. ---
Relativamente à questão das rotundas, pensam que devem ser regulamentadas, porque a única coisa que está regulamentada é a bolacha central da rotunda, e não a parte circundante. -----

Interveio o Sr. Presidente, propondo que se aprove este regulamento, com essa recomendação, de neste regulamento ficar absolutamente definido o que é a área em causa, e vai-se fazer uma redação que complemente justamente o artigo em causa. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que o interior das rotundas, que é aquela bolacha central, sabe-se, está cá, mas não está à volta das rotundas, e sabe-se que a maior parte dos "outdoors" é colocada na parte exterior das rotundas, se assim se chama, não estando regulamentada essa parte.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que haverá zonas que não são da jurisdição da câmara municipal, e nem sequer se pode fazer nada.-----

Haverá campanhas eleitorais que, apesar das recomendações, e por mais que se façam, não ligam a muita coisa, mas são momentos absolutamente excecionais, com os quais se tem que conviver, e por isso aquilo que sugere é que essa matéria seja melhor explicada no artigo em causa, com uma redação que se fará chegar à Srª Vereadora, mas que se aprove, porque não tem razão para se continuar aqui. É a sugestão que faz, com esta necessidade de se perceber e identificar melhor as áreas, o que não é fácil, e diz isso desde já. Vai-se tentar encontrar uma redação, que permita que não haja grandes dúvidas sobre as áreas em causa. -----

Sugere então que se passe à votação, com o compromisso de que se irá incluir esta definição das áreas de que se está a falar.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando-se quanto às rotundas, à parte exterior, e que obviamente estiverem na jurisdição da câmara municipal. -----

O Sr. Presidente respondeu que dentro das rotundas não se pode pôr nada, e pelas mesmas ordens de razão, em termos de segurança rodoviária, também não se pode colocar nada à volta que tire visibilidade a quem circula nessas mesmas rotundas. Portanto, em termos de regulamentação e de segurança rodoviárias está tudo definido, e também não vale a pena mais. Aquilo que se pode pôr é que "será



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 091

Reunião de 2015/05/20

Procº GMAE.00AE.025.

Deliberação nº _____

de acordo com as regras que estão instituídas em termos de segurança rodoviária". Pode-se colocar, não tem mal, mas sabe-se muito bem que muitas vezes, à volta das rotundas, quer-se circular, e não se consegue verificar o trânsito que está a acontecer. -----

Poder-se-á referir que, para o regulamento em causa, aplicam-se as regras da segurança rodoviária, o que diz que, em determinadas zonas, não se podem pôr obstáculos visuais, nomeadamente "outdoors". -----

Assim, se a Srª Vereadora estiver de acordo, resolve-se assim, porque também definir claramente não é possível, até porque há matérias que já estão no domínio da própria PSP e GNR, em termos da aplicação de coimas ou exigência de retirada dum painel, etc., que está a causar acidentes pela má visibilidade que provoca. -----

Prosseguiu, dizendo que se está de acordo com esta metodologia, e que o ponto é aprovado por unanimidade, com estas recomendações que foram feitas pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, e com as sugestões que o próprio colocou à volta disso. -----

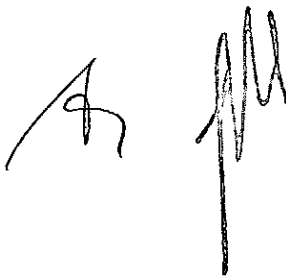
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, e com as recomendações apresentadas pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº _____

Pelas 12h53, depois da discussão e votação do ponto 7 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

HOSPITAL DA FLAMENGA – ACESSO AO CENTRO DE SAÚDE - VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. João Pacheco, cumprimentando os presentes, começando por dizer que o Sr. Presidente disse há bocado que queria uma câmara saudável, e está plenamente de acordo, sendo que, segundo o que se diz do município, com um orçamento de 17 milhões de euros, pensa, com todo o respeito, que este dinheiro deve ser posto ao serviço da população, pois bem necessita. -----

Gostaria de levantar algumas questões que dizem respeito à área de Vialonga, algumas “já como o milho, já têm barbas”. -----

Sobre o hospital, deveria ser uma responsabilidade total do presidente da câmara, e pensa que a autarquia deveria fazer exigências para que aquilo fosse, de facto, um edifício para a saúde, como dizia a anterior presidente da câmara, Maria da Luz Rosinha, ao próprio, há uns anos, porque também lhe disse há uns anos que ia melhorar os acessos ao centro de saúde, mas continuam na mesma. Não quer dizer que o centro de saúde funcione mal, mas os acessos para as pessoas subirem ao centro são péssimos. Dizia que ia melhorar o acesso, mas continua na mesma, e eles deveriam melhorar. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que aquilo que quer dizer neste momento, tendo havido uma pergunta também no período antes da ordem do dia sobre o hospital, é que a preocupação é recuperar os azulejos da antiga capela. Quanto ao resto, há um processo que está na Judiciária, que tem que fazer o seu trabalho, mas provavelmente a Judiciária anda mais ocupada com outros processos, talvez mais importantes, não sabe. É um processo que a câmara municipal enviou, e não sabe, se se for aos antiquários, se se conseguirá encontrar alguma coisa. -----

A única coisa com que a autarquia está agora preocupada é com o seu serviço de património, no sentido de tentar pelo menos salvar o que resta em termos de azulejaria. Quanto ao edifício propriamente dito, não pode dizer nada, porque não tem informação nenhuma para o efeito. -----

Sobre o acesso ao centro de saúde, há dois aspetos que tem que referir. Quando se decidiu ir para aquele espaço foi porque o centro de saúde anterior era paupérrimo, muito mau, o que quer dizer que se passou duma situação má para uma bem melhor, o que não quer dizer que seja excelente, mas é preciso não



Deliberação nº _____

esquecer, no tempo, porque é que se foi para ali.-----

Encontrou-se uma solução bem melhor do que aquela que se tinha, que era péssima, sendo preciso não esquecer essas matérias. Por isso, aquilo que pensa é que, por mais que se faça, a inclinação do terreno é o que é, não há volta a dar, e têm que se encontrar soluções para ir melhorando o que se tem, mas projetar a possibilidade de um dia o centro de saúde ser realocado para outro espaço, mais central, e mais de acordo com as possibilidades de mobilidade, de quem recorre ao mesmo. Sobre isto, na sua opinião o futuro deve passar por um outro espaço, e o centro de saúde ser realocado para aí. Aliás, vai ter oportunidade de falar publicamente e brevemente sobre esta matéria, e o que pensa sobre o assunto.-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Se se vai conseguir fazê-la a breve trecho, espera que sim, na medida em que o projeto está a ser ultimado. Depois, é avançar com o procedimento, passar à obra, e para o ano fazer a última que falta.-----



Deliberação nº _____

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vice-Presidente tomou boa conta desta questão do parque infantil, de qualquer forma o parque está de acordo com as regras que se exigem para a colocação. Aqueles brinquedos têm que ter certificação, mas se há lá um pormenor que causa alguma preocupação ir-se-á ver.



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Interveio o munícipe, Sr. João Pacheco, dizendo que não sabe se a câmara municipal tem alguma previsão sobre o arranque da bomba de gasolina no terreno que se dizia, junto ao Quintanilho, em Vialonga.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **098**

Reunião de 2015/05/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

PROMESSAS ANTIGAS RELATIVAS A VIALONGA – PISCINAS -----

Interveio o munícipe, Sr. João Pacheco, referindo-se a questões sobre Vialonga que já são velhas, e que lamenta muito, como é a das piscinas. Havia terreno para o quartel, mudou-se uma série de terrenos para o quartel, o quartel não existe ainda em Vialonga. Havia terreno para a escola secundária, e não sabe quando é que existe. Quanto ao terreno para as piscinas, era no parque da Flamengo, mudou-se para uma série de locais, e também já não se sabe quando é e para onde é. -----

Há questões que respeitam a Vialonga, promessas antigas, que de facto estão por fazer e, como se dizia há pouco, não quer dizer que seja tudo feito de uma vez, está de acordo, é impossível, logicamente, pois a população do concelho é muito grande e a preocupação também, mas há questões fundamentais que são necessárias, como a das piscinas, que são mais do que urgentes realizar. -----

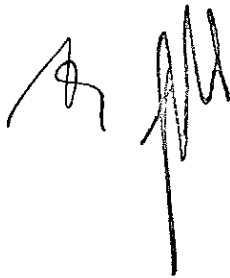
A população de Vialonga começa a estar um bocado cheia às vezes, dizem que “Vialonga é o cu do concelho”, e não se deve olhar assim, porque Vialonga é uma freguesia do concelho, deve ter a mesma atenção que todas as outras freguesias, e necessita tanto como todas as outras. -----

Nesse aspeto pensa que está um bocado atrasada em relação às outras freguesias, sendo a única localidade praticamente do concelho, além de São João dos Montes, que não tem piscina, e era urgente haver piscina. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. João Pacheco disse que Vialonga é esquecida, mas é porque não faz contas. Nem faz contas, nem recua no tempo, porque se recuasse no tempo verificava o muito que foi feito. Basta o sítio onde estão, basta ver que não havia pavilhões desportivos, basta dizer que tem más escolas ainda, mas já teve bem piores, porque se construíram outras novas e agora ir-se-á avançar. -----

Foi feito um longo percurso, e Vialonga não está esquecida. Compreende que o Sr. João Pacheco, como vialonguense, desejava muito mais, e o Sr. Presidente da junta também comunga do mesmo sentimento, mas se lhe fizer as contas verá que do orçamento municipal dos últimos tempos, inclusivamente o atual, uma fatia importante é justamente para intervenções em Vialonga. -----

Considera que há matérias ainda para resolver e haverá sempre, pois isto nunca



acaba, quando se termina uma coisa, há logo outra para fazer e assim sucessivamente. Compreende que o munícipe queira mais e melhor para a sua freguesia, mas também que está absolutamente esquecida, não é bem assim, e só compreende isso pelo sentimento de bairrismo, que é muito salutar neste caso. -----
A piscina há de se fazer, não sabe é quando. Há um discurso político hoje, da assunção da necessidade da construção da piscina. A palavra “irrevogável” hoje tem muitos sentidos, e esta decisão de construir a piscina é irrevogável, mas não tem é condições de dizer quando. A única coisa que se está a fazer é alterar, de acordo com a nova legislação, o projeto, já tendo pedido ao projetista para o fazer, para adequar a piscina às novas regulamentações. -----
Há agora uma “nuance”, e tem que falar com o Sr. Presidente da junta. Um dia irão dar uma volta à freguesia para ver se existirá um terreno, e deve existir, mas se é municipal tem dúvidas, para a construção da piscina noutra local.-----
Depois, tem que se fazer um referendo ou encontrar um consenso, porque pensa que encontrar o tal terreno é a decisão mais adequada, e que o Sr. Presidente da junta também estará de acordo.-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

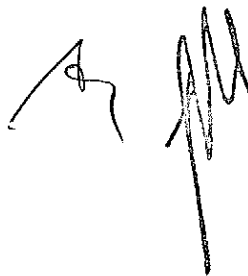
O Sr. Presidente interveio, referindo, quanto a estas questões de carácter pedonal em Alpriate, que já se falou nessa matéria, e ir-se-á ver o que se pode fazer.-----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, solicitando ao Sr. Vereador António Oliveira que se vá à rua Humberto Delgado, na zona da Verdelha do Ruivo, para verificar o que se pode fazer para minorar ou resolver o problema que o Sr. Vítor Pereira colocou. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

ALOJAMENTO PARA PEREGRINOS – CAMINHO DE SANTIAGO -----

Interveio o munícipe, Sr. José Sanches, cumprimentando os presentes e referindo ser presidente da associação de peregrinos, Via Lusitana, dedicada ao Caminho de Santiago, de que ultimamente até se tem falado muito, por causa dos acidentes que houve com os peregrinos de Fátima.-----

O Caminho de Santiago passa em Vila Franca de Xira, e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira tem sido inexcedível na sua marcação, manutenção, divulgação e tudo isso. A sua associação, que é uma associação de peregrinos para outros peregrinos que vêm de todo o mundo, a quem dão e divulgam toda a informação necessária para onde passar ou onde ficar, está muito agradecida à câmara municipal por tudo o que tem feito até hoje. -----

No entanto, de repente as coisas mudaram um pouco. Os peregrinos que vão para Santiago saem normalmente da sede de Lisboa, iniciam aí o seu caminho, e não fazem as distâncias que fazem os peregrinos de Fátima, fazem muito menos, porque vão com uma mochila às costas. São peregrinos que vêm de todo o mundo, todos os anos têm vindo a crescer, começou-se com 400 ou 500 por ano, o ano passado já passaram mil e muitos, e este ano espera-se que passem no concelho quase 2000. Utilizam o caminho de Santiago, como referiu, que provavelmente a câmara municipal conhece tão bem como o próprio, pois são caminhos o mais possível feitos pelo campo.-----

O problema é que até hoje a maioria desses peregrinos precisa de pernoitar. Saindo de Lisboa precisam de dormir antes de chegarem a Vila Franca de Xira, e as opções que tinham eram as de um desvio para a Verdelha, onde se alugam quartos e há uma residencial, e nos bombeiros de Alhandra. Eram os únicos pontos que havia, os bombeiros também têm sido inexcedíveis nesse apoio, só que entretanto não podem continuar a receber peregrinos, por problemas de espaço.-----

Sair da sede de Lisboa até Vila Franca de Xira são cerca de 40km, e com a mochila às costas, a chover, ou com sol, a maioria das pessoas rebenta, e é o primeiro dia, para pessoas que vão fazer uma viagem de mais de 600km a pé, quase um mês em caminho. -----

Houve um interesse, o ano passado, com a associação de Alprate, a sua



associação, Via Lusitana, e o apoio da Junta de Freguesia de Vialonga, em tentar arranjar um albergue em Vialonga. A sua associação pediu uma reunião à câmara, mas nunca obteve resposta. Foi em junho ou julho do ano passado, e basicamente o que vem pedir agora é um apoio à câmara municipal, para, com o apoio da Junta de Freguesia de Vialonga e da Associação Recreativa de Alpriate, se poder abrir um albergue. -----

A associação tem bastante experiência, tem membros com bastante experiência na construção e gestão desse tipo de estruturas, que são extraordinariamente leves, ligeiras e baratas, porque basicamente o que os peregrinos do Caminho de Santiago precisam é dum beliche para dormir e dum duche, e está tudo o que é preciso, pois trazem o seu saco cama, e aí já não há despesas. -----

A sua associação está a gerir neste momento um albergue, pertença da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, tem membros que são voluntárias em albergues em Portugal, Espanha, e mesmo em França, e tem todos os conhecimentos necessários para a construção, dinamização e gestão do albergue. -----

Basicamente o que pede é uma reunião para tratar disto, e a urgência é imensa porque há 10 a 15 pessoas por dia que vão passar e não têm onde dormir. Está a falar de americanos, alemães, franceses, sul-americanos, australianos e gente de todo o lado, que vem e vai ficar um pouco a dormir debaixo da ponte. Se até hoje tem saído do concelho a dizer que em Portugal as pessoas são fabulosas, vai começar a dizer que em Portugal as pessoas são fabulosas, mas as instalações para dormir são uma desgraça completa. Assim, era esse apoio que queria pedir à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que tem o contacto da associação, e por isso irá falar, no sentido de ver no que se poderá ajudar. A câmara municipal está absolutamente disponível para ajudar, e certamente que há soluções, que a associação tem capacidade de dizer quais são, porque tem muita experiência neste sentido. Brevemente alguém da câmara municipal, que o próprio vai indicar, falará com a associação, para ver de que modo se pode resolver. Depois falar-se-á também com o Sr. Presidente de junta, vendo o que se pode fazer, porque por aquilo que percebeu a zona onde se deveria ter mais atenção é justamente esta, de Vialonga, Alverca ou coisa que o valha. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº _____

Portanto, ver-se-á o que se pode fazer, porque há todo o interesse de acolher quem vem para o território do concelho o melhor que se puder, e naturalmente os peregrinos.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
ACESSO À GRANJA JUNTO À ROTUNDA DO MARL – PASSAGENS PEDONAIS -
VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. Miguel Palhão, cumprimentando os presentes, dizendo ser de louvar a atitude da câmara municipal em fazer estas reuniões junto da população, porque, se não fosse o caso, muitos assuntos nunca chegavam à população em si. Em vez de estar num espaço fechado, nos Paços do Concelho, a câmara municipal assim aproxima-se da população, e permite que intervenha nas discussões. -----

No que diz respeito às suas questões, só falará em três pontos pois senão estava-se eternamente a falar de “n” situações. Quanto ao primeiro, embora já se tenha tocado muito superficialmente nele, é o acesso à Granja junto à rotunda do MARL, pois não se falou bem nas passagens pedonais. -----

Mora na zona praticamente há 10 anos, mudou-se em 2005, e desde então sempre se falou destes assuntos. Considera estranho que neste momento o Sr. Presidente, com todo o respeito que lhe merece, diga que se aguarda pela disponibilidade do Instituto de Estradas de Portugal para fazer reuniões, quando pelo menos, que saiba, já há 9 anos se anda a tocar neste assunto, e há 9 anos que, aparentemente, se espera por uma reunião, ou pelo menos por alguma decisão de quem direito. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que esta questão do acesso é efetivamente já antiga, e ver-se-á de que modo se pode evoluir nela. -----

-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
CONTENTORES NA ESCOLA DE ALPRIATE - VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. Miguel Palhão, referindo-se à escola de Alpriate, em Vialonga, dizendo que, segundo sabe, há cerca de 2 ou 3 meses foi enviado um abaixo-assinado por parte dos educadores, dos encarregados de educação, juntamente com alguns professores, acerca das condições dos contentores que lá estão. -----

Não é propriamente nesta altura do ano que se vai notar o quanto degradada está, mas sim na altura de inverno e de chuva, o que compreende, e o Sr. Presidente já referiu este assunto, que a escola de Alpriate é uma das que carece de intervenção, eventualmente de intervenção profunda. Até lá, devido à indisponibilidade de fundos, como infelizmente não é só uma decisão da câmara municipal, mas sim de várias entidades, porque se fosse de uma só se calhar as coisas eram mais céleres, tem havido pequenas intervenções, que são sempre bem-vindas, desde que com qualidade, não é gastar dinheiros, fundos públicos, com pequenas intervenções em que, passados meses, as situações para as quais foram feitas não foram solucionadas. -----

O caso das infiltrações nos contentores acontece com alguma frequência, e se na altura apropriada, quando chover, se for lá ver, ir-se-á verificar que pelo menos uma das salas dos contentores não é habitada, ou seja, automaticamente os alunos têm que ir por cima dos outros, da outra sala, porque naquela não é possível estar, devido às infiltrações e à chuva que cai. Há pequenas fotos, vídeos, que foram tiradas por alguns pais, de pequenos alguidares, pequenos bidões no meio da sala, para poderem reter essas infiltrações. -----

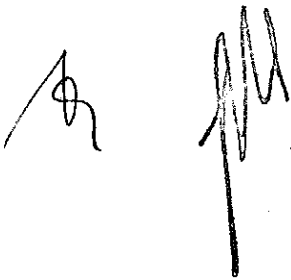
O Sr. Presidente interveio, dizendo que já foi referido, numa intervenção anterior, que se sabe que é uma escola em que se tem que dar uma grande volta, e naturalmente que a grande volta era construir uma nova, com outras condições. Ver-se-á, está-se a terminar a Carta Educativa, que vai indicar quais são as necessidades de escolas e em que zonas, porque não se podem estar a construir escolas onde não há crianças. Tem que se ter planeamento, porque muitas das vezes não se faz, e estão-se a construir coisas que afinal não era bem ali que eram necessárias. Portanto, tem que se ter uma atitude diferente, que é justamente



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

De qualquer modo o munícipe referiu necessidades imediatas, como sejam as infiltrações nos contentores, que a câmara municipal vai tentar resolver. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

ESPAÇOS VERDES NA GRANJA - ENXOFRAIS - VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. Miguel Palhão, dizendo que de certa maneira tem que agradecer a insistência do Sr. David Joana e a do Sr. Presidente, pois sabe que estiveram constantemente em reuniões, relativamente à questão dos espaços verdes na Granja, nos Enxofrais, em Vialonga. O próprio fazia parte da comissão de moradores na altura criada para esse efeito, embora nunca tenha tido uma ação mais ativa, mas sempre acompanhou, porque sempre foi copiando as trocas de e-mails dum lado e doutro.-----

É com agrado que já vê duas concluídas, e a sua questão é mais no que respeita à terceira fase, que lhe toca também porque é um dos moradores dos prédios, mora no rés-do-chão. Assim, questiona para quando o início e conclusão da terceira fase. Faz ainda um alerta no que respeita às duas primeiras fases que estão concluídas. Estão concluídas, é com bom agrado que vê isso, os seus filhos têm usufruído dessas instalações, mas há um pormenor, a manutenção. Há pessoas que não querem saber muito da manutenção, e infelizmente nem todas usufruem daquilo da melhor maneira, nem utilizam o espaço como deveriam, ou seja, o bebedouro que lá está já está entupido e há placares partidos. Não é normal acontecer, e acontece porque se sabe exatamente de onde vem.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que aquilo que sempre disse foi que se ia cumprir o que se estava a dizer, mas não era com a rapidez que os moradores desejavam. Por isso, combinou-se que se iam fazer três intervenções em três fases. As duas primeiras estão concluídas, e a terceira também irá ser concluída. Está-se a trabalhar nesse sentido, para ver se no mais curto espaço de tempo também se resolve a parte mais alta da urbanização.-----

Quanto à manutenção e vandalismo, é uma frustração muito grande que se tem, a câmara municipal pôs ali um equipamento que, passado pouco tempo, teve que se ir lá modificar, porque já andavam a arrancar as madeiras, se calhar para fazer alguma fogueira, o que não sabe.-----

É um problema muito grave, que não se sabe como resolver, mas aquilo que costuma dizer a quem o acompanha é que se estragam, temos que remediar, que refazer, mas é de facto muito difícil e frustrante.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
ÁRVORES QUE LIBERTAM ALGODÃO PERTO DA SOCIEDADE RECREATIVA DA
GRANJA - VIALONGA-----

Interveio o munícipe, Sr. João Lúcio, cumprimentando todos os presentes e agradecendo, como membro da direção da Sociedade Recreativa da Granja, em Vialonga, ao executivo da câmara municipal, por ter visitado a coletividade.-----

Gostaria de falar sobre um problema que existe perto, para o qual foi alertado por alguns residentes da Granja, que é o das árvores, que deitam um algodão de que as senhoras não gostam, e estão sempre a falar. Assim, decidiu pedir para se ver qual é a viabilidade de substituir estas árvores por outras, para evitar a situação. ---

O Sr. Presidente interveio, referindo que esta é uma matéria que tem de ser analisada através do serviço ambiental da câmara municipal, porque estar a abater estas árvores todas não é uma coisa simples. Há pessoas que efetivamente consideram que as árvores são problemáticas em termos de alergias, e outras que, quando se abatem as árvores, vão dizer que a câmara municipal é uma assassina das árvores. De maneira que é complicado, e não é simples gerir uma situação destas. -----

É verdade que nas escolas do concelho estão-se a cortar todas, não porque haja, cientificamente, estudos que digam que este pólen ou algodão faça mal à saúde das pessoas, não há nada que diga que seja verdade, mas porque sujam, as pessoas respiram e absorvem algumas daquelas particulazinhas, e bem à saúde também não fará muito. Por isso se estão a cortar nas escolas, a replantar e a pôr outro tipo de árvores. -----

Neste caso provavelmente o que se terá de fazer é abater uma ou outra e pôr novas, mas para isso tem que se estudar bem o problema. Não pode agora dizer que se vão abater todas, tem que se ter calma, olhar com atenção e ver de que forma se poderá evoluir. -----

-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **110**

Reunião de 2015/05/20

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2897/15, de 08/05, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/04/27 e 2015/05/08. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 2897/15, de 08/05, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **112**

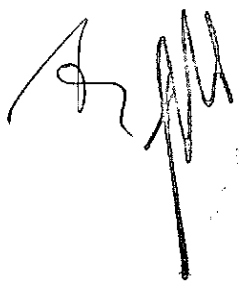
Reunião de 2015/05/20

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2015/04/30 e 2015/05/12, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
3. Informações/pareceres: -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----

Câmara Municipal:-----

Dotações Orçamentais-----18 191 912,07€

Dotações não Orçamentais ----- 1 849 723,61€

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----

Dotações Orçamentais ----- 4 447 442,39€

Dotações não Orçamentais ----- 410 920,36€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro

Fl. Ata **114**

Reunião de 2015/05/20

Procº

Deliberação nº **289**

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – RICARDO EMANUEL GARRIDO LUCAS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2832/15, de 06/05, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Ricardo Emanuel Garrido Lucas, a exercer funções de apoio jurídico na Divisão de Habitação Social, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 2832/15, de 06/05, do DGAFJ/DRH, comunicação interna nº 1090/15, de 05/05, do DASDEDS/DDS, e informação nº 2121/15, de 18/03, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ABERTURA DE CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA PROVIMENTO DE UM LUGAR DE FISCAL MUNICIPAL DE 2ª CLASSE NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – CARREIRA NÃO REVISTA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2793/15, de 04/05, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de um concurso externo de ingresso para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho de Fiscal Municipal de 2ª classe (carreira não revista), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2793/15, de 04/05, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que se trata de um concurso para fiscal, tendo a câmara municipal necessidade de mais fiscais. Já se fizeram contactos, em termos de mobilidade intermunicípios, mas não se conseguiu, e portanto vai-se abrir agora este concurso, para suprir faltas.-----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

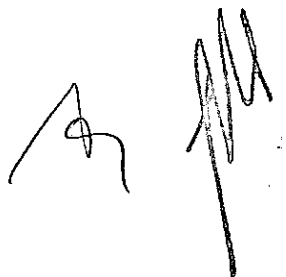
-----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2904/15, de 08/05, do DGAFJ/DRH, para aprovação da alteração ao mapa de pessoal da câmara municipal para o ano de 2015, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei, tendo sido solicitado parecer à comissão sindical.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2904/15, de 08/05, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que este mapa de pessoal tem em vista, justamente, tentar acabar ou minorar a necessidade de se terem CEI – Contratos Emprego-Inserção. É o fundamento principal desta alteração do quadro de pessoal, que absorveu também algumas das preocupações que a própria comissão sindical e o sindicato, o STAL, têm colocado, tendo o executivo entendido que se deveria avançar desde já nesse sentido. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU consideraram um tanto ou quanto estranho que viesse agora esta alteração, até porque o mapa de pessoal foi recentemente aprovado na câmara municipal.-----
É com algum agrado que veem que, de facto, a preocupação tantas vezes levantada pela CDU, no que diz respeito ao número elevado de trabalhadores ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção, tenha sido levada em conta, de qualquer forma entendem que o quadro de pessoal não é ainda suficiente para as necessidades que a autarquia tem, e por isso o recurso aos CEI é ainda elevado. ----
O voto dos membros da CDU será por isso contra, apesar de saudarem o esforço que a câmara municipal vem tendo, no que diz respeito à diminuição destes



trabalhadores. -----
Interveio o Sr. Presidente, só para dizer à Srª Vereadora que nem esta câmara municipal, nem as juntas, nem as outras câmaras municipais conseguirão resolver este problema. Está-se a tentar minorar, mas não se vai resolver, sendo esta uma tentativa de minimizar o problema. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. ASSUNTO: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO DO REGIME GERAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA NO TRABALHO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2965/15, de 13/05, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e abertura de procedimento, por ajuste direto do regime geral, para a prestação de serviços de medicina no trabalho, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei, bem como da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2965/15, de 13/05, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que gostava de colocar algumas questões, se for possível, e poderá, eventualmente, não falar corretamente, mas agradece que o Sr. Presidente depois o esclareça. -----
A primeira questão que os membros da CDU colocam é o porquê de ser só a esta empresa, e não é que lhes mova nada contra a ASAL, nem contra nenhuma empresa em especial, mas o porquê de ser só a esta e não a outras. -----
Quanto às outras questões, pensa que não está, no documento que lhes foi enviado, mas dá a sensação, pelo menos daquilo que têm, que houve uma alteração. Para além da prestação de serviço ser feita por esta empresa, hoje, infelizmente, estando-se ou não de acordo, acontece em muitas a passagem dos serviços de medicina no trabalho para empresas externas ao empregador, que é



este o caso. Assim, este serviço era feito dentro das instalações da câmara municipal, ao que parece passou ou vai ser feito fora, pelo que questionam se está salvaguardado, por parte da câmara municipal, enquanto entidade empregadora, o tratamento informático e a reserva dos dados, ou seja, se há, por parte da câmara municipal, autorização para o tratamento de dados na área da saúde, e se esta empresa, outras empresas ou alguém que trate destes documentos, tem autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados para este tratamento, nomeadamente informático.-----

Esta é uma matéria sensível, e tendo em atenção a lei, quer o Código do Trabalho, quer as várias recomendações que há nesta área, quer para as entidades empregadoras, quer para as empresas exteriores, naquele caso, há autorização explícita para o tratamento destes dados pessoais, e tem que haver. Por isso é que coloca a questão, e pode não ter sido claro em relação às questões iniciais. Aquilo que se coloca é que os membros da CDU não veem com muito bons olhos que este serviço seja feito fora das instalações, sendo evidente que, em relação às empresas que prestam ou não este serviço, como disse, infelizmente é prática comum hoje passarem a terceiros, por várias dificuldades, e haverá muitas justificações.-----

A câmara municipal, quando fez isto, não tinha condições para continuar dentro das suas próprias instalações? Coloca esta questão, porque a empresa onde trabalha externalizou este serviço, mas continua a ser feito dentro da empresa. O serviço de medicina interna e de segurança no trabalho é feito dentro, apesar de ser feito por uma empresa do exterior.-----

Não entende porque é que vai ser feito, mas provavelmente haverá uma razão para passar a ser feito nas instalações desta ou de outra empresa, e não dentro das instalações municipais, e a questão também é se existe ou está salvaguardada autorização para o tratamento de dados informáticos nesta matéria, por parte da câmara municipal e das entidades que vão assegurar o serviço.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o tratamento de dados que existe neste momento é absolutamente deficiente, e pode dizer ao Sr. Vereador que o sigilo clínico, por episódios que já aconteceram, é frágil, e fica-se por aqui. O sigilo



clínico que existe hoje, existia ou ainda existe, é frágil, e vai-se escusar de falar, porque são matérias que têm a ver com questões de carácter pessoal, e não vai adiantar muito mais do que isso.-----

Por isso, entendeu que se deveria, relativamente à medicina do trabalho, encontrar outro tipo de soluções, e a primeira das quais é que as instalações onde é prestada estivessem de acordo com a legislação. Há muitíssimos anos que aquilo que se tinha não estava nada de acordo com isso, e teriam que se fazer obras de adaptação para o efeito.-----

Encontrou-se uma solução, que é justamente a pessoa ir a um local onde vai a um consultório qualquer, onde tem todas as condições, e está adaptado para que essa prestação de consulta seja efetuada, a dois passos do sítio onde costumava ir. Portanto, sobre a questão do trajeto, ele não tem alterações.-----

Quanto ao tratamento de dados, de facto há um compromisso, de que as pessoas são chamadas, o diagnóstico é feito, e quando há necessidade de fazer análises, ou sugestões de outro tipo pelo médico ou médica, elas são feitas, e os cadastros clínicos ficam sempre na posse da câmara municipal. O tratamento de dados é um processo em que se teve todo o cuidado, para que não houvesse divulgação, o que já aconteceu, e por coisas muito mais graves do que dizer, por exemplo, que o Sr. Vereador tem uma borbulha numa orelha.-----

Sobre estas matérias têm que se tomar decisões, muitas das vezes não muito compreendidas, mas têm que se tomar. Crê, e tem a certeza no que está a dizer, que o serviço que hoje é prestado é de melhor qualidade do que aquele que era feito. Agora, tem que ser feito de outra forma, sempre a perseguir aquilo que é absolutamente necessário, que as pessoas tenham um apoio clínico de acordo com as suas próprias necessidades.-----

Depois, deve-se exigir outra coisa, começando pelo próprio, que já tem uma “coleção de frasquinhos”, que é ir às consultas, e é uma sugestão que faz a todos. Muitas vezes diz-se que se vai hoje, vai-se amanhã, hoje não pode ser, e amanhã também não, mas são regras que se têm que cumprir. São exigências que se têm que cumprir, a começar pelos presentes.-----

O serviço clínico é feito por uma empresa, há muitos anos a esta parte, e não há razão de queixa até ao momento. Por isso crê que se deveria continuar com o



mesmo processo. -----

Quanto à questão que o Sr. Vereador coloca, para o executivo municipal é um ponto de honra, o sigilo clínico tem que ser absoluto, e tudo se tem que fazer para isso. A Srª Vereadora, como também tem formação na área, através disso tem feito o que é necessário na observação do que acontecia, daquilo que acontecia e não deveria acontecer, e encontraram-se outras metodologias mais adequadas e de maior qualidade. Foi isso que se fez, e vai-se continuar a fazer. -----

Portanto, crê que o facto da prestação das consultas não ser em instalações da câmara municipal em nada fragiliza ou menoriza o trabalho que tem sido feito, muito pelo contrário, é justamente num local que tem equipamentos, que tem condições sanitárias e outras, que a legislação exige, e que não se estavam a cumprir. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, mencionando que, em relação ao tratamento de dados e ao sigilo ou não, está reservado aos clínicos, e não tem nem deve “meter” pessoas que não tenham a ver com o caso. Percebeu, e está bem, existem normas, existe muita legislação, o que tem consigo é um parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre essa matéria, e a entidade responsável pela fuga de informação é sempre a câmara municipal, enquanto entidade empregadora, mas a questão que os membros da CDU colocam, por outro lado, é quem tem acesso a esta informação, que é reservada. -----

A câmara municipal tem que ter autorização, essa é a questão que coloca, e gostavam de perceber se sim, e se a empresa também, o que espera, porque tem que ser credenciada e ter essa autorização. -----

Quanto à outra questão, não põe em causa o que o Sr. Presidente disse, percebeu que é um ajuste direto, e que há vários anos que se trabalha com a empresa, mas a opção foi só fazer a esta, e a pergunta é porque é que é só a esta que se faz, e não se faz a mais. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que esta matéria é uma preocupação porque, de facto, o que se tinha ou se tem hoje é que o estava a preocupar, a questão da proteção dos dados. Era isso que o estava a preocupar, hoje, não pela empresa, mas por outras razões, que depois, particularmente, poderá dizer. Por uma situação grave que aconteceu, e que se resolveu, pensou que não podia



voltar a acontecer, que se tinha de encontrar outra solução, e é isso que se está a fazer.-----

Por isso, o tratamento dos dados é um fator essencial quando se está a falar da saúde. Andar nas “bocas do mundo” que fulano tem isto ou aquilo, é grave, e, neste sentido, o que diz ao Sr. Vereador é que a solução que se vai adotar é bem melhor do que aquela que se tinha. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que os membros da CDU votam contra.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA IMÓVEIS – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 171/15, de 28/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de seguros para imóveis.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 171/15, de 28/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, perguntando, na senda de outros pontos, em reuniões passadas, em que os membros da CDU já levantaram várias vezes a questão, tratando-se de um ajuste direto do regime geral, por carta e convite, por que razão é só feito a uma única entidade, a bem da concorrência, e até de baixar o preço que a câmara municipal vai ter de pagar à companhia de seguros que venha a ganhar esse convite. Gostariam de saber o porquê de não se fazerem convites a mais entidades, e aliás é uma decisão que até já foi uma decisão da câmara municipal, a de, quando existem estes convites, serem feitos, no mínimo, a três entidades. Assim, não percebem por que razão vem só a uma, neste caso.---
Interveio o Sr. Vereador António Félix, dizendo que nesta questão dos seguros, à imagem do que se tem feito noutros assuntos, tem-se vindo a fazer uma junção de todo o processo, como se fez com os elevadores, serviços de limpeza ou ar condicionado. Aqui também se tem vindo a juntar, de forma a ganhar escala.-----
Quanto ao porquê da consulta ser só a uma única seguradora, é porque esta seguradora é aquela que tem o concurso que irá terminar no próximo ano, de



todos os restantes seguros da câmara municipal. Obviamente, tendo também alguns destes seguros, e muitos já estavam nesta seguradora, ainda que por vezes alguns tivessem umas condições, outros tivessem outras, pois os seguros eram feitos em avulso, e o que se fez agora foi a junção de todos, para se ganhar escala, o preço que consegue fazer, e fez-se uma consulta ao mercado, é bastante inferior. Esta companhia tem toda a outra carteira de seguros da câmara municipal, pelo que a questão aqui nem se colocaria. -----

Obviamente que no próximo ano juntar-se-á este seguro a todos os outros que a câmara municipal tem, e far-se-á um concurso que será aberto a todas as seguradoras, aliás será um concurso público internacional.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que na documentação em posse dos membros da Coligação Novo Rumo não chegou a comunicação interna onde supostamente é explicado o porquê deste procedimento. Vão votar a favor, não têm nada contra, mas gostariam que essa comunicação interna lhes chegasse e, também, por outro lado, não percebem porque é que este procedimento atualiza os valores apenas num prazo de um ano. Não sabem se é para acertar datas, porque a última adjudicação foi a 28 de novembro, para 36 meses. Não sabem se tem a ver com o acerto ou não, mas como não têm a comunicação interna, também ficaram sem perceber.-----

O Sr. Vereador António Félix interveio novamente, mencionando, como estava a dizer, que no próximo ano irá decorrer todo o outro processo de seguros. Este é um ano, que é para juntar ao outro e voltar a ganhar escala, ou seja, juntar todos os seguros num único procedimento.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que, sinceramente, os membros da CDU não compreendem a justificação que o Sr. Vereador António Félix acaba de dar, porque a ótica que têm é exatamente essa, juntar para ganhar escala. Ganhar escala não se faz, unicamente, juntando os seguros, faz-se também fazendo uma consulta ao mercado, no sentido deste poder oferecer o melhor preço que cada companhia de seguros tenha e que agrade depois à câmara municipal.-----

Diz o Sr. Vereador que é a seguradora que tem atualmente os seguros, e por um lado até pode ser cómodo convidar a mesma, porque se escusa de estar a



informar, e ter uma série de procedimentos para com a nova seguradora, mas por outro, diz também o Sr. Vereador que foi feita uma consulta ao mercado, e depois aparece só esta para apresentar o convite do ajuste direto. -----

Não compreendem, e se foi feita a consulta ao mercado, por que razão é que essa consulta não é feita em sede de ajuste direto, quando enviada a carta convite a todas as seguradoras. Por que razão é que se faz uma prévia consulta, sabendo perfeitamente, quem conhece o mercado, seja desta natureza, seja da construção civil ou qualquer outra, que quando se faz uma prévia consulta não significa, não é condição "sine qua non", que na altura do convite e na carta convite de apresentação de propostas por parte das entidades a proposta final que venha a ser apresentada seja a mesma que foi apresentada na consulta prévia. -----

Não aceitam esse tipo de justificação, e foi já uma decisão da câmara municipal, independentemente destas matérias, apresentar pelo menos convite a três entidades diferentes, aquando destas questões. É uma decisão que está tomada, não pode andar a ser alterada consoante o "sabor do vento" e consoante aquilo que se entende que é melhor a cada momento, a menos que seja previamente discutida em reunião de câmara a alteração dessa decisão. Aí sim, se houver necessidade de alterar a dado momento, altera-se sem problema rigorosamente nenhum. -----

Portanto, neste contexto, e não concordando minimamente com as justificações que foram dadas, o voto da CDU será contra o ponto. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que o Sr. Vereador António Félix tentou, pelo menos esforçou-se por explicar, as explicações não são aceites, pelo que resta passar à votação. -----

Terminou, concluindo que, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis do PS e da Coligação Novo Rumo, o ponto é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

Assunto: ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há 2 pontos que têm mesmo que ser hoje vistos, os pontos 27 e 28, pelo que passará de imediato para esses pontos, e saltará depois para o ponto 36, que também deveria ser aprovado hoje, retomando posteriormente, se houver tempo, a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº2 DE VIALONGA – ADJUDICAÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 657/15, de 07/05, do DOVI/SOE, para aprovação do relatório final de análise de propostas, elaborado pelo júri do procedimento, com adjudicação à Norcep – Construções e Empreendimentos, Lda. – Alternativa 4, pelo valor de 1 981 994,90€, acrescido de IVA, sendo o prazo de execução de 330 dias, da empreitada de construção da EB1 nº 2 de Vialonga, bem como do indeferimento das pronúncias apontadas pela Tecno-Paços – Construção e Obras Públicas, Lda., e da não consideração do concorrente Constragraço – Construções Cívicas, Lda.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 657/15, de 07/05, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo ficaram sem perceber porque é que a adjudicação é feita à Norcep, porque o valor é superior. Não é explicado se a Tecno-Paços cumpriu ou não o caderno de encargos, sendo explicado, a determinada altura, que a maneira como é organizada a documentação de uma e outra empresa é diferente, e a Norcep organiza a documentação de forma, talvez, mais clara e organizada. Pensa que o Código dos Contratos Públicos não permite que as propostas sejam avaliadas por comparação, há que verificar se a Tecno-Paços cumpre ou não o caderno de encargos, e isso não é dito de forma a não lhes causar dúvidas, e de forma clara, na comunicação interna. -----

Face a essa situação, gostariam de saber se não é suficiente então o cumprimento do caderno de encargos, se a Tecno-Paços o cumpre, e apresenta um valor



economicamente mais favorável, em cerca de 20 000,00€. -----

Ficaram com dúvidas, e não sabem se lhas conseguem esclarecer agora, em reunião de câmara. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, referindo que as páginas 19 e 20 do relatório preliminar descrevem exatamente a questão da Srª Vereadora, no entanto, se entender que não se encontra, dará a palavra à diretora do departamento, que está presente, e poderá cimentar essa explicação, considerando o próprio que nas páginas 19 e 20 do relatório preliminar efetivamente consta a justificação do júri do procedimento. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, pedindo esclarecimentos sobre a documentação, uma vez que não a consegue visualizar. -----

Respondeu o Sr. Presidente que então passará já para a discussão do ponto 28. -----

Interveio mais tarde, após a discussão e votação do ponto 36, questionando se a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus considera que os esclarecimentos que foram prestados foram suficientes. -----

A Sr. Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, fazendo uma pergunta muito concreta, a que se calhar só a Engª Rosário Ferrão saberá responder. A Tecno-Paços cumpre ou não o caderno de encargos? Daquilo que verifica parece-lhe que cumpre, só que a Norcep vai mais além, mas o ir mais além do caderno de encargos não pode ser valorado, nem tão pouco comparadas as propostas uma com a outra nesse aspeto. É preciso definir se a Tecno-Paços cumpre ou não o caderno de encargos, e isso não resulta claro da leitura que faz do documento. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que presume que cumpre, naturalmente, senão a proposta não podia vir a reunião de câmara, mas pede à Engª Rosário Ferrão para aprofundar o esclarecimento. -----

Tomou a palavra a Engª Rosário Ferrão, mencionando, relativamente às dúvidas da Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, que cumpre o caderno de encargos, senão tinha de ser excluída, no entanto está-se perante uma adjudicação em que se está a avaliar a proposta economicamente mais vantajosa. Avalia-se o preço e o valor técnico da proposta, e o valor técnico da proposta tem variáveis, nomeadamente a memória descritiva, o cronograma financeiro, o plano de trabalhos, etc. Portanto, são pontuadas as propostas em função dos critérios que estão no processo



multicritério, e a pontuação dá o que consta na documentação. Assim, a proposta que tem o segundo preço melhor é a que passou a primeiro lugar, estando-se numa situação de avaliação duma proposta economicamente mais vantajosa.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que continua sem perceber. Se ambas cumprem o caderno de encargos, se uma apresenta um preço economicamente mais vantajoso que a outra, porque é que é a segunda, com um preço superior, que é a escolhida? -----

Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que não é o preço que é o critério, o critério é o da proposta economicamente mais vantajosa. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, dizendo que os critérios que vê na audiência prévia são acréscimos ao caderno de encargos, é o que lhe parece.----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, referindo que tudo foi definido quando foi a abertura do procedimento, estando tudo definido no caderno de encargos. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que este critério pretende que estejam a trabalhar com a câmara municipal empresas que garantam uma boa capacidade de trabalho, o que não quer dizer que não aconteça uma insolvência pelo meio. Assim, dos elementos que foram analisados pelo júri considerou-se que se deveria optar pela adjudicação a esta empresa, porque os critérios assim o permitiam.-----

Portanto, é o que já se tem feito em outras situações, está-se a fazer nesta, e se o critério fosse o preço mais baixo, puro e simples, era outra coisa que não é. Cumpriram-se todas as regras, e todos os procedimentos que são necessários nestas matérias. Assim sendo, com estes esclarecimentos que julga que são suficientes, coloca a votação o ponto.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que a Coligação Novo Rumo vota contra.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo então que, com os votos contra da Coligação Novo Rumo, o ponto é aprovado.-----

-
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2015 – ADJUDICAÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 640/15, de 06/05, do DOVI/SOE, para aprovação do relatório final de análise de propostas, elaborado pelo júri do procedimento, que propõe a não consideração dos concorrentes 1, 3, 4, 5, 6, 11 e do concorrente 2, bem como a adjudicação da empreitada das recargas de pavimentos 2015 à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 329 264,53€, acrescido do IVA, sendo o prazo de execução de 45 dias.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 640/15, de 06/05, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Presidente, perguntando se há alguma questão a colocar, ao que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus respondeu que sim, solicitando contudo o adiamento da sua intervenção. -----
O Sr. Presidente interveio, mencionando que então saltará para o ponto 36, e retomará a discussão de seguida.-----
Interveio mais tarde a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de pedir ao Sr. Presidente que lhes fizesse chegar o valor do betuminoso por tonelada, que apresentaram todas as empresas concorrentes, tanto relativamente ao ano de 2014 como de 2015, porque, como se sabe, esta situação teve o voto contra da Coligação Novo Rumo no ano passado, porque consideraram que, efetivamente, não estava devidamente justificada a adjudicação à empresa a quem se adjudicou, e agora utilizou-se o critério do preço economicamente mais vantajoso.-----
Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo a Srª Vereadora que não se trata do preço



economicamente mais vantajoso, mas sim do preço mais baixo, dizendo ainda que foi uma proposta feita pelo Sr. Vereador Rui Rei, porque havia dúvidas sobre muitas matérias, e o próprio teve ocasião de dizer que se ia considerar o critério do preço mais baixo, mas esperava que depois não se viessem todos a arrepender de o ter feito. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que não se arrependem, porque é a mesma empresa.-----

O Sr. Presidente interveio novamente, respondendo que para si é igual, pois contra a empresa em questão não tem nada, nunca teve, mas de algumas tem, porque trabalham mal. -----

Interveio mais uma vez a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam que o Sr. Presidente lhes fizesse chegar os valores apresentados pelas empresas concorrentes, do betuminoso por tonelada, tanto para 2014 como para 2015, e abstêm-se neste ponto 28.-----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que serão entregues essas informações, e que o ponto é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – “CORRIDA CIDADE DE ALVERCA” – ASSOCIAÇÃO PORTUGAL TALENTUS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 175/15, de 12/05, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação Portugal Talentus, que define as condições de apoio logístico do evento 1ª Corrida Cidade de Alverca, que se vai realizar no dia 6 de junho de 2015.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 175/15, de 12/05, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU só gostariam de colocar uma questão. Na fundamentação é dito, e muito bem, com propriedade, que o protocolo define as condições de apoio logístico do evento. Contudo, depois, no articulado do protocolo ou do contrato-programa a ser firmado entre as duas entidades, nomeadamente no seu objeto e fins, diz explicitamente aquilo que a câmara municipal deverá constituir em termos de apoio a este evento, nomeadamente a oferta de 6 troféus, a impressão de cartazes, flyers, livro de poesia, policiamento do evento, que se cobra, pois tudo se paga, e muito bem, serviços técnicos de apoio, som, palco, pódio, grades e tenda, etc., sendo muito mais do que o simples apoio logístico.-----
Assim, uma vez que não têm, nem há, nos documentos, qualquer estimativa de custos, nem qualquer informação sobre o cabimento orçamental para esta matéria, gostariam de saber no que ficam, se se trata de um apoio logístico puro e simples,



se se trata de apoios que extravasam o apoio logístico, porque a questão da oferta dos troféus e do policiamento vai custar dinheiro à câmara municipal, e se vai custar dinheiro tem de haver uma estimativa do custo, e um cabimento orçamental de onde vai ser retirado no orçamento da câmara municipal. -----

Por outro lado, gostavam de ser esclarecidos daquilo que conseguiram aprovar, por parte da informação que existe em vários "sites" que normalmente fazem a promoção das corridas para quem se quer inscrever. A informação que consta, no que respeita à oferta de troféus e uma série de coisas, é que basicamente vai ser a câmara municipal a fornecer tudo, pelo que está na informação da própria empresa, e chama-lhe empresa pois custa-lhe um pouco chamar à Portugal Talentus uma associação. É mais uma empresa de organização de eventos do que propriamente uma associação, dentro daquilo que é o associativismo que se conhece, uma empresa jovem, criada em 2014, mas não é isso que está em causa, nem está em causa o evento em si, com o qual concordam. -----

Gostariam era de ser esclarecidos, por exemplo, a nível de outros apoios que aparecem, como ao nível da OGMA, em que já sabem que é a cedência da pista, ao nível da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho ou da Força Aérea. Qual é o outro nível de apoio que estas entidades vão dar a esta corrida? Aquilo de que se conseguiram aperceber é que, no que diz respeito a apoios financeiros, principalmente no "gastar verba", por aquilo que consta vai ser a câmara municipal a suportar tudo isto. Esta é a dúvida que têm e, se vai ser a câmara municipal a suportar, gostariam de saber em quanto vai ser onerado este suporte e qual é o cabimento orçamental para o mesmo. É tão simples quanto isto, não há dificuldade. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo sem prejuízo do Sr. Vereador António Félix se pronunciar, que se trata de um apoio que em determinado tipo de provas a câmara municipal disponibiliza. Agora, o que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues diz é que deveria estar a estimativa de custos de tudo, e há algumas questões que se conseguem, de facto, identificar, sendo que há outras que, com mais alguma dificuldade, se conseguem referir. -----

É verdade que se poderia colocar uma estimativa de custos, mas é o que acontece, e sempre aconteceu, em muitos momentos de disponibilização de apoio a



determinado tipo de iniciativas que são promovidas pelas associações. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, esclarecendo que os únicos apoios que envolvem meios financeiros são os 6 troféus e o policiamento. Pode-se dizer que a estimativa de custos é abaixo dos 500,00€, tudo o resto é feito internamente.-----

Depois, faz uma pequena correção, a Portugal Talentus não é uma empresa de organização de eventos, nem é uma empresa, é uma associação que se dedica a identificar talentos na área das ciências, ambiente, artes e desporto. Não é bem a mesma coisa. -----

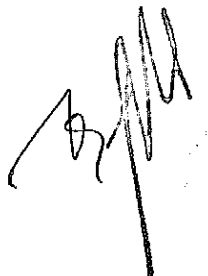
Portanto, conforme disse o Sr. Presidente, e corrobora, trata-se de dar apoio à organização de um evento, como já se dá à organização de muitos eventos no concelho. Relativamente a este, julga que é importante para o concelho e para a cidade de Alverca a sua realização. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vereador António Félix referiu que o apoio monetário ou financeiro não vai para além dos 500,00€, e tem que acreditar nesta informação. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando, só para se ter uma ideia, e o Sr. Presidente pode perguntar a qualquer associação deste concelho que pede policiamento para as suas atividades, que 2 agentes, que é o mínimo, para pares de 4 horas, nunca ficam abaixo de 300,00€. Está-se a falar de uma corrida que vai fazer 4,2km dentro da cidade de Alverca, vai ter acompanhamento de policiamento, vai ter acompanhamento motorizado para poder fechar artérias e tudo o mais, pelo que, quanto a esses 500,00€ que o Sr. Vereador António Félix falou, pede imensa desculpa, mas pede-lhe para refazer as suas contas.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que com as explicações que o Sr. Vereador trouxe, dando já uma dimensão financeira do que vai acontecer, crê que se está em condições de poder votar o ponto. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que deve ficar claro que os membros da CDU estão de acordo com o evento, e que ele se realize e tenha uma excelente participação, sem dúvida rigorosamente nenhuma, agora, não estão minimamente de acordo que os documentos sejam apresentados em reunião de câmara desta forma. Já manifestaram este desacordo várias vezes, em



vários momentos, e em vários assuntos completamente díspares, sendo este só mais um.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que não é o evento propriamente dito, é a metodologia de apresentação dos documentos, sendo que se vai procurar resolver isso em próximos momentos.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que a CDU vai-se abster relativamente a este ponto, com as justificações que deu. -----

Interveio por fim o Sr. Presidente, dizendo então que com a abstenção da CDU o ponto é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 44/15, de 12/05, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/04/29 e 2015/05/11, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 44/15, de 12/05, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de obter informação sobre o que trata o licenciamento de construção de um pavilhão de energia na EN10, ao km 126,5. -----
Interveio o Sr. Presidente, dando a palavra ao Arqtº Nuno Santos, para dar esse esclarecimento, sobre para que fim o armazém foi licenciado, pois o próprio não o tem de cabeça. -----
Interveio o Arqtº Nuno Santos, esclarecendo que se trata de uma alteração a um armazém anteriormente licenciado, correspondendo a alterações de fachada do edifício e, em particular, a dois vãos, sendo essa a informação que pode neste momento dar. Mantém-se o uso relativamente à empresa que lá está, que é uma empresa de distribuição de energia elétrica, não há mais nenhum dado, é meramente um uso de armazém. -----
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **137**

Reunião de 2015/05/20

Procº 325/98 ONEREDPDM

Deliberação nº **297**

1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO
– RUA CHE GUEVARA, LOTE 2 – PÓVOA DE SANTA IRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 310/15, de 08/05, do DGUPRU/DF/SFT, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, propriedade de Jorge Manuel da Silva Duarte, a integrar no domínio público do município, com a área de 47,20m², com valor atribuído de 47,20€, confrontando a norte com Maria Josefina da Silva Duarte, a sul com a rua de Che Guevara, a nascente com Maria Pereira Nabais Nunes e José Manuel Pereira Nunes e a poente com António Carlos Severiano Amorim, na Póvoa de Santa Iria, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 310/15, de 08/05, do DGUPRU/DF/SFT, planta de localização e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que se trata de uma parcela de terreno, que crê que é para um passeio, e não tem muito que saber. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há duas questões que têm de ser resolvidas hoje, e discutidas de seguida, que correspondem ao ponto 37, o apoio ao mercado medieval, e ao ponto 40, o fundo de maneio para a Assembleia Municipal Jovem, podendo posteriormente retomar-se a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **139**

Reunião de 2015/05/20

Procº GMAJ.

Deliberação nº **298**

1. Assunto: APOIO MUNICIPAL À REALIZAÇÃO DO V MERCADO MEDIEVAL DO CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL DE VILA FRANCA DE XIRA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 94/15, de 29/04, do GMAJ, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o CBEI – Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira, para apoio municipal à realização do V Mercado Medieval, em Vila Franca de Xira. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 94/15, de 29/04, do GMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: FUNDO DE MANEIO – ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM 2015 -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 18/15, de 07/05, da Assembleia Municipal, para aprovação da constituição de um fundo de maneio, no valor total de 180,00€, para fazer face a despesas inadiáveis no âmbito da iniciativa da Assembleia Municipal Jovem, o qual ficará à responsabilidade do Dr. João Quítalo, presidente da assembleia municipal.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 18/15, 07/05, da Assembleia Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto, à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO SITO NAS BRAGADAS GRANDES – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 6/99, DE 24/06 – PÓVOA DE SANTA IRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 290/15, de 07/05, do DGUPRU/DGU/ST, para aprovação da alteração ao loteamento sito nas Bragadas Grandes, na Póvoa de Santa Iria, lote 31, titulado pelo alvará de loteamento nº 6/99, de 24/06, não havendo lugar a discussão pública, conforme o disposto no nº 8, do artigo 27º, do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, promovido por Abílio Martins Nunes. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 290/15, de 07/05, do DGUPRU/DGU/ST, planta de localização, planta de síntese – Alterações, e planta de síntese - Telas finais, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: LOTEAMENTO SITO NO GENTIL – VIALONGA – RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 37/15, de 08/05, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização do loteamento sito no Gentil, em Vialonga, cujo promotor é a Urbanização do Gentil, Lda, e da extinção da caução, com a libertação da garantia bancária nº 976-02-0002765, emitida em 2000/03/06, pelo BCP – Banco Comercial Português, SA, no valor de 48 312,51€. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 37/15, de 08/05, do DGUPRU/DF/SUI, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo pedem que o ponto seja retirado, porque está-se a fazer uma receção definitiva, mas foram ao local, e têm fotografias de caixas de saneamento na rua do Gentil, próximo do cruzamento com a rua Luís Sá, abatidas. Pensam que não deverá ser feita a receção definitiva com as caixas de saneamento nesse estado, e por isso pedem que o ponto seja retirado, que venha à próxima reunião, e que essa situação seja devidamente apurada e retificada. -----
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que pode ser feito, não tem problema nenhum, porém, não se pode exigir ao urbanizador, numa receção definitiva, numa situação que é de desgaste do tráfego, que faça um trabalho em que não foi ele o culpado. Agora, o que deve ser feito, na sua opinião, é exigir que a câmara municipal resolva aquele problema. Não se pode estar a pedir ao urbanizador uma



Deliberação nº

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, referindo que então termina por aqui a reunião, ficando por resolver os pontos 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38 e 39. ----

final



Reunião de 2015/05/20

Deliberação nº **302**

41 ata minuta



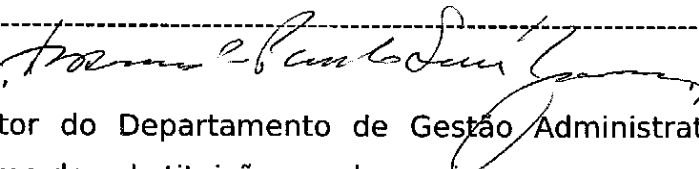
Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

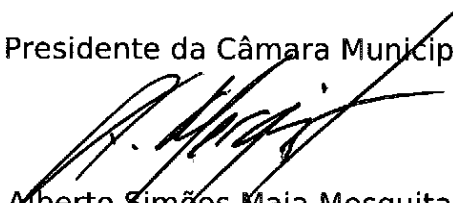
Fl. Livro _____
Fl. Ata **146**
Reunião de 2015/05/20

Encerramento às 14h10. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/06/17, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Aurélio Marques, por não ter estado presente, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

-----
E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,


- Alberto Simões Maia Mesquita -